

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO MONTEIRO

**TEMAS E TEIMAS: O DISCURSO FEMININO E FEMINISTA DE  
MARINA COLASANTI**

VITÓRIA  
2009

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO MONTEIRO

**TEMAS E TEIMAS: O DISCURSO FEMININO E FEMINISTA DE  
MARINA COLASANTI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ester Abreu Vieira de Oliveira.

VITÓRIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M775t Monteiro, Maria Aparecida de Araújo, 1971-  
Temas e teimas: o discurso feminino e feminista de Marina Colasanti / Maria Aparecida de Araújo Monteiro. – 2009.  
104 f.

Orientador: Ester Abreu Vieira de Oliveira.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Colasanti, Marina, 1937- Crítica e Interpretação. 2. Feminismo e literatura. 3. Contos. 4. Ensaios. I. Oliveira, Ester Abreu Vieira de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

---

MARIA APARECIDA DE ARAÚJO MONTEIRO

**TEMAS E TEIMAS: O DISCURSO FEMININO E FEMINISTA DE MARINA  
COLASANTI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Estudos Literários.

Aprovada em 15 de janeiro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ester Abreu Vieira de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Prof. Dr. Jorge Luiz do Nascimento  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Titular

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Inês Cárcamo Arcure  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Titular

---

Prof. Dr. Alexandre Jairo Marinho Moraes  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Suplente



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus orientadores, Francisco Aurélio Ribeiro, que comigo iniciou o traçado desse caminho, e Ester Abreu, que me ensinou a paciência e a escuta. Minha terna e especial gratidão às amigas-irmãs que me alimentaram de alegria e incentivo. À minha filha, Mila, por ter suportado minhas ausências, a Jane, pelo cuidado extra, e aos meus irmãos por entenderem a distância necessária. A todos aqueles que se alegraram com minha vitória, e, em especial, a Deus, que me concedeu a bênção de conviver com tantas pessoas especiais.

Como mulher, não tenho pátria.  
Como mulher, não quero ter pátria.  
Como mulher, minha pátria é o mundo  
inteiro.

Virgínia Woolf

## RESUMO

Apresenta a leitura da construção da identidade feminina na escrita de Marina Colasanti. Desta autora analisa-se a articulação da escrita, em diferentes gêneros textuais, para a construção de uma voz feminina que busca seu lugar no texto e na história. Propõe um olhar sobre o feminismo e a influência desse movimento social na literatura de uma maneira geral, e na produção de Marina Colasanti, mais especificamente. Procura analisar como se deu, na escrita dessa autora, o enfraquecimento do feminismo e sua gradual substituição pelas questões de gênero.

Palavras-chave: Feminismo; questões de gênero; conto; ensaio.

## **ABSTRACT**

It shows the reading of the female identity development based on Marina Colasanti's writing. Through this author, the writing performance is analyzed on different textual genres in order to build a female voice to find out its place on the text and in the history. It proposes a view over the female movement and the influence of this social movement on the literature on a broad perspective and specifically on Marina Colasanti's production. It aims to analyze how the female movement decreasing happened and its gradual substitution on the genre matters.

Key words: Female movement, genre matters, short story, rehearsal

## SUMÁRIO

<b>1 O HÁBITO DA LIBERDADE: INICIANDO UM PERCURSO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 SILÊNCIO: HERANÇA E IMPOSIÇÃO.....</b>	<b>18</b>
2.1 FEMININO: UM SILÊNCIO ESQUECIDO.....	19
2.2 FEMINISMO: UM SILÊNCIO A SER OUVIDO.....	24
2.3 QUESTÕES DE GÊNERO: O GRITO ABAFADO.....	39
2.4 LITERATURA: UM GRITO POSSÍVEL.....	46
<b>3 UMA NOVA MULHER DAQUI PRA FRENTE.....</b>	<b>52</b>
<b>4 O QUE CONTA NO CONTO.....</b>	<b>75</b>
<b>5 PONTO DESFEITO: O PERCURSO NÃO CONCLUÍDO.....</b>	<b>97</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>104</b>

## 1. O HÁBITO DA LIBERDADE: INICIANDO UM PERCURSO

*[...] Minha crença é que essa poetisa que nunca escreveu uma palavra [...] ainda vive. Ela vive em vocês e em mim, e em muitas outras mulheres que não estão aqui esta noite, porque estão lavando a louça e pondo os filhos para dormir. Mas ela vive; pois os grandes poetas nunca morrem, são presenças contínuas, precisam apenas da oportunidade de andarem entre nós de carne e osso. Essa oportunidade, segundo penso, começa agora a ficar a seu alcance conferir-lhe. Pois minha crença é que [...] se tivermos o hábito da liberdade e a coragem de escrevermos exatamente o que pensamos [...] então chegará a oportunidade, e o poeta morto [...] assumirá o corpo que com tanta freqüência deitou por terra. Extraíndo sua vida das vidas das desconhecidas que foram suas precursoras [...] ela nascerá.*

*Virgínia Woolf<sup>1</sup>*

Escrever “exatamente o que pensamos”, como preconiza Woolf, demanda coragem. Coragem ainda maior se a escrita é no “no feminino”. Pois, após a afirmação, chega-se à interrogação: “Existe uma escrita feminina?”

E de onde vem essa pergunta?

Durante séculos as mulheres foram as grandes narradoras. Atuando como transmissoras de narrativas já existentes, que mantinham os valores da sociedade patriarcal, a elas não foi negada a voz. Porém, quando começam a criar suas próprias narrativas, essa mesma voz é acusada de falsidade e atribuída às sereias e feiticeiras. Assim, a palavra da narradora perde o pleno poder. E ao ser transformada em literatura, essa voz torna-se transgressora. E numa sociedade patriarcal, a transgressão é prerrogativa masculina. Sendo assim, perguntar se existe uma escrita feminina é um esforço a mais para manter tudo como está. A pergunta persiste porque seu valor não está na resposta, e sim na pergunta em si. Afinal, respostas já vieram. De pesquisas acadêmicas, pelo intenso trabalho da crítica feminista, pela fala e pela escrita de muitas autoras. Com elas, esperava-se que a pergunta tivesse se desgastado e desaparecido. Mas, ao que parece, a questão ainda persiste. Não fosse assim, o texto de Virgínia Woolf, que nos serve de epígrafe, escrito em 1928, não nos pareceria tão familiar.

---

<sup>1</sup> WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 148-149.

É do estudo da escrita feminina que se ocupa este trabalho. Mais especificamente, da escrita feminina de uma autora feminista: Marina Colasanti, que, diante da tal pergunta, parece ter encontrado o seu lugar.

[...] Não vou mais aceitar essa pergunta como se aceitam as perguntas que esperam resposta. Recuso-me a procurar novos e, quem sabe, mais convincentes argumentos. Eu, que a partir da escrita estou há anos empenhada em construir a arquitetura de uma voz, de uma voz que sendo minha é feminina, declaro-me ofendida pela pergunta. E, em vez de respondê-la, a questiono.<sup>2</sup>

Na escrita de Marina Colasanti é possível verificar a presença de uma voz feminina, tanto no campo ficcional — nos contos — quanto na realidade social em que está inserida — nos ensaios. O interesse deste trabalho está justamente em como se dá a construção dessa voz, e se a voz de que fala a autora contribui para a visibilidade da mulher na literatura e, conseqüentemente, na história.

A partir daí, surgem alguns questionamentos: primeiro, no que consiste essa voz? Segundo, a que tipo de escuta ela se propõe? E, em seguida, como se deu, na escrita de Colasanti, o enfraquecimento do feminismo e sua gradual substituição pelas questões de gênero? Para tentar responder a essas questões, faz-se necessário contextualizar a construção da identidade feminina na sociedade patriarcal valorizando a voz feminina, por tantas vezes quase inaudível.

Na produção literária da escritora, nos diferentes gêneros pesquisados, verifica-se a recorrência de temas ligados ao feminismo. Ora de maneira direta, como acontece nos ensaios, ora com um tanto de metáfora e ironia, como nos contos. Mas, quase sempre, oferecendo possibilidades de reflexão sobre o processo de construção da identidade feminina a partir da linguagem. A linguagem com a qual a mulher se vê construída pelo outro — o homem — e a linguagem que busca para construir sua própria imagem.

A questão principal é analisar como, através da linguagem, se configura a imagem do feminino nas obras *A nova mulher*, publicado em 1980; *Mulher daqui pra frente*, de 1981, e *Contos de amor rasgados*, de 1986. Nessas obras, a autora busca imprimir na escrita, voluntária ou involuntariamente, as impressões que gostaria de

---

<sup>2</sup> COLASANTI, Marina. *Fragatas para terras distantes*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 67.

ver no feminino. Tal escrita foi bem sintetizada por Hélène Cixous, em *La risa de la medusa*:

[...] És necesario que la mujer se escriba porque es la invención de una escritura 'nueva', 'insurrecta' lo que, cuando llegue el momento de su liberacion, le permitirá llevar a cabo las rupturas y las transformaciones indispensables en su historia [...]. Escribir, acto, que [...] 'realizará' la relación des-censurada de la mujer [...] com su ser-mujer, devolviéndole el acceso a sus propias fuerzas. [...] Escribe-te: es necesario que tu cuerpo se deje oír. Caudales de energía brotarán del inconsciente. Por fin, se pondrá de manifesto el inagotable imaginario femenino. Sin dólares oro ni negro, nuestra nafta expandirá por el mundo valores no cotizados que cambiarán las reglas del juego tradicional.

[...] La escritura es lo que está en relación con la no-relación; de que lo que la historia prohíbe, lo que lo real excluye o no admite, puede manifestarse [na escritura].<sup>3</sup>

“É necessário que a mulher se escreva... o que a história proíbe, pode manifestar-se na escritura”. O olhar feminino sobre os registros históricos faz “falar” o silêncio das mulheres. E desse silêncio ocupa-se o primeiro capítulo desse trabalho: *Silêncio, herança e imposição*. Dividido em quatro partes, aborda alguns momentos importantes da construção da identidade feminina no decorrer da história. A primeira delas, *Feminino: um silêncio esquecido*, trata da instauração de um Olimpo patriarcal e de uma filosofia que situa a mulher hierarquicamente subordinada ao homem, na Grécia clássica, até a criação do *pater familias* na civilização romana. A Inquisição, a medicina, os humanistas e intelectuais atribuíram à mulher, no decorrer da história, a imagem desfocada que a colocava sob a tutela de um patriarcado que sempre se esforçou por mantê-la submissa, inferior, sem voz. No entanto, o silêncio imposto chegou a seu momento de insubordinação, e algumas vozes de resistência começaram a ser ouvidas e registradas. *Feminismo: um silêncio a ser ouvido* trata dessa resistência, que começou individual, e foi alcançando espaço até tornar-se um movimento coletivo. Abrange o Movimento Feminista especialmente na França e nos Estados Unidos e sua influência no Brasil, abordando com mais ênfase o movimento sufragista que, de todas as lutas feministas, alcançou a maior mobilização.

Analisar o feminismo é algo complexo, pois quando se fala em feminismo o pensamento análogo são as conquistas em relação ao mercado de trabalho, ao

---

<sup>3</sup> CIXOUS, Hélène. *La risa de la medusa: ensayos sobre la escritura*. Barcelona: Anthropos; Madrid: Consejería de Educación. Dirección General de la Mujer; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1995, p. 61-62.

direito ao voto, etc. No entanto, o feminismo, como é compreendido nessa dissertação, aponta para uma infinidade de questões que vão além dessas conquistas. Portanto, esclarecemos que nesse trabalho, o vocábulo “feminista” terá o sentido adotado por June Hahner: “mulheres que se posicionaram contra a desigualdade de gênero”. E “feminismo” abará “todos os aspectos da emancipação das mulheres, suas lutas coletivas para elevar-lhes — social, econômica ou politicamente — o *status* [...] e a tomada de consciência da mulher como ser humano e como ser social”.<sup>4</sup>

*Questões de gênero: o grito abafado*, é a terceira parte desse capítulo, e procura esclarecer como se deu a passagem dos “estudos sobre a mulher” para o “estudo das questões de gênero” e quais as eventuais vantagens e desvantagens que essa mudança ocasionou. E, por fim, *Literatura: um grito possível* procura destacar a contribuição da literatura como espaço privilegiado para a construção de uma nova identidade feminina, agora sob o olhar e os ideais da mulher. Fala da literatura feminina brasileira, que na sua origem, era coletiva e altamente política. As revistas e jornais femininos abrigavam não só o desejo de desenvolver a mão-de-obra literária feminina, mas também a luta pela libertação dos escravos, por melhor educação e pelos direitos das mulheres.

O segundo capítulo, *Uma nova mulher daqui pra frente*, analisa uma seleção de ensaios de Marina Colasanti, escritos inicialmente para a revista *Nova*<sup>5</sup> e, posteriormente, publicados em livros. A análise se dá apoiada, principalmente, na teoria da estética da recepção de Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss. Busca, através da reconstrução do horizonte de expectativa, retomar as questões para as quais os textos constituíram uma resposta. Para tanto, procura entender como acontece a interação entre texto e leitor, já que nos textos analisados o público é bem demarcado: leitoras de uma revista feminina. A escolha teórica se justifica pois, no dizer de Patrocínio Schweickart<sup>6</sup>, a crítica da teoria da estética da recepção deve enfrentar as implicações históricas e, para tal, será necessário se apoiar também na crítica feminista. Nosso aporte teórico ora nos leva a Stanley Fish, que acredita que

---

<sup>4</sup> HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 25-26.

<sup>5</sup> Revista mensal inserida no grupo de revistas femininas da editora Abril.

<sup>6</sup> SCHWEICKART, Patrocínio. In: FE, 1999, p. 118-119.

o leitor possui um interesse que exerce controle sobre o texto, ora se apóia em Wolfgang Iser, que reconhece o papel criativo do leitor, mas considera o texto como força dominante.

A autora traz, para o centro de seus ensaios, a busca de uma nova identidade feminina, iniciada com as lutas do feminismo. Essa nova identidade foi sendo moldada e modificada a cada nova conquista, trazendo à tona todas as inseguranças e dúvidas que o novo e desconhecido sempre oferece. Mas, ao mesmo tempo, dá visibilidade às novas experiências, inclusive e, principalmente, às suas vivências, demonstrando a possibilidade de existência de um novo e melhor lugar para a mulher, descoberto e ampliado por cada nova conquista. Trabalha com o método descrito por Michel Leiris: “ver o que vejo, compreender o que eu compreendo, e oferecer uma visão do mundo, partindo do meu compromisso com este mundo”.<sup>7</sup> Assim, observa-se que a autora manifesta um desejo de levar suas leitoras, e eventuais leitores, a alcançar a posse de uma nova identidade feminina por meio do questionamento de seu papel na relação com o outro, em busca de um esclarecimento sobre a difícil arte de abrir novos caminhos.

Passando do real para o imaginário, o último capítulo, *O que conta no conto*, trata de alguns textos ficcionais da autora publicados no livro *Contos de amor rasgados*. A análise empreendida busca verificar a recorrência dos temas do feminismo e como se dá, também na ficção, a construção da “arquitetura” da voz feminina preconizada pela autora. No dizer da própria autora, “o imaginário não é a palavra. É o que está por trás da palavra”.<sup>8</sup> Sendo assim, é possível perceber que em seus contos nada é gratuito. Tudo instiga à procura, à descoberta, ao achado. A começar pela extensão dos textos, que, em sua maioria, não ultrapassam uma página. Como o próprio título sugere, os contos falam do cotidiano da relação homem/mulher. E se o tema não é novidade, os flagrantes — característica principal desse gênero — são apresentados de ângulos geralmente insólitos e inesperados. Com personagens não nomeados — talvez para melhor servirem de representação para o leitor — os textos são convites à reflexão, ao irreal que representa o mais que real, à linguagem que seduz porque fere. Para conseguir isso, Marina Colasanti conta com um bom domínio da

---

<sup>7</sup> CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987, p. 20.

<sup>8</sup> COLASANTI, 2004, p. 19.

linguagem e uma admirável economia no uso das palavras — tudo é enxuto, nada sobra. Trabalha com a beleza da simplicidade descrita por Drummond, aquela simplicidade que é fruto do trabalho atento, do olhar agudo, que descobre exatamente o que sobra e pode ser cortado. Para esclarecer melhor o que Marina Colasanti consegue com seus contos, tomamos de empréstimo a fala de Alfredo Bosi:

[...] Em face da História, rio sem fim que vai arrastando tudo e todos no seu curso, o contista é um pescador de momentos singulares cheios de significação. Inventar, de novo: descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, não souberam sentir com tanta força. Literariamente: o contista explora no discurso ficcional uma hora intensa e aguda da percepção. Esta, acicatada pelo demônio da visão, não cessa de perscrutar situações narráveis na massa aparentemente amorfa do real.<sup>9</sup>

O questionamento sobre a identidade feminina é tema recorrente na literatura brasileira e, desde a década de 1970 a partir dos movimentos feministas, vem despertando interesse dos críticos e fez surgir a crítica feminista. Seguindo caminhos diversos, a crítica feminista se desenvolveu em duas modalidades: “*La primera modalidad es ideológica, se ocupa de la feminista como lectora, y ofrece lecturas feministas de textos que examinan las imágenes y estereotipos de la mujer en la literatura, las omisiones y falsos conceptos acerca de la mujer en la crítica, y el lugar asignado a la mujer en los sistemas semióticos. [...] puede ser también [...] un acto de liberación intelectual: [...] tomaría la obra, ante todo, como un indicio de cómo vivimos y hemos vivido, cómo se nos ha inducido a imaginarnos a nosotras mismas, cómo el lenguaje nos ha atrapado, al mismo tiempo que nos ha liberado [...]*”.<sup>10</sup>

Os textos de Marina Colasanti podem ser estudados tanto por uma modalidade quanto pela outra. Nos ensaios, é patente a presença de uma ideologia, ou melhor, da busca de uma mudança de ideologia; e os contos proporcionam um olhar atento sobre flagrantes do cotidiano que, pelo modo como são apresentados, induz a mulher a perceber como vive e como constrói sua imagem a partir da linguagem do outro, sem se dar conta disso.

<sup>9</sup> BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 09.

<sup>10</sup> SHOWALTER, Elaine. La crítica feminista em el desierto. In: FE, Marina. *Otramente: lectura y escritura feministas*. México: Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM, 1999, p. 78-79.

Apesar de nos apoiarmos na estética da recepção, onde o leitor é o foco privilegiado, também concordamos com o modelo de Poulet, em que o sujeito da obra literária é seu autor: *“Un libro es no sólo um libro; es un medio a traves del cual alguien que escribe preserva ideas (de ella), sentimientos (de ella), modos de soñar y de vivir (de ella). Es un modo de proteger la identidad (de ella) de la muerte... Entonces, entender una obra literaria es permitir que la persona que la escribió se nos revele dentro de nosotros”*.<sup>11</sup> Sendo assim, acompanhando Marina Colasanti, é possível entender a necessidade que ainda se faz premente entre as mulheres, dentro ou fora da literatura: a necessidade de desenvolver e conquistar o “hábito da liberdade”.

---

<sup>11</sup> POULET, apud SCHWEICKART, Patrocínio. In: FE, 1999, p. 144-145.

## 2. SILÊNCIO: HERANÇA E IMPOSIÇÃO

*Não, nem a pergunta eu soubera fazer. No entanto a resposta se impunha a mim desde que eu nascera. Fora por causa da resposta contínua que eu, em caminho inverso, fora obrigada a buscar a que pergunta ela respondia.*

*Clarice Lispector*

O esforço que por muito tempo se empreendeu em prol da visibilidade da mulher é percebido nas inúmeras pesquisas feitas sobre as personagens femininas em diversas obras literárias. Para vencer sua invisibilidade, tanto social quanto literária, muitas mulheres, reais ou ficcionais, se puseram à mostra, transgredindo papéis sociais até então bem delimitados pela sociedade patriarcal, onde a mulher só é plena no papel de esposa e mãe. Essa invisibilidade se mistura com a história da humanidade, e tem suas raízes num tempo em que nem a História tinha sua voz. Como bem disse Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. E nesse aprendizado do tornar-se mulher, se fizermos um breve relato de poucos momentos históricos, é possível entender porque o conceito de mulher ainda é vinculado ao que é inferior, frágil, manipulável e dependente.

O verbete sobre a mulher, na primeira edição da *Enciclopédia Britânica*, publicada em 1771, constava de seis palavras: “A fêmea do homem. Ver *Homo*”.

É assim, colocada sempre numa relação de dependência, até mesmo conceitual, que a mulher, parte silenciosa da memória social, viu sua imagem sendo construída à mercê de suas vontades. Sua história, escrita por mãos masculinas, é marcada de ausências, diferenças e indiferenças. A História procurou silenciá-la, afinal, “ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”.<sup>12</sup> E o discurso historicamente masculino buscou de muitas formas uma *desqualificação identitária* da mulher.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Judith Butler em entrevista publicada na *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 10, p. 163, 1999.

<sup>13</sup> BANDEIRA E BATISTA. Preconceito e discriminação como expressão de violência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 10, p. 119-141, 1999.

## 2.1 FEMININO: UM SILÊNCIO ESQUECIDO

A posição hierárquica da mulher na Grécia clássica é digna de uma atenção especial, pois foi nessa sociedade que se originou a especulação intelectual e a filosofia que exerceram poderosa influência sobre nossa cultura.

Hesíodo, poeta grego que viveu entre os séculos VIII e VII a.C., descreve o nascimento dos deuses. Gaia gera Urano, e da união de ambos nascem os Titãs. Urano impede o nascimento desses monstros e Gaia, em contrapartida, arma o menor deles, Cronos, com uma foice para castrar seu pai. Cronos e sua irmã Rea geram os deuses olímpicos. Temeroso de perder seu poder, Cronos engole seus próprios filhos, mas Rea dá-lhe, no lugar de Zeus, uma pedra. Quando Zeus chega à idade adulta faz Cronos vomitar seus irmãos e estabelece sua supremacia. Depois de vencer os Titãs, Zeus engole sua esposa Métis, a sabedoria, já grávida de Atena, a qual nasceria da sua cabeça. Com esse recurso eliminava-se toda contribuição feminina na geração de Atena e fazia-se da sabedoria uma prerrogativa masculina.<sup>14</sup>

Esse triunfo de Zeus representa a sujeição e subordinação da natureza e seu controle, em um mundo comandado por homens. O mito que culmina com o estabelecimento de um Olimpo patriarcal é o primeiro passo para um processo de endosso do mítico ao ideológico que vai caracterizar a sociedade grega e, mais tarde, a romana. E chega ao século XX através de saberes enraizados e camuflados ao longo da história. Não é á toa que os mitos têm seu eterno retorno em nossa literatura. Marina Colasanti, objeto de nosso estudo, não foge à regra e também se volta ao mito de Sísifo,<sup>15</sup> agora de maneira irônica, situando os tais “saberes enraizados” nos tempos modernos.

Desde sempre, o dia chegando vinha encontrá-lo ali, no começo da encosta, já empurrando e rolando sua esposa para cima, longo esforço em direção ao cume.

Desde sempre, resvalando lentamente para a noite, o sol desenhava a sombra embolada do corpo da mulher que, mal chegada ao alto, despencava novamente pelo flanco do monte.

<sup>14</sup> SANTOS E TOSI. Resgatando Métis. O que foi feito desse saber? *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: IFCS/UFRJ, v. 4, p. 355-380, 1996.

<sup>15</sup> Os deuses condenaram Sísifo a incessantemente rolar uma rocha até o topo de uma montanha, de onde a pedra cairia de volta devido ao seu próprio peso. Eles pensaram, com alguma razão, que não há punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.

Desde sempre. Até o momento em que, cravando os dentes e agarrando as unhas nas pedras daquele cimo árido, a mulher contém seu destino. E erguidas aos poucos as costas, mal equilibrada ainda sobre si, faz-se de pé.

Desaparece quase a luz do sol, o último alento vermelho tinge a mão do homem. Que se levanta. E firme, empurra a mulher pelas costas, monte abaixo.<sup>16</sup>

Prevalece a vontade masculina. Esse “deus” necessita de uma tarefa, de manter-se no lugar de sempre, conquistado por seus antepassados e mantido de diferentes maneiras no decorrer dos séculos, em diferentes sociedades.

Na Grécia, a situação se repetia. A posição ocupada pela mulher em nada diferia à do escravo. Somente eles realizavam os trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Por livre entendia-se, em primeiro lugar, ser homem e não mulher.

À mulher cabia a função não só de reprodutora como também de mantenedora da espécie humana. Além de gerar, amamentar e criar os filhos, era sua a responsabilidade de produzir tudo aquilo que era diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação. Aos homens eram destinadas as atividades consideradas mais nobres, como a filosofia, a política e as artes.

Na filosofia, assim como na mitologia, também foram criados tratados que serviram como base científica à situação de subordinação e sujeição da mulher. É o caso dos tratados hipocráticos, que sintetizam a medicina grega entre os séculos VI e V a.C., em que a imagem da mulher é a de um ser úmido e frio, produtor de fluidos, dependente do homem e vítima dos desarranjos de sua matriz. Hipócrates acreditava que tanto a mulher quanto o homem emitem uma semente e que, da união de ambos se originava o feto.

Aristóteles, por sua vez, negava à mulher qualquer participação ativa na geração. Segundo ele, a mulher é um macho impotente e sua semente é apenas o material onde o sêmem do macho agirá.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> COLASANTI, Marina. Ela era sua tarefa. In *Contos de amor rasgados*. Rio de Janeiro: Roco, 1986, p. 99.

<sup>17</sup> SANTOS E TOSI, 1996, p. 363.

Acreditava-se que a mulher era um ser incompleto. O homem, ao ser gerado era tido como ato, idéia e forma. O ato, ou entelúquia é a realização, perfeição atuante e atuada. A alma é a entelúquia do corpo.

Um dos sentidos registrados no *Dicionário de Filosofia* refere-se ao ato como a realidade do ser que alcançou ou está alcançando a sua forma plena e final, enquanto se contrapõe ao que é simplesmente potencial ou possível.<sup>18</sup> A forma, por sua vez, é o ato ou atualidade da coisa mesma, isto é, o começo e o fim.<sup>19</sup> E idéia, designa uma unidade que é ao mesmo tempo perfeição ou valor.<sup>20</sup>

Já a mulher, ao ser gerada, é potência e matéria, ou seja, tem a capacidade de assumir ou receber a forma. Isso significava dizer que, um ser, ao ser gerado, dava origem a uma mulher quando não conseguia a devida proporção para que se formasse um homem.<sup>21</sup> Aristóteles afirmava a superioridade do ato sobre a potência baseado no princípio de que, sem o ato, a potência não existiria. Ele entende a potência como preformação e predeterminação e a considera como um modo de ser diminuído ou preparatório do ato.<sup>22</sup> Portanto, na concepção aristotélica a distinção entre matéria e ato determina a ordenação hierárquica de toda a realidade que vai de um extremo limite inferior que é a matéria-prima, pura potencialidade, até Deus que é puro ato sem mescla de potencialidade.<sup>23</sup>

Idéias como essas foram utilizadas por muito tempo para institucionalizar a inferioridade da mulher. E para derrubar os resquícios de tais idéias, autoras do nosso tempo, como Marina Colasanti, utilizam-se da escrita para disseminar novas descobertas e demarcar com mais precisão o espaço das mulheres. Em artigo intitulado *Daqui pra frente* ela confidencia:

Há poucos dias contava-me um amigo médico recentes descobertas sobre a atuação do óvulo. Sempre acreditou-se que o óvulo era atacado pela horda dos espermatozoides, e que só o mais apto deles conseguia vará-lo, realizando a fertilização. Pois agora foi descoberto que não se trata de aptidão do espermatozóide, mas de escolha do óvulo. Parado, ele faz a seleção do espermatozóide que lhe parece mais conveniente, e este então é atraído, sendo sua entrada permitida. De repente, o óvulo deixa de ser o

<sup>18</sup> ABBAGNO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982, p. 86-87.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 446.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 501.

<sup>21</sup> DUCLÓS, Miguel. *Metafísica de Aristóteles: O ser se diz de vários modos*. Disponível em <<http://www.consciencia.org/aristoteles.shtml>>. Acesso em 24 junho 2006.

<sup>22</sup> ABBAGNO, op. cit., p. 751-752, nota 19.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 87.

passivo alvo dos espermatozóides, prêmio da vitória, para transformar-se em parte ativa da criação, o seletor.<sup>24</sup>

Sendo assim, a mulher perde a característica de matéria instituída por Aristóteles — receptividade e passividade — e passa a assumir a característica de ato — ação.

Na civilização romana a inferioridade e subordinação da mulher também eram pregadas e mantidas sob os auspícios da lei. Com a instituição jurídica do *pater familias* era dado ao homem livre todo o poder sobre a mulher, os filhos, os servos e os escravos. Poder este que, mesmo não mais institucionalizado, ainda reaparece de maneira camuflada e sutil em situações do cotidiano em pleno século XX, como bem demonstra Colasanti em outro artigo cujo título já diz tudo, *Meu marido não deixa*.

Na ginástica, no trabalho, nos jantares, pingada com naturalidade no meio das conversas, ouço com frequência esta frase: “Meu marido não deixa”. [...]

Que significa ela? Que o marido tem o poder de veto. Que tem o direito de estabelecer tudo aquilo que a mulher pode ou não fazer. E que este direito é tacitamente reconhecido pelos dois elementos do casal.<sup>25</sup>

No entanto, já no ano de 195 a.C., algumas mulheres expressavam sua resistência. Em discurso no Senado Romano protestaram contra o uso dos transportes públicos como um direito exclusivamente masculino, obrigando-as a se locomoverem a pé. Diante de tal protesto, assim se manifestou o senador Marco Pórcio Catão:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranqüilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los.<sup>26</sup>

Nessa relação de domínio e submissão, o poder foi usado como instrumento de perpetuação da sujeição feminina. Nos períodos históricos em que a mulher teve alguns direitos garantidos pela lei e pelos costumes, não é difícil detectar a necessidade que advém do contingente masculino. Vejamos, por exemplo, o que ocorreu nos últimos séculos da Idade Média. Nessa época, em algumas sociedades, a mulher tinha acesso a quase todas as profissões e possuía o direito de

<sup>24</sup> COLASANTI, Marina. *Mulher daqui pra frente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981, p. 196.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>26</sup> ALVES e PITANGUY. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 14-15.

propriedade e sucessão. Mulheres da burguesia participavam de assembleias, com direito a voto. Porém, tal participação se explicava pela disparidade na distribuição da população por sexo, com predominância de mulheres na população adulta. Envolvidos em constantes guerras e longas viagens, ou recolhidos à vida monástica, os homens deixavam lacunas que deveriam ser preenchidas por elas. Assumindo os negócios da família, aprendiam sobre contabilidade e legislação, conhecimentos necessários para efetuar com eficiência as transações comerciais e defender-se em juízo.

No decorrer da história, a inclusão da mulher nas esferas ditas masculinas esteve sempre relacionada ao afastamento do homem devido às guerras. No entanto, a remuneração do trabalho feminino sempre foi desvalorizada, e até essa desvalorização foi usada contra a mulher, pois provocou a hostilidade dos trabalhadores homens, que viam nessa concorrência a diminuição do nível salarial geral.

Como na Idade Média o poder baseava-se na posse de terra e na ascendência espiritual, a participação feminina no mercado de trabalho não lhes proporcionou ascensão social. Portanto, mesmo com a participação da mulher na vida social e econômica dessa época, a herança que prevaleceu foi aquela deixada pela literatura através do romance de cavalaria: “uma mulher frágil e indolente, entretida em bordados e bandolins, à espera de seu cavaleiro andante.” Essa imagem distorcida criou um abismo entre a realidade e a representação simbólica do papel da mulher na vida cotidiana da Idade Média.

Foi também nessa época que aconteceu a chamada “caça às bruxas”. Período essencialmente teológico, a “caça às bruxas” foi um verdadeiro genocídio praticado contra a mulher na Europa e nas Américas. Tendo início na Idade Média e expandindo-se no século XVI, início do Renascimento, faz parte do legado de silêncio que encobre a história da mulher. Apesar do grande número de mulheres assassinadas e torturadas pela Inquisição, a “caça às bruxas” ainda é pouco estudada pelos historiadores. Em consonância com esse discurso religioso, o discurso médico também advoga em prol da perseguição às “feiticeiras”. Eram elas, curandeiras e parteiras, as principais concorrentes da hegemonia da medicina, instituição puramente masculina.

A mulher, porém, não é condenada apenas pela Inquisição e pela medicina. Humanistas e intelectuais também contribuem para fortalecer a imagem de inferior e impura atribuída a ela. No período renascentista, quando o trabalho é valorizado e tido como instrumento de transformação do mundo pelo homem, a mulher é novamente alijada de determinadas profissões e sua posição sofre um retrocesso. Para justificar essa exclusão feminina do mercado de trabalho, cria-se uma cultura de desvalorização da mulher que trabalha. A mão-de-obra feminina continuou existindo, porém, foi relegada às atividades menos qualificadas e de menor remuneração.

Juntamente com a valorização da idéia de trabalho, aconteceu, nessa época, um crescente respeito pela ciência e pela aquisição do conhecimento. E mais uma vez o que é valorizado pelo homem é afastado do domínio da mulher. Enquanto a instrução masculina se desenvolve em vários níveis, a educação da mulher sofre revezes.

A expansão do ensino público e privado na Europa vem acompanhada de uma enorme disparidade entre o número de escolas masculinas e femininas. Disparidade também observada em termos qualitativos, já que o currículo empregado nas raras escolas femininas era exclusivamente voltado às prendas domésticas.

É nessa sobreposição de silêncios e imposições, com poucos progressos e muitos retrocessos, que a história da mulher, pouco contada porque pouco ouvida, chegou ao seu momento de insubordinação. Não nos causa estranheza, portanto, que as primeiras vozes de resistência feminina que a história moderna registra sejam justamente contra a desigualdade sexual no acesso à educação e ao trabalho.

## 2.2 FEMINISMO: UM SILÊNCIO A SER OUVIDO

O feminismo enquanto movimento de resistência tem suas origens em tempos bem remotos, por isso, para nos situarmos melhor quanto a sua formação, nos deteremos nos acontecimentos da América e da Europa que deram forma ao que a história hoje registra como Movimento Feminista.

Uma das primeiras vozes de resistência feminina que a História americana registra é Ann Hutchinson. Na América do século XVII vivem-se as origens do capitalismo imbuído de uma carga ideológica que tinha como base as idéias religiosas do puritanismo e a crescente valorização da ciência e da razão como formas essenciais de conhecimento. Ann, mulher religiosa, afirmava em suas pregações que o homem e a mulher eram iguais perante Deus, pois assim ele os criou. Tal afirmação contrariava sobremaneira os dogmas calvinistas de superioridade masculina. Por isso, Ann foi a primeira mulher a ser julgada num tribunal da Colônia da Baía de Massachussetts por afrontar os princípios fundamentalistas ultra puritanos que regiam aquele estabelecimento. Por suas idéias foi condenada ao banimento em 1673.<sup>27</sup>

No século seguinte, a voz a ser ouvida é de Abigail Adams. Lembrado como o século das revoluções, o século XVIII é marcado pela participação das massas na esfera política. A Declaração de Independência dos Estados Unidos tem como princípio básico a igualdade entre os homens: “Todos os homens foram criados iguais”. Na intenção de fazer com que a palavra “homem” abarcasse também o sexo feminino, Abigail Adams escreve a seu marido, John Quincy Adams, líder da Guerra da Independência, uma carta com suas reivindicações:

[...] Espero que no novo Código de Leis... vocês se lembrem das mulheres e sejam mais generosos que seus antepassados. [...] Se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis, diante das quais não temos nem voz, nem representação.

A resposta que obtive revela com nitidez que a ideologia de exclusão e submissão permaneceria intacta no novo século:

Quanto ao seu extraordinário Código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em todo o país. Crianças e aprendizes desobedecem, escolas e universidades se rebelam, índios afrontam seus guardiões e negros se tornam insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimação de uma outra tribo, mais numerosa e poderosa de todos estes descontentes. [...] Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino.<sup>28</sup>

As idéias de igualdade e exclusão, diametralmente opostas, caminham lado a lado nesses e em muitos outros momentos da História.

---

<sup>27</sup> ALVES e PITANGUY, 1981, p.30.

<sup>28</sup> Ibid., p. 31.

Na França, também no século XVIII, a mulher novamente se viu banida das conquistas políticas alcançadas no processo revolucionário que, por ironia, teve uma ativa participação feminina. É nesse momento histórico que surge o feminismo como prática de ação política. “E como todo movimento social, ele chega como desafio e exigência de transgressão de uma ordem que vigorou ao longo dos tempos, atribuindo ao masculino o direito de definir o feminino como seu avesso”.<sup>29</sup>

O movimento feminista francês surge da necessidade de se fazer valer os direitos de cidadania para a mulher. As mulheres revolucionárias da França dirigem-se à Assembléia reivindicando a mudança da legislação sobre o casamento que outorga ao marido direitos absolutos sobre o corpo e os bens da esposa. Tal lei, segundo elas, é incompatível com os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa. Em documento de 1789, dirigido à Assembléia Nacional, as feministas afirmam:

Destruístes os preconceitos do passado, mas permitistes que se mantivesse o mais antigo, que exclui dos cargos, das dignidades das honrarias e, sobretudo, de sentar-se entre vós, a metade dos habitantes do reino. [...] Destruístes o cetro do despotismo... e todos os dias permitis que treze milhões de escravas suportem as cadeias de treze milhões de déspotas.<sup>30</sup>

Nessa luta por direitos iguais as mulheres contam com o auxílio da literatura que, apesar de também ser dominada por grande contingente masculino, tem na escrita de Olympe de Gouges, uma rara e forte presença feminina. Escritora já conhecida pela defesa dos ideais revolucionários, de Gouges publica em 1791 *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*. Seu texto nasce da decepção de não ver nos ideais revolucionários nenhuma preocupação com a situação da mulher. Propõe, então, que a mulher seja inserida na vida política e civil em iguais condições com os homens, tanto nos deveres quanto nos direitos:

Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir meu sexo? [...] Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais. [...] Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade.

E parafraseando o discurso revolucionário, diz:

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 14.

<sup>30</sup> ALVES e PITANGUY, 1981, p. 33.

A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. [...] Esses direitos inalienáveis e naturais são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo a resistência à opressão. [...] O exercício dos direitos naturais da mulher só encontra seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão.<sup>31</sup>

Esse discurso é repetido ao longo do século XIX pelas feministas na luta pelo sufrágio. Sua autora foi condenada à guilhotina em três de novembro de 1793 sob a acusação de ter querido ser um homem de Estado.<sup>32</sup>

Durante o período revolucionário a mulher francesa teve ampla participação na vida pública. Porém, um decreto da Assembléia Nacional, em 1795, as leva de volta ao âmbito doméstico:

Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranqüilidade pública retorne a Paris.<sup>33</sup>

Depois de Olympe de Gouges, outras mulheres também fizeram uso da palavra escrita como forma de resistência e luta. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft denuncia as idéias de Rousseau — principal ideólogo da Revolução — com relação à mulher em um livro intitulado *Defesa dos Direitos da Mulher*. Para Rousseau, a mulher deveria ser educada para colocar-se a serviço do homem, tornando-lhe a vida útil e agradável, já Wollstonecraft defendia uma educação para meninas que aproveitasse seu potencial humano, argumento retomado mais tarde por Simone de Beauvoir: “Se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos estudos [...]” seu lugar na sociedade seria outro.<sup>34</sup>

No Brasil, em 1827, surge a primeira legislação relativa à educação de mulheres. As meninas poderiam ser admitidas em escolas elementares, mas ainda não lhes seria permitido o acesso às instituições de ensino mais adiantado.<sup>35</sup> Em prol desse avanço, a brasileira Nísia Floresta, uma das pioneiras na defesa dos direitos da mulher no Brasil, lança, em 1832, uma tradução livre da obra de Wollstonecraft com

<sup>31</sup> Ibid., p. 33-34.

<sup>32</sup> Ibid., p. 34.

<sup>33</sup> Ibid., p. 35.

<sup>34</sup> BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2 ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v.2, p. 494-495.

<sup>35</sup> HAHNER, 2003, p. 76.

o título *Direitos dos homens, injustiças para as mulheres*.<sup>36</sup> Toda a educação destinada às mulheres brasileiras do século XIX refletia e reafirmava o que já vinha acontecendo em outros países, em praticamente todas as épocas: era regulamentada, debatida e escrita por homens, o que resultava numa repetição dos valores já pré-determinados pela sociedade patriarcal. Enquanto os meninos estudavam títulos tais como *Noções da vida prática*, as meninas recebiam *Noções da vida doméstica*.<sup>37</sup>

A luta pela emancipação feminina no Brasil fez largo uso da palavra impressa para disseminar suas idéias e convocar as mulheres a se reconhecerem como portadoras de direitos e capacidades intelectuais tanto quanto os homens. Nesse espaço atuaram nomes como Joana Paula Manso (*O Jornal das Senhoras*), Francisca Diniz (*O Sexo Feminino*), Amélia da Silva Couto (*Echo das Damas*), Violante Ximenes de Bivar e Velasco (*O Domingo*), Josefa de Oliveira e Maria Estrela (primeiras médicas brasileiras que fundaram o jornal *A Mulher*), Cacilda Martins (*Nosso Jornal*), Virgilina de Sousa Sales (*Revista Feminina*) e tantos outros.

Tal convocação retorna na escrita de Marina Colasanti, num momento em que, após as conquistas do feminismo, a mulher precisa descobrir seu lugar e fazer valer direitos então conquistados.

Tivemos a coragem de começar um processo de mudança. [...]

Saímos de um estado que, embora insatisfatório, embora esmagador, estava estruturado sobre certezas. [...] A mudança não se fez. Está se fazendo. [...]

[...] Se a cada vez em que a incerteza aponta, a jogarmos para a frente, a passarmos adiante, outros serão obrigados a participar dela, a fazê-la sua. [...] Os problemas, esses problemas todos que nós sofremos, até mesmo envergonhadas de sofrê-los, não são pessoais. São coletivos. E cabe à coletividade resolvê-los.<sup>38</sup>

No século XIX o capitalismo se consolida e traz para a mão-de-obra feminina uma crescente desvalorização e, conseqüentemente, um rebaixamento do nível salarial vigente. Dessa forma, os sindicatos recém-formados fecham as portas às mulheres encarando-as como concorrentes desleais. Nesse contexto, Jeanne Deroin, operária francesa autodidata, cria o projeto de União das Associações de Trabalhadores,

<sup>36</sup> Ibid., p. 58-59.

<sup>37</sup> Ibid., p. 126-127.

<sup>38</sup> COLASANTI, 1981, p. 13.

precursor da idéia das futuras Centrais Sindicais, e escreve um *Curso de Direito Social para as Mulheres* no qual busca despertar nas mulheres o desejo de libertação, mas uma libertação advinda da própria mulher. Pois, segundo ela, essa era a percepção que precisava ser mudada, a percepção de que o universo feminino é sem valor e socialmente não-existente, pois só a crença nessa verdade poderia explicar a armadilha na qual a mulher de seu tempo ainda se encontrava presa.

Armadilha reconhecida também por Marina Colasanti em tempos bem mais recentes onde ainda é possível encontrar mulheres presas aos

conceitos pré-fabricados de amor, dever, família, papel da mulher. [...] iludidas debaixo da proteção institucionalizada [...]. Pois a sociedade nos ensina que uma mulher só tem valor e só merece respeito quando devidamente avalizada por um homem, seja ele pai, marido, ou até mesmo irmãos. [...] ao dizer recatada 'meu marido não deixa' [...] está se livrando das anátemas da coletividade, porque em sua frase está explícito: [...] eu tenho um homem que me ama e zela por mim. [...]

Aí estão justificados não só o sorriso, como a docilidade. Não há a covardia, há a falta de conhecimento. Não há fraqueza, há um engodo bem engendrado. Não há a submissão, há uma grande vontade de acertar, e uma imensa confusão sobre o que seja acerto.<sup>39</sup>

Na luta por seus direitos, as mulheres operárias conseguiram lugar nas organizações sindicais e, juntamente com os homens, saíram às ruas reivindicando melhores condições de trabalho. Um evento marcante dessa luta foi o dia oito de março, hoje proclamado o Dia Internacional da Mulher. Em 1857, as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica onde se declarara um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Mais tarde, em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque reivindicando o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan "Pão e Rosas", em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.<sup>40</sup> No Brasil, as

<sup>39</sup> Ibid., p. 85-86.

<sup>40</sup> Arquivo do COMDIM/POA – 2000 CEDIM/RJ, 1996. *A política de cotas por sexo*. Disponível em <www.Cfemea.com.br>. Acesso em 30 agosto 2007.

primeiras manifestações de protesto contra a situação da mulher aconteceram por volta de 1872, no Rio de Janeiro.<sup>41</sup>

Mas de todas as lutas femininas, nenhuma teve tanta mobilização quanto o movimento sufragista, que envolveu mulheres de todas as classes sociais. Em determinadas ocasiões este movimento chegou a mobilizar dois milhões de mulheres, mas apesar disso, fica restrito a uns poucos relatos nos livros de História. Nos Estados Unidos e na Inglaterra foi uma luta que durou 70 anos e no Brasil, quatro décadas a contar da Constituinte de 1891.

No Brasil, uma das primeiras vozes em favor do sufrágio feminino foi Leolinda de Figueiredo Daltro. Professora e jornalista, Leolinda Daltro fundou, em 1910, o Partido Feminino Republicano, que “deveria levar a questão do sufrágio para dentro do Congresso”. Mas sua luta não se restringia ao voto, advogava também em prol de uma emancipação feminina mais ampla, e buscava, mais especificamente, a igualdade de direitos no ingresso a cargos públicos. A luta pelo sufrágio, no entanto, só ganhou espaço em alguns setores da elite brasileira depois que a conquista se concretizou na Europa Ocidental e nos Estados Unidos em 1920.<sup>42</sup>

Era uma época de revoltas tanto no campo político e econômico, quanto no campo cultural. Greves e protestos por parte dos trabalhadores urbanos que perdiam poder aquisitivo devido aos baixos níveis salariais e à política inflacionária do governo. Levantes de jovens oficiais contra o governo federal. Revolução cultural proclamando uma iconoclastia contra as artes tradicionais. Todos esses acontecimentos abriam espaço para as lutas feministas.

Oswald de Andrade, líder do modernismo, juntamente com outros intelectuais, atacava a “concepção brasileira da relação entre os sexos”. Sua companheira, Tarsila do Amaral, apesar de não se manifestar em favor das lutas feministas, era apontada por elas como prova das capacidades intelectuais do sexo feminino. Outra contemporânea de destaque que colaborou para reforçar as capacidades femininas foi Anésia Pinheiro Machado, primeira brasileira a receber um *brevé*. Mas, diferentemente de Tarsila do Amaral, Anésia se uniu “à recém-formada Federação

---

<sup>41</sup> HAHNER, 2003, p. 73

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 280.

Brasileira pelo Progresso Feminino, que se tornaria uma organização sufragista de liderança no Brasil, e fez um importante pronunciamento sobre as novas carreiras para a mulher, na sua primeira conferência nacional”.<sup>43</sup>

Bertha Lutz, bióloga e uma das primeiras mulheres a ocupar um elevado cargo público — secretária do Museu Nacional do Rio de Janeiro — juntamente com um grupo de advogadas, médicas e engenheiras, liderou “uma bem-sucedida campanha em favor do sufrágio feminino”. O movimento não tinha ligação com nenhum outro movimento social ou partido político e não buscava uma revolução do papel da mulher na sociedade, mas conseguiu fazer com que as mulheres da classe média tomassem consciência dos seus problemas.<sup>44</sup>

Bertha Maria Júlia Lutz viu de perto a campanha do sufrágio feminino na Inglaterra enquanto concluía seus estudos na Sorbonne. De volta ao Brasil, publicou, em 1918, “um artigo seminal que ajudou a lançar formalmente o movimento sufragista feminino”.<sup>45</sup> Em resposta a um colunista do Rio que afirmava que as conquistas feministas da Europa teriam pouca influência no Brasil, Bertha Lutz fez uma convocação para a criação de uma liga de mulheres brasileiras. Seu projeto não se concretizou imediatamente, mas serviu de ponto de partida para a criação de várias associações femininas. No Rio, Alice do Rego Monteiro cria a Legião da Mulher Brasileira, e a própria Bertha Lutz, juntamente com a escritora e professora Maria Lacerda de Moura, organiza a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher. Mostrando “preferência por um caminho político de ação”, Bertha Lutz deu ênfase à discussão dos direitos políticos e legais bem como das questões educacionais. Ela acreditava que o voto seria o principal instrumento “para a realização do progresso feminino” e serviria “como um símbolo dos direitos de cidadania. [...] Em várias entrevistas dadas à imprensa, Bertha Lutz expôs os objetivos do movimento”: questões gerais, como a paz mundial e questões mais “específicas como pagamento igual para trabalho igual e idênticas oportunidades educacionais [...] bem como participação política direta e legitimada”.<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 272.

<sup>44</sup> Ibid., p. 29-31.

<sup>45</sup> Ibid., p. 288.

<sup>46</sup> Ibid., p. 292-293.

Inicialmente, o movimento internacional influenciou as feministas brasileiras com idéias e exemplos, mais tarde, estreitando laços através de contatos diretos entre sufragistas brasileiras e de outros países europeus, “o movimento internacional passou a fornecer técnicas organizacionais e contatos pessoais muito úteis”.<sup>47</sup> Como funcionária pública, Bertha Lutz teve a oportunidade de participar de encontros organizados em outros países e ingressar “na cena sufragista internacional”. Em visita aos Estados Unidos, em 1922, a líder sufragista encontrou um modelo do movimento feminista mais apropriado aos moldes brasileiros, pois não empregava a violência. Após sua volta, organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ligada à Aliança Sufragista Feminina Internacional. Depois de criada, a Federação fez surgir novas seções em vários estados brasileiros e seus objetivos

[...] reproduziam os da Associação Pan-Americana pela Evolução da Mulher: promover a educação feminina e elevar o nível de sua formação escolar; proteger mães e crianças; conquistar uma legislação trabalhista para a mulher; expandir sua consciência política e social; assegurar os direitos políticos garantidos à mulher pela constituição e instruí-la no exercício inteligente desses direitos; fortalecer os elos de amizade com outros países americanos, assim como garantir a manutenção perpétua da paz e da justiça no hemisfério ocidental.<sup>48</sup>

Influenciando líderes políticos, fazendo uso de contatos pessoais dentro dos círculos do governo, usando a imprensa para propagar sua causa através de resenhas e constantes entrevistas ressaltando “as potenciais contribuições femininas para as necessidades políticas e sociais da nação”, enviando “telegramas com elogios aos políticos que assumissem posições públicas favoráveis ao voto feminino, assim como mensagens de apoio aos esforços do Estado em favor do voto local para as mulheres”,<sup>49</sup> o movimento sufragista alcançou sua meta em 24 de fevereiro de 1932, quando o novo código de leis dava às mulheres amplo direito de voto, nas mesmas condições dadas aos homens.

Conquistado o direito ao voto, “algumas mulheres abandonaram a atividade política” e o fortemente organizado movimento sufragista se fragmentou dando lugar a pequenos grupos. A Federação, no entanto, continuou seus trabalhos, buscando agora a participação das mulheres através de seu registro eleitoral. Em 1933 a Federação criou a Liga Eleitoral Independente com o intuito de promover a

---

<sup>47</sup> Ibid., p. 294.

<sup>48</sup> Ibid., p. 297-299.

<sup>49</sup> Ibid., p. 305.

educação política e apresentar candidatas femininas. Nenhuma dessas, porém, foi eleita naquele ano. A primeira mulher a conquistar um cargo nas eleições nacionais foi Carlota Pereira Queiroz, e sua vitória não está vinculada ao movimento sufragista, mas sim à grande influência política de sua família. Os trabalhos na Federação para a disseminação da educação política e a apresentação de candidatas tiveram sucesso nas eleições de 1934, quando Bertha Lutz alcançou uma suplência no congresso, e, nas assembléias legislativas estaduais, duas mulheres foram eleitas em São Paulo, uma em Sergipe e outra no Amazonas. A médica Lily Lages, de Alagoas, e a advogada Maria Luísa Bittencourt, da Bahia, foram as primeiras candidatas eleitas que, realmente, tinham vínculo com o movimento feminista. No final de 1936, Bertha Lutz assume como suplente na Câmara dos Deputados e, no ano seguinte, ajuda a criar a Comissão do Código Feminino, que “exerceu intensa pressão [...] para que fosse sancionado um estatuto da mulher”, que não se concretizou até o fechamento forçado do Congresso em 1937. Até 1945, quando Getúlio Vargas deixou o poder, “nenhuma atividade política organizada pelas mulheres pôde ter lugar no Brasil”.<sup>50</sup> O movimento sufragista, no entanto, não se confunde com o feminismo, mas foi sem dúvida um movimento feminista que denunciou a exclusão da mulher da esfera política.

Atingido o objetivo do movimento sufragista, os grandes grupos organizados de mulheres foram se dissipando. No Brasil, os anos de 1930 e 1940 representam os anos das conquistas formalmente atingidas: as mulheres conseguiram o direito ao voto e à elegibilidade, além de poder ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho.

Vendo sua luta encerrada, a organização de mulheres, praticamente, desaparece. Nos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, a conquista de igualdade entre os sexos se confunde com as necessidades da economia. A mão-de-obra feminina torna-se imprescindível para preencher os espaços deixados pelos operários convocados para a frente de batalha. Terminada a guerra, porém, a mulher perde novamente seu espaço. Os meios de comunicação se encarregam de divulgar a “nova” velha ideologia de mistificação da “rainha do lar”.

---

<sup>50</sup> Ibid., p. 355-356.

Neste momento de transição, Simone de Beauvoir é uma voz isolada que denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual evocando uma análise profunda de questões relativas à mulher na área da biologia, da psicanálise, dos mitos e da educação.<sup>51</sup>

Esta análise de Beauvoir fundamenta a reflexão feminista que reaparece a partir da década de 1960. Apoiada nesses estudos, Betty Friedan publica *A Mística Feminina*, que confronta a exacerbada mistificação do papel de dona-de-casa, esposa e mãe pregada pela ideologia pós-guerra e detecta o que chamou de “o mal que não tem nome” — uma frustração constante e indefinida percebida em depoimentos de mulheres de classe média dos Estados Unidos que correspondiam ao ideal da “rainha do lar”.

Friedan, mais tarde, em tempos comumente chamados pós-feministas, serve de referência para uma análise sintetizada por Marina Colasanti sobre as conquistas do feminismo. Colasanti descreve a nova angústia descoberta por Betty Friedan:

Nas jovens que trabalham em suas novas carreiras, — diz Betty Friedan — decididas a não serem apanhadas nas armadilhas em que suas mães caíram e encarando como naturais as oportunidades pelas quais nós, as antigas militantes, lutamos duramente, identifico sinais de sofrimento, confusão, uma amargura que elas relutam em admitir. Com todas as oportunidades que arrancamos para elas, evitam falar alto e bom som a respeito de outras necessidades contra as quais algumas de nós do *Women's Lib* nos rebelamos — anseios em relação a amor, segurança, os homens, os filhos, a família e o lar.<sup>52</sup>

Os primeiros indícios da construção de uma teoria feminista apareceram já no final dos anos 1960, quando Kate Millet publica *Política Sexual*. Em seu trabalho a autora afirma que “o sistema patriarcal é um sistema universal de dominação prevalente em todas as culturas, e que penetra as religiões, leis e costumes de todas as civilizações”. Idéia reafirmada por Marina Colasanti em variados textos, dando-nos a conhecer diversos costumes e leis que deflagram a desvalorização da mulher em relação ao homem, principalmente no que tange à sua honra, como no artigo *Mulheres assassinadas*:

O direito à reparação da honra ofendida é coisa que vem de longe, e que irmana os homens além de bandeiras e fronteiras. Na Itália, até 1977, o *crime de honra* constava do Código Penal e previa penas leves, de três a

---

<sup>51</sup> BEAUVOIR, 1980.

<sup>52</sup> COLASANTI, 1981, p. 195.

cinco anos de prisão, para os culpados pelo assassinato de filhas, irmãs e mulheres descobertas em “flagrante delito” sexual. A cláusula, generosa, permitia matar também os companheiros do crime. E segundo um relatório apresentado à ONU no mês de agosto de 1980, centenas de mulheres são assassinadas diariamente em países árabes, para proteger a honra da família. As mulheres do Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita e territórios árabes ocupados por Israel, são degoladas, enterradas vivas, envenenadas ou estripadas por irmãos, pai, um primo, ou um assassino pago. Sua culpa: manterem relações extraconjugais — livremente ou mesmo violentadas — “ou simplesmente por terem sido vistas quando conversavam com algum rapaz, tornando-se assim suspeitas de manterem relações mais íntimas”.<sup>53</sup>

A subordinação feminina em nome da honra masculina é também o tema do curtíssimo conto, *Como se fosse na Índia*.

Quando ele soube que ia morrer, comprou uma serra, um formão, e durante semanas, com as poucas forças que lhe restavam, empenhou-se em destruir os móveis do apartamento, reduzindo armários, mesas, cadeiras, molduras e consoles em cavacos de pau que ordenadamente empilhava no centro da sala.

A mulher acompanhava o labor, varrendo o entulho, cuidando para que ele não se cansasse demais, sempre disponíveis na bandeja a xícara de cafezinho ou o copo d’água. E estando tudo pronto afinal, quando já se esgotava o tempo do homem, subiu ela no alto da pilha, atenta para não derrubar o cuidadoso arranjo.

Deitada lá em cima, ainda tirou com a mão uma teia de aranha do lustre. Depois vasculhou o bolso do avental, e estendeu para o marido a caixa de fósforos.<sup>54</sup>

A autora reconstrói, ironicamente, o costume indiano que leva as viúvas a serem queimadas juntamente com o corpo do marido. Ao mesmo tempo, Colasanti revela os traços dessa submissão internalizada, a mulher preocupa-se, até o último momento, com a limpeza da casa e os cuidados com o marido.

Seguindo a mesma perspectiva de Kate Millet, Juliet Mitchell publica *A Condição da Mulher*, que acrescenta a especificidade da discriminação de sexo nas diferentes classes sociais. E no Brasil, na mesma época, Heleieth Saffioti escreve *A Mulher na Sociedade de Classes*, em que examina o *status* da mulher no sistema capitalista.

Com essas contribuições, o feminismo incorpora em suas reflexões as raízes culturais das desigualdades sexuais no exercício de direitos. Através delas, o movimento feminista contesta a ideologia dominante que legitima a inferioridade “natural” da mulher, e faz eco às conclusões de Simone de Beauvoir: “o ‘masculino’

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 59-60.

<sup>54</sup> COLASANTI, 1986, p. 135.

e o ‘feminino’ são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas”.<sup>55</sup> Funções essas bem exploradas por Colasanti no ensaio *Esta complicada história de ter de fazer concessões*.

Desde pequena, o aprendizado: “Minha filha, deixe essas brincadeiras para os meninos, você é mais ajuizada”. [...]

Mas Maria gosta de ceder? Ela não escolheu o trabalho doméstico. Apenas soube, desde sempre, que ele lhe caberia. Ela não escolheu ser sustentada. Apenas aceitou, desde sempre, que seu trabalho não fosse remunerado, apesar de ser, ele também, um trabalho indispensável à família. Ela não pediu para ficar em casa, simplesmente foi posta ali. [...]<sup>56</sup>

A partir da década de 1970, o feminismo ressurgiu com inegável força política. Surgem inúmeras organizações que servem como pólos congregadores de um grande número de mulheres. Formam-se grupos de trabalho que promovem debates, pesquisas, cursos e publicações. Estes grupos conseguem mobilizar milhares de mulheres em campanhas com reivindicações específicas.

No Brasil, o feminismo chegou ao final da década de 1970 como um movimento organizado em grande expansão. E novamente a imprensa dirigida por mulheres surge como mola propulsora de debates, questionamentos e lutas, colocando em evidência a participação das mulheres na construção de um novo cenário político. Em 1975 nasce o jornal *Brasil Mulher*, que serve de porta-voz ao recém-criado Movimento Feminino pela Anistia. Logo depois, em 1976, surge *Nós Mulheres*, periódico declaradamente feminista que traz à tona questões polêmicas daquela época, “como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo ainda muitas matérias sobre sexualidade, preconceito racial, mulher na literatura, no teatro e no cinema”.<sup>57</sup>

Mais tarde, em São Paulo, foi a vez do *Mulherio*, publicação criada em 1981 por feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. A variedade de assuntos tratados no periódico era tão diversificada que falava desde denúncias de violência até a produção cultural feminina, o que fez com que alguns números se tornassem

<sup>55</sup> BEAUVOIR, 1980.

<sup>56</sup> COLASANTI, Marina. *A nova mulher*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980, p. 175.

<sup>57</sup> DUARTE, Constância Lima. *Mulher, Mulheres: Feminismo e literatura no Brasil*. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 18 agosto 2007.

“verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista.”<sup>58</sup>

No novo feminismo nacional destaca-se o nome de Rose Marie Muraro, escritora feminista atuante, uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira desse novo feminismo. Dentre seus trabalhos, realizou uma pesquisa intitulada *Sexualidade da Mulher Brasileira*, em 1983, que teve grande repercussão incitando o debate acadêmico e servindo de orientação para outras pesquisas.

Outro nome de expressão dessa época é Nélida Piñon, “que participou da redação do Manifesto dos 1.000 contra a censura e a favor da democracia no Brasil”. Nélida foi a primeira mulher a ocupar a presidência da Academia Brasileira de Letras. Inúmeras outras escritoras brasileiras suscitaram em suas leitoras reflexões relevantes sobre o novo papel da mulher na sociedade. Seus textos e personagens contribuíram na disseminação de idéias e ideais que ajudam, ainda hoje, na formação dessa nova identidade feminina.<sup>59</sup> Entre elas está Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Lya Luft, nomes já bem conhecidos da literatura brasileira e Marina Colasanti, autora cuja parte da obra foi escolhida como nosso objeto de estudo.

Nos anos de 1980 e 1981 novos grupos se espalham por diversos estados brasileiros, intensificando as reflexões, a publicação de folhetos sobre sexualidade e direitos da mulher, as pesquisas em diversas áreas, os grupos de estudos, a criação de centros de combate à violência praticada contra a mulher e muitos outros trabalhos que objetivavam a valorização da mulher e do seu papel na sociedade. A participação das mulheres ganha espaço dentro e fora dos lugares tradicionais da política. Conseguem inserir seus temas específicos nas agendas políticas gerais e participam das negociações da transição política do país. Alcançam espaço no mundo sindical, artístico, acadêmico e profissional. Criam organizações não-governamentais e iniciam a tradição dos congressos de mulheres e encontros feministas que fomentam novas lutas e discussões sobre o novo papel da mulher. Espaços também ocupados por Marina Colasanti, tal seu interesse pelo assunto confirmado e retratado em seus artigos, contos e crônicas. Em 1985 é criado o

---

<sup>58</sup> Ibid.

<sup>59</sup> Ibid.

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher — do qual Colasanti também faz parte — que fortalece a presença feminista no debate político nacional e garante a participação das mulheres no processo da Assembléia Nacional Constituinte. Com o lema “constituente pra valer tem que ter palavra de mulher”, uma força-tarefa feminina, intitulada o *lobby* do batom, elaborou emendas populares e recolheu milhares de assinaturas por todo país, além de participarem de debates em diversos setores da sociedade: com políticos, autoridades do executivo e do judiciário e com a sociedade civil. Desse trabalho nasce *A Carta das Mulheres Brasileiras para os Constituintes*, a primeira plataforma política feminina para a sociedade brasileira.

A Constituição Cidadã de 1988 legitima muitas das conquistas almejadas pelos movimentos feministas: a igualdade jurídica entre homens e mulheres, ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, igualdade de direitos e responsabilidades na família, definição da não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia como princípio do Estado Brasileiro, proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e criação dos direitos reprodutivos.<sup>60</sup>

Variando de acordo com o momento histórico e as características sócio-econômicas e políticas do país em que atuam, os grupos de mulheres do movimento feminista almejam, de forma generalizada, a mesma mudança: o desejo de individuação, a recriação de uma identidade própria, livre da ideologia de que “masculino” e “feminino” correspondem a “superior” e “inferior”. Enquanto que em suas origens o movimento feminista “tinha como meta o paradigma da igualdade, no qual o masculino era o modelo e o ideal a ser seguido”, nessa nova fase a contestação feminina reformula a definição de igualdade, que assume a conotação de afirmação da diferença. Anuncia que as diferenças existem sim, porém sem o estigma da inferioridade de um perante a superioridade do outro. “A mulher não quer mais ser o espelho do homem, nem mesmo o seu avesso ou seu contrário; quer encontrar a sua própria marca, seus valores e direitos, sua identidade”.<sup>61</sup>

[...] Éramos uma realidade revestida de tantas capas de mentira, de tantas máscaras adulteradas, que essa realidade se perdeu. Nem nós, nem

---

<sup>60</sup> BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos: Política, Cultura e Feminismo na Virada do Século*. Disponível em <[www.mulheresemovimentos.com.br](http://www.mulheresemovimentos.com.br)>. Acesso em 30 agosto 2007.

<sup>61</sup> SCHMIDT, Rita Terezinha. *Desafios da alteridade*. Disponível em <[www.sidarta.blogger.com.br](http://www.sidarta.blogger.com.br)>. Acesso em 18 agosto 2007.

ninguém saberia mais dizê-la. E à sua procura lançamos mão de vários meios.

Um deles foi dizer o que não éramos. [...]

Outro foi tomar o símbolo do poder, o valor máximo, a única coisa mais semelhante a nós na natureza, a única com que podíamos nos equiparar, e dizer: somos iguais a ele.

[...]

O que não foi visto é que, como homem, ela (a mulher) seria sempre forçosamente incompleta.

[...]

Hoje sabemos [...] que temos capacidades ilimitadas.

[...] Conseguimos desmanchar as primeiras capas de preconceitos e mentiras, mas ainda não chegamos à realidade de nós mesmas.<sup>62</sup>

Na busca dessa nova identidade faz-se um questionamento do que já era senso comum, a hierarquia dos sexos, e nessa busca muitas protagonistas sociais atacaram princípios sagrados da ordem já estabelecida. Todas as teorias feministas tiveram o mérito de criticar, do interior de seus fundamentos epistemológicos, o viés masculino presente nas transformações políticas, filosóficas, sociais e religiosas pelas quais a sociedade passou. Em cada uma delas, as feministas buscaram denunciar a inscrição do poder masculino, tendo, por isso, que lutar duplamente: colaborando com o homem em busca de melhores condições, e contra o homem para provar seu valor e suas capacidades. Foram punidas, reprimidas, silenciadas, mas já eram tantas que mesmo em silêncio elas conseguiram soltar seu grito. A esse grito coletivo deu-se o nome de Movimento Feminista.

### 2.3 QUESTÕES DE GÊNERO: O GRITO ABAFADO

Dentre as várias mudanças provocadas pelos movimentos feministas dos anos 1970 está a instituição dos “estudos sobre a mulher” que pretendia garantir a manutenção de direitos já conquistados e promover debates e pesquisas que auxiliassem na aquisição de novos direitos. Isso aconteceu, em parte, devido ao grande número de acadêmicas que participou ativamente na organização do movimento feminista

---

<sup>62</sup> COLASANTI, 1981, p. 192.

brasileiro.<sup>63</sup> Na década de 1980, quando o movimento perdeu força, os estudos se intensificaram na academia, com a criação de “grupos de consciência”, onde aconteciam debates e reflexões com o intuito de “tornar público aquilo que fica oculto na subjetividade”, contribuindo, com essa troca de experiências, para a “construção de (uma) nova identidade da mulher brasileira”,<sup>64</sup> ponto de culminância dos movimentos feministas. O tema era trabalhado “sob diferentes óticas, em diferentes situações”. Nenhum desses grupos de estudo, no entanto, alcança *status* de unidade própria de ensino.<sup>65</sup> Acontece, então, uma “segregação em um espaço exclusivo”, resultado da “ausência da construção sistemática de um corpo consistente de conceitos teóricos”.<sup>66</sup> Os estudos da mulher não conseguem expandir sua área de atuação nem interferir nos currículos universitários e, por isso, no início da década de 1990, surgem propostas para superar essas limitações. Inicialmente, introduziram-se as temáticas de gênero que substituíram o tema da mulher e da identidade feminina em alguns grupos de trabalho realizados na academia. E a partir daí, gradativamente, ocorre uma

[...] substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica [...]. Em termos cognitivos essa mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino.<sup>67</sup>

Antes, porém, o termo gênero já vinha sendo usado por feministas americanas desde a década de 1970 para afastar “o fantasma da naturalização [...] e comprovar o caráter fundamentalmente cultural e social das distinções baseadas no sexo”.<sup>68</sup>

O conceito vem de uma tradição anglo-saxã e jamais foi incorporado pela linha de investigação francesa que primou pelo termo “relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*)”.

<sup>63</sup> SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil 1975-1995. In: MICELI, Sérgio (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

<sup>64</sup> AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 11.

<sup>65</sup> SORJ, Bila. In: MICELI, 1999.

<sup>66</sup> COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina, *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 6-7.

<sup>67</sup> SORJ, op. cit., nota 64.

<sup>68</sup> BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos: Política, Cultura e Feminismo na Virada do Século*. Disponível em <[www.mulheresemovimentos.com.br](http://www.mulheresemovimentos.com.br)>. Acesso em 30 agosto 2007.

Nos Estados Unidos, a principal referência sociológica dos estudos de gênero foram as teorias funcionalistas. Tal referência se mostrou mais negativa do que positiva, visto que distanciou-se do modelo original criado por Parsons e Bales<sup>69</sup> que enfatiza a família como principal mantenedora do funcionamento regular da ordem social. Para eles, no interior da família nuclear moderna havia a diferença de gênero concebida na divisão de papéis “expressivos” (femininos) e “instrumentais” (masculinos).

Criticando a posição de Parsons e Baile, inúmeras pesquisadoras “argumentaram que considerar gênero como papel social limitava o foco da análise ao comportamento individual e diminuía seu poder de explicação da dinâmica social mais ampla”.<sup>70</sup>

A partir dessa perspectiva, a noção de gênero passou, então, a ser desenvolvida como uma categoria de análise teórica.

Outra referência teórica utilizada na sociologia do gênero foi o marxismo. Debatendo questões tais como “trabalho doméstico” e “participação da mulher na força de trabalho”, o marxismo contribuiu “para que as análises do gênero saíssem dos limites da família [...]”.<sup>71</sup>

No Brasil, optar pelos estudos de gênero foi uma forma de tirar o tema “mulher” de um campo sem interlocução.<sup>72</sup> O gênero, utilizado como uma categoria de análise, poderia ser um forte instrumento para as críticas aos “pressupostos que informam os principais paradigmas da teoria social.” Essa perspectiva levaria ao entendimento de “como o gênero afeta o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais”.<sup>73</sup>

Adotar o conceito de gênero resultou em uma maior aceitação acadêmica desses estudos, visto que, assim, a problemática da mulher foi despolitizada.

Diante das novas temáticas

---

<sup>69</sup> PARSONS, Talcott and Bales, Robert, F., *Family, Socialization and Interaction Process*, New York, Free Press, 1995. Apud SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil 1975-1995*. In: MICELI, Sérgio (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

<sup>70</sup> SORJ, Bila. In: MICELI, 1999.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> AGUIAR, 1997, p. 15.

<sup>73</sup> SORJ, op. cit., nota 64.

[...] algumas preocupações teóricas revelaram-se comuns: a existência ou não de uma teoria e de um método feminista, a adoção ou não do conceito de gênero, na medida em que a passagem do conceito de sexo para o de gênero poderia [...] obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora, que sempre foi a marca dos estudos de mulher.<sup>74</sup>

O conceito de gênero foi tomado de empréstimo da gramática, e em sua acepção original é a “categoria que classifica os nomes em masculino, feminino e neutro”.<sup>75</sup> Nos estudos das Ciências Sociais, no entanto, o termo “relações de gênero” não possui precisão cognitiva. Numa análise estruturalista “o gênero pode operar sob diversas perspectivas”<sup>76</sup> e não há consenso “no que tange à sua armação”.<sup>77</sup>

A noção de gênero requer posicionamento teórico, pois “aponta para o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino [...]”. A noção de gênero não se confunde com a idéia de sexo, pois, enquanto esta tem a ver com o biológico, aquela é resultado das relações sociais. “O gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações”.<sup>78</sup> “Já a idéia de gênero, por sua vez, está ligada à de diferença”, que se alia à idéia do pós-feminismo, na busca de evidenciar “as diferenças e as relações não só entre homens e mulheres, mas também entre mulheres, baseando-se especialmente nas diferenças entre culturas [...]”.<sup>79</sup>

Essa nova proposta insiste na “‘superação’ dos estudos dos papéis sexuais pelas de gênero”, afirmando que este, “por ser relacional, supera a idéia das esferas separadas para um e outro sexo”.<sup>80</sup>

O gênero possui uma constituição simbólica, realizada “num contexto social determinado no tempo e no espaço”.<sup>81</sup> Assim, a essência das relações de gênero varia “dentro e através do tempo, inviabilizando o tratamento da diferença sexual como ‘natural’”.<sup>82</sup>

<sup>74</sup> COSTA e BRUCHINI, 1992, p. 7-8.

<sup>75</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Posigraf, 2004, p. 430.

<sup>76</sup> COSTA e BRUCHINI, op. cit., p. 104, nota 67.

<sup>77</sup> Ibid., p. 183.

<sup>78</sup> Ibid., p. 15.

<sup>79</sup> Ibid., p. 9.

<sup>80</sup> Ibid., p. 26.

<sup>81</sup> Ibid., p. 32.

<sup>82</sup> SCOTT, 1986, apud COSTA e BRUCHINI, op. cit., p. 59, nota 64.

A opção em se trabalhar o conceito de relações de gênero em detrimento de relações sociais de sexo está diretamente ligada ao fato de que “o termo gênero está linguisticamente impregnado do social, enquanto é necessário explicitar a natureza social da elaboração do sexo”.<sup>83</sup>

Retomando a célebre frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, os estudos das relações de gênero apontam para a existência de indivíduos que são transformados, “através dessas relações, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra [...]. O tornar-se mulher e o tornar-se homem [...] constituem obra das relações de gênero”.<sup>84</sup>

Na década de 1990 o conceito foi muito discutido na produção feminista ligada às Ciências Sociais. Donna Haraway, que estuda a relação da Antropologia com o feminismo, acredita que o conceito de gênero está diretamente ligado “a uma distinção com o sexo, na qual nem o sexo nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par seriam situados historicamente e relativizados”.<sup>85</sup> O fato de não situar historicamente o sexo e a natureza contribuiu para a permanência de idéias equivocadas sobre as identidades sociais de “mulheres” e “homens”. Para ela, essa categoria “obscurece ou subordina todas as outras; ‘outras’ que emergem nitidamente das ‘políticas da diferença’”.<sup>86</sup> Isso acontece porque na Antropologia as diferenças de gênero são tratadas como dados e não como tema de pesquisa e reflexão. Isso resulta numa limitação das “possibilidades de estranhar a ideologia de que o desempenho social de mulheres e homens é natural”.<sup>87</sup> E isso entra em confronto com os objetivos antes almejados pelos “estudos de mulher”.

Houve, então, uma remodelagem do objeto de estudo. Antes, estudava-se “a construção social e subordinada do feminino”,<sup>88</sup> agora, o foco está na construção das relações de gênero.

---

<sup>83</sup> Ibid., p. 185.

<sup>84</sup> BEAUVOIR, 1980.

<sup>85</sup> AGUIAR, 1997, p. 51.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> Ibid., p. 41.

<sup>88</sup> COSTA e BRUCHINI, 1992, p. 12.

Diferentemente de Haraway, outras autoras ligadas à Antropologia buscaram vencer essas limitações do conceito de gênero e deram-lhe um lugar central na desconstrução de posições teóricas existentes.

*Antropologia e Feminismo*, uma coletânea de artigos publicada na segunda metade da década de 1970, se tornou um dos clássicos da antropologia feminista. Nela, Olívia Harris e Kate Young, introduzem “a dimensão política na relação entre os sexos”, e isso influi diretamente na maneira de compreender o gênero. A partir daí, várias autoras passaram a questionar as “dicotomias analíticas no estudo do gênero — particularmente natureza/cultura, noções que foram seriamente situadas na história —, questionando as diferenças biológicas como base universal [...]”.

Dentro da Antropologia o gênero pensado como “categoria empírica” revela “tanto a impossibilidade de se pensar universalmente em termos do dualismo natureza/cultura quanto de se outorgar bases fixas para a diferença”.<sup>89</sup>

O *Seminário Estudos Sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas*, realizado em novembro de 1990, em São Paulo, se tornou um marco na passagem dos estudos de mulher para os de gênero, e proporcionou debates e reflexões sobre as relações entre a academia e o feminismo. “A partir das noções de desconstrução e de diferença [...] a noção de gênero, reconstituída, foi perpassando por diferentes áreas da Psicanálise, Lingüística, História, Antropologia e Sociologia”.<sup>90</sup>

Na área de História, uma das acepções mais difundidas acerca da questão de gênero é da historiadora Joan Scott, e diz respeito ao uso da questão de gênero na análise histórica.

Para Scott,

[...] os estudos sobre gênero devem apontar para a necessidade da rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária ‘masculino *versus* feminino’ e a importância de sua historicização e ‘desconstrução’ nos termos de Jacques Derrida — revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas”.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> AGUIAR, 1997, p. 59.

<sup>90</sup> COSTA e BRUCHINI, 1992, p. 11.

<sup>91</sup> AGUIAR, op. cit., p. 101-102, nota 65.

A historiadora propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica. Ela acredita que o aprofundamento da análise dos diversos usos do gênero para justificativa ou explicação de posições de poder fará emergir uma nova história, que abrirá possibilidades para reflexão sobre as estratégias feministas e o futuro utópico. Algumas teóricas feministas, no entanto, questionam sua viabilidade como ferramenta útil para análise.<sup>92</sup>

Segundo Scott, o uso apenas descritivo do gênero não é capaz de “interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes”. Prova disso é o fato de não ter sido suficiente provar a existência de uma “história de mulheres”. O reconhecimento não foi capaz de criar-lhes um espaço de real valor.

Na Sociologia essas relações são entendidas como relações de poder<sup>93</sup>, sendo o gênero um produto social. E é nesse “terreno de poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados” que se travam as relações de gênero.<sup>94</sup>

O que se pode inferir nessa transição dos estudos da mulher para o estudo das relações sociais de gênero é que este ganhou “estatuto de paradigma ao informar sobre as relações sociais entre homens e mulheres”,<sup>95</sup> consagrando “o princípio de entender o outro a partir do próprio ponto de vista”.<sup>96</sup> Esta foi uma estratégia a mais de legitimação do tema “mulher” para que o conhecimento produzido sob essa temática não perdesse sua voz no espaço acadêmico. “[...] *El cambio de la categoría de sexo a la de género permitió a las feministas explorar el condicionamiento sociohistórico, cultural y literário, y las representaciones de los seres humanos de manera más significativa [...]*”.<sup>97</sup>

Optar por trabalhar com gênero, porém, implica necessariamente privilegiar um enfoque que tem como ponto de partida certas diferenças e não outras. Esse é o principal problema encontrado no estudo de gênero, pois este “olhar” privilegia a

---

<sup>92</sup> Ibid., p. 49.

<sup>93</sup> O conceito de poder aqui utilizado, refere-se ao formulado por Foucault (1976): “o de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força”.

<sup>94</sup> AGUIAR, 1997, p. 101-102.

<sup>95</sup> COSTA e BRUCHINI, 1992, p. 243.

<sup>96</sup> SUÁREZ apud AGUIAR, 1997, p. 21.

<sup>97</sup> BROAD, Charlotte. In: FE, 1999, p. 20.

diferença sexual quando “as discussões ‘politicamente corretas’ parecem exigir, cada vez mais, privilegiar ‘outras marcas’ na explicação das desigualdades”.<sup>98</sup>

Esta é também a opinião de Marina Colasanti. Ela acredita que com essa mudança houve um “enfraquecimento daquilo que era trabalho em cima do feminino, cravado no feminino, insistindo no feminino [...]”. E tal enfraquecimento “num país onde a miséria é um problema de primeiríssima linha, e onde, portanto, as mulheres estão num estado terrível — porque sempre que há pobres, os mais pobres são as mulheres, os [sic] mais sacrificados são as mulheres —” as questões do feminino que estavam em aberto não foram resolvidas.<sup>99</sup>

## 2.4 LITERATURA: UM GRITO POSSÍVEL

No caminho empreendido pelas mulheres para a conquista de novos espaços, melhores condições de vida e, principalmente, ter sua identidade reconstruída, é possível identificar a literatura como um dos principais instrumentos por elas utilizado. Seja através da imprensa criada especificamente para esse fim, seja galgando espaços na publicação de livros, a palavra escrita foi presença constante nos momentos de transição e luta por uma nova história das mulheres. “[...] *La literatura, como forma de acceso al conocimiento, es un espacio privilegiado para la organización, representación, interpretación y articulación de la experiencia, al igual que para la exploración de los ideales, valores y prejuicios de los diferentes grupos socioculturales y lingüísticos — los cuales determinan la construcción del significado, de la identidad de género y de la sexualidad, entre otras cosas —, así como de muchas de las ideas y principios en que se basa el feminismo [...]*”.<sup>100</sup>

Olimpe de Gouges abriu caminho com *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, em 1791. Mais tarde, outras seguiram-na: Mary Wollstonecraft (*Defesa dos Direitos da Mulher*), Joanne Deroin (*Curso de Direito Social para as Mulheres*) até chegar em *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, talvez o livro mais importante usado nesse processo de construção de uma nova identidade feminina.

<sup>98</sup> AGUIAR, op. cit., p. 65, nota 65.

<sup>99</sup> Entrevista a André Azevedo. Disponível em <<http://www.revelacaoonline.uniube.br>>. Acesso em 16 agosto 2007.

<sup>100</sup> BEAUSTEGUIGOITIA, Marisa. In: FE, 1999, p. 8.

Muitos livros publicados foram usados como referência para a disseminação de idéias e ideais revolucionários, responsáveis pela mudança de valores da sociedade. No Brasil, o livro de Mary Wollstonecraft pode ser considerado como a referência inicial para o feminismo. Foi a partir da tradução livre de *Defesa dos Direitos da Mulher* que Nísia Floresta publicou seu primeiro livro, *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, em 1832. Nísia foi “uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada ‘grande imprensa’”. Para Zahidé Muzart<sup>101</sup> qualquer mulher do século XIX que almejava ser reconhecida como escritora era feminista, “pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente”.

Foram poucas as brasileiras dessa época que conquistaram esse feito. Nomes que, infelizmente, ainda carecem de espaço e de pesquisas mais consistentes para tornarem-se visíveis: Beatriz Francisca de Assis Brandão, Clarinda da Costa Siqueira, Delphina Benigna da Cunha, Ana Eurídice Eufrosina de Baranhas, entre outras. Pelo objetivo deste trabalho, não detalharemos as obras de todas essas escritoras, mas queremos citar pelo menos uma, de Ana Eurídice de Baranhas, publicada em 1845: *A philosopha por amor*, um livro de contos, versos e uma peça teatral que trazia reivindicações femininas. A personagem apresentada, Mariana, repete idéias que se encontram no primeiro livro de Nísia Floresta, “tais como a convicção na capacidade da mulher para exercer cargos de comando, sua competência para estudar e o discernimento para opinar sobre momentos importantes do país, no caso, a Revolução Farroupilha”.

Mas, sem dúvida, foi nos jornais e revistas femininas que as mulheres conquistaram um maior espaço para divulgar suas idéias, comprovar seu talento literário e suas capacidades intelectuais. Em meados do século XIX, surgiram os primeiros jornais dirigidos por mulheres, neles, muitos foram os textos publicados que ajudaram no avanço em direção à construção da identidade feminina. Alguns, já citados anteriormente, serão retomados neste ponto pelo valor que tiveram na construção da literatura feminina brasileira por se abrirem para publicações que não seriam

---

<sup>101</sup> MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XX*. Antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

aceitas em outro espaço. Em 1852, Joana Paula Manso de Noronha fundou o *Jornal das Senhoras* que, logo no primeiro número, expõe em seu editorial o objetivo de sua publicação: incentivar as mulheres na busca da emancipação moral e social. Acreditando na inteligência feminina, Joana Manso acusava os homens de egoísmo por terem suas mulheres apenas como objetos disponíveis ao seu prazer. Pioneiro, o *Jornal das Senhoras* contava com muitas colaboradoras anônimas e representou “um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos”.<sup>102</sup> E nesse mesmo passo, em 1862, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar cria no Rio de Janeiro *O Belo Sexo*. A novidade trazida por Júlia Albuquerque é o incentivo para que suas colaboradoras assinassem seus trabalhos e participassem efetivamente do jornal.<sup>103</sup>

Depois do sucesso dessas primeiras publicações, nas décadas de 1870 o número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista cresce vertiginosamente. Essa fase, porém, é menos literária e mais jornalística. Francisca Senhorinha da Mota Diniz publica *O Sexo Feminino* que possui três fases, de 1873 a 1875, de 1887 a 1889 e por último, já como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, de 1890 a 1896. Para Francisca Diniz a ignorância de seus direitos é a maior inimiga das representantes do sexo feminino, por isso lutou incansavelmente pela instrução das mulheres. Sua filha Elisa fundou o Colégio Santa Isabel, para moças, que se tornou um dos mais prestigiados do Rio de Janeiro. Também dando ênfase à defesa do direito da mulher à educação, de 1875 a 1885, foi publicado o *Echo das Damas*. Dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto, o jornal divulgava as realizações femininas em outros países, incentivando as brasileiras a tomarem os mesmos rumos. Na mesma época surgiram outros jornais como *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, ambos de 1873, que se destacaram pela divulgação de idéias que, na época, eram consideradas novíssimas, como o direito da mulher à propriedade e ao trabalho profissional.<sup>104</sup>

Dentre tantas publicações, destaca-se o jornal *A Família*, dirigido por Josefina Álvares de Azevedo que, num tom assumidamente combativo lutou em prol da emancipação feminina questionando abertamente a tutela masculina. À frente do

---

<sup>102</sup> HANNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 34-35.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 42-43.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 53-59.

jornal, Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto, e em incentivar as compatriotas à ação.<sup>105</sup> Além do trabalho jornalístico, Josefina Álvares de Azevedo escreveu a peça *O Voto Feminino*, encenada no Teatro Recreio e depois publicada em livro. A peça foi uma das primeiras obras a defender publicamente o direito ao voto feminino e à cidadania.<sup>106</sup>

Outra publicação de destaque foi *O Corimbo* que, apesar de estar fora do centro intelectual do país, o Rio de Janeiro, alcançou uma vida surpreendentemente longa, foi publicado de 1884 a 1944 e, por isso, guarda “em suas páginas a produção literária de várias gerações de escritores e escritoras”. Publicado em Porto Alegre pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, *O Corimbo* teve grande participação na mobilização das mulheres em favor do voto feminino, da educação superior para mulheres e da profissionalização feminina. Também fora do Rio de Janeiro, a revista *A Mensageira*, de São Paulo, teve visibilidade nacional “tanto por sua ampla distribuição como pelas idéias que defendia e as escritoras que nela colaboravam”. Dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, apresenta a defesa da educação superior e textos divulgando o feminismo como sua principal bandeira.

Enfim, movida por uma mesma força e mesmo idealismo, esta imprensa terminou por criar — concretamente — uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função “conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer.”<sup>107</sup>

Tendo, então, o caminho aberto por tantas publicações em defesa da educação, em 1918, Maria Lacerda de Moura publica *Em torno da educação*. Seguindo os mesmos preceitos de tantas outras intelectuais do país, Lacerda de Moura acredita na instrução como principal ferramenta para a transformação na vida da mulher. “Escritora lúcida, inteligente e engajada”, publicou em 1924 *A mulher é uma degenerada?*. Sua obra causou tanta polêmica que teve três edições e alcançou os

---

<sup>105</sup> Ibid., p. 62-63.

<sup>106</sup> Ibid., p. 83.

<sup>107</sup> DUARTE, Constância Lima. *Mulher, Mulheres: Feminismo e literatura no Brasil*. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 18 agosto 2007.

meios letrados do país. Outra obra que gerou muita polêmica foi *Virgindade inútil* — *novela de uma revoltada*, escrita em 1922 por Ercília Nogueira Cobra. Seu objetivo era “discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher” e nessa mesma linha publicou mais dois livros: *Virgindade anti-higiênica — Preconceitos e convenções hipócritas*, em 1924 e *Virgindade inútil e anti-higiênica — novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens*, em 1931. Diferentemente dos textos polêmicos de Lacerda de Moura, mas também com o intuito de colaborar com a emancipação feminina, Diva Nolf Nazário registra em seu livro *Voto feminino e feminismo*, de 1923, esse importante capítulo da história da mulher brasileira. Diva Nazário faz uma seleção de inúmeros artigos sobre o tema publicados na imprensa da época e comenta as diversas opiniões e argumentos pró e contra essa conquista feminina.<sup>108</sup>

No campo literário, muitas escritoras, feministas ou não, usaram sua vocação em prol de novas conquistas femininas. Em 1918, Gilka Machado publica *Meu glorioso pecado*, livro de poemas eróticos que causa bastante escândalo aos seus contemporâneos “por afrontar a moral sexual patriarcal e cristã”. Poetisa talentosa, Gilka contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina. Três anos depois, Rosalina Coelho Lisboa lança o livro *Rito pagão*, recebendo por ele o primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras.

Diferentemente das autoras citadas até aqui que declararam abertamente seu apoio aos movimentos feministas, temos em Rachel de Queiroz uma situação emblemática. Apesar de sua obra figurar dentre aquelas que serviram como marco no processo de emancipação social da mulher brasileira no século XX, a autora nunca admitiu a legitimidade do movimento feminista. Porém, sua temática principal é a posição que a mulher ocupa na sociedade de seu tempo, com os seus preconceitos morais e sociais. Usava como pano de fundo os problemas geográficos e sociais do nordeste. Suas personagens femininas são colocadas em posição de reação contra a dependência e inferioridade da mulher, numa rebelião individual contra o ambiente doméstico e social.<sup>109</sup>

Seu primeiro livro, *O quinze*, de 1930, trata do drama dos flagelados e de várias outras questões sociais que causaram grande impacto no público, que não estava

---

<sup>108</sup> Ibid.

<sup>109</sup> COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*, 7 ed. São Paulo: Global, 2004, v. 5, p. 279.

acostumado a ver personagens femininas emancipadas e em atitudes que afrontavam a norma vigente. Conceição, protagonista desta primeira obra, era “acostumada a pensar por si, viver isolada, criara para seu uso idéias e preconceitos próprios, às vezes largos, às vezes ousados...”.<sup>110</sup> Assim como Conceição, outras mulheres vieram nas demais obras da autora e foram usadas como agentes de mudança, formadoras de opinião, marcos de preocupação social. Noemi, em *João Miguel*; Maria Bonita na peça *Lampião*; a Beata, em outra peça, *A Beata Maria do Egito*; Maria Moura, em *O memorial de Maria Moura*; as três Marias, personagens-título que representam os vários aspectos da condição feminina em *As três Marias*. Nesse romance, Raquel de Queiroz recorre à introspecção e, na voz de Maria Augusta, relata todo o sentimento trágico da vida das três Marias, através de um estudo psicológico envolvendo os grandes problemas humanos e a vida da mulher.<sup>111</sup> Todas elas, mulheres cheias de “idéias” e ideais.

Nos efervescentes anos de 1970 e 1980, época mais forte dos movimentos feministas, novamente reaparecem os jornais dirigidos por mulheres e para a emancipação e valorização da mulher: *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976), *Mulherio* (1981).

Na literatura da época, figuram nomes como Hilda Hist, Lygia Fagundes Telles, Lya Luft, Ana Cristina César, Diná Silveira de Queirós, Clarice Lispector, Rose Marie Muraro e Marina Colasanti, cuja parte da obra está sendo analisada neste trabalho. Mulheres reais que, através de suas mulheres ficcionais, convidaram suas leitoras a serem co-participantes da escrita de uma nova história, história real, História das mulheres.

---

<sup>110</sup> QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro, José Olimpyo, 1974, p. 31.

<sup>111</sup> COUTINHO, 2004, p. 280.

### 3. UMA NOVA MULHER DAQUI PRA FRENTE

*Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado.*

*Clarice Lispector*

O final da década de 1970 apresenta um feminismo organizado e em expansão. Neste momento, a imprensa dirigida por mulheres e para mulheres ganha nova força. Os grupos de pesquisa sob a égide de Estudos da Mulher proliferam pelo país. A mulher-cidadã é um projeto cada vez mais real, e a presença feminina se instala em novos espaços: o mundo sindical, acadêmico, profissional e artístico.

Em meio a essa efervescência, a mulher, essa nova mulher, se descobre diferente, em mutação. “Somos mutantes, mulheres em transição. Como nós não houve outras antes. E as que vierem depois serão diferentes”.<sup>112</sup> Para atender às necessidades dessa mulher que está em processo de construção de uma nova identidade, surge na imprensa brasileira periódicos específicos para esse público feminino.

Marina Colasanti insere-se nesse mundo das letras em 1962 quando ingressa no *Jornal do Brasil*, onde no caderno B desenvolve as atividades de secretária de texto, cronista, colunista e ilustradora. Seu primeiro livro, no entanto, é de 1968 — *Eu sozinha, crônicas* — pela Gráfica Record Editora. Enquanto trabalha em revistas, jornais e televisão, desenvolve paixão pela escrita literária.

Começa, como vimos, pela crônica, talvez pela intimidade já desenvolvida com o gênero através de seu trabalho no jornal. Depois do primeiro livro, só volta a publicar em 1973 — *Nada na manga*, uma nova coletânea de suas crônicas publicadas aos domingos no *Jornal do Brasil*. Outra coletânea só acontecerá em 1996 com *Eu sei, mas não devia* e mais tarde, em 2002, com *A casa das palavras*.

Em 1975 envereda pelos caminhos da ficção e publica *Zoológico*, livro de contos. E desde então passeia por variados gêneros, do ensaio aos contos de fadas. Seu maior número de publicações, no entanto, é na área da literatura infantil e infanto-

---

<sup>112</sup> COLASANTI, 1981, p. 13.

juvenil, onde iniciou em 1979 com *Uma idéia toda azul*. Dentre seus títulos infantis tivemos contato com *Doze reis e a moça do labirinto do vento* (1982), *O verde brilha no poço* (1986), *A mão na massa* (1990) e *Ana Z. onde vai você?* (1993).

Apesar da grande dedicação ao público infantil, Colasanti não deixa de lado os artigos — espaços dedicados em sua maioria à mulher e ao seu “ser-estar” no mundo. Publica em 1984, *E por falar em amor*. Um livro inteiro, vinte e cinco artigos, dedicado ao amor em suas mais variadas facetas: amor-troca, amor-egoísta, amor que mata, amor-calado, amor não correspondido. Sua tentativa é fazer perceber as sutis e às vezes escancaradas diferenças entre o *amor-homem* e o *amor-mulher*. Assunto revisitado em *Aqui entre nós*, de 1988. De sua experiência na revista *Nova* respondendo às cartas das leitoras nasceu *Intimidade pública* (1990), mais um de seus livros que trata exclusivamente da condição feminina.

Marina Colasanti também escreve poesias — *Rota de colisão* (1993), *Gargantas abertas* (1998) e *Poesia em quatro tempos* (2005) — sempre retorna aos contos — *A morada do ser* (1978), *Penélope manda lembranças* (2001), *Do seu coração partido* (2005), *Com certeza, tenho amor* (2005), *23 histórias de um viajante* (2005) — e continua sendo presença constante em palestras, encontros e congressos femininos.

Para este capítulo, nos interessa as publicações que fizeram parte da revista *Nova*, onde Colasanti “levada por profissão... aproximada por afeto”<sup>113</sup> mantinha um espaço em que dialogava com suas leitoras. Em seus ensaios jornalísticos, que a autora denomina como sendo artigos, Colasanti tratava dos mais diversos assuntos

sobre a Nova Mulher — a mulher independente e ativa —, seus comportamentos na vida familiar, no trabalho, no amor, na amizade, no relacionamento com os homens e com as outras mulheres, enfim, na vida cotidiana dos tempos [que se faziam] modernos.<sup>114</sup>

Alguns desses textos deram origem, posteriormente, a dois livros: *A Nova Mulher* e *Mulher Daqui pra Frente*. Neste ponto do trabalho selecionamos alguns desses ensaios para ilustrar o quanto a escrita de Marina Colasanti está ligada às lutas do movimento feminista, suas conquistas e suas agruras.

<sup>113</sup> COLASANTI, Marina. Em apresentação ao livro *A Nova Mulher*.

<sup>114</sup> Ibid.

A palavra Ensaio deriva do latim *exagiu(m)*, que significa a ação de pensar. A autora, no entanto, classifica seus ensaios de artigos, mas não devemos estranhar tal posição, afinal, segundo Alfredo Kazin<sup>115</sup> “o ensaio como uma forma literária e o artigo, na medida em que põe ênfase nos acontecimentos hodiernos, podem e devem ser a mesma coisa”.

E por que o ensaio? Em apresentação do livro *A nova mulher*, a própria autora esclarece que seus textos figuram “um diálogo emocionado a respeito da identidade feminina”. Já temos aí, neste pequeno trecho, duas características do ensaio: a emotividade e a estrutura de um diálogo. A emotividade dá-lhe uma dimensão humana, necessária ao ato de pensar<sup>116</sup>, e organizando o texto como um diálogo, abre-se espaço para a exposição de uma seqüência de idéias que não precisam, necessariamente, levar a conclusões.<sup>117</sup> O ensaio é um espaço onde o autor pode expor suas reflexões em dois níveis de subjetividade: “a do ‘eu’ que se auto-analisa, forcejando por conhecer-se, e do ‘eu’ que se debruça em problemas vários tendo em vista conhecê-los a fim de conhecer-se”.<sup>118</sup> É este exatamente o espaço que a autora busca para expor suas idéias comprovando-as, muitas vezes, com suas próprias experiências.

Para a *Nova mulher* nada mais novo e desconhecido que a independência. E é por aí que Colasanti inicia seu diálogo com suas leitoras. Leitoras mesmo, assim, no feminino. Pois os textos deste livro voltam-se inteiramente para a mulher e seu ser-estar no mundo. O primeiro deles, *Independência, que bonita é*, convoca as mulheres a assumirem a independência conquistada. E começa de maneira inusitada para a época, comprovando, com sua própria experiência, que é possível conciliar casamento e independência, termos, até então, usados como opostos.

[...]

Eu ainda não estava na faculdade, e já pensava nisso, em como e quando ia sair pela vida carregando meu próprio corpinho. Mas a heroína da classe não era eu, eram as duas noivas, que desde o início do ano exibiam alianças e certeza no futuro [...]. Não era costume, não ficava bem uma moça de família pensar em independência. Certo, era casar cedo e

<sup>115</sup> Apud MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1983, p. 228.

<sup>116</sup> Ibid., p. 234.

<sup>117</sup> Ibid., p. 238.

<sup>118</sup> Ibid., p. 232.

definitivamente, ingressando na única profissão digna de uma mulher, louvável carreira de esposa e mãe.

Pois é. Mas aqui estou eu hoje, esposa e mãe respeitabilíssima, e mais profissional reconhecida na praça, com algum trabalho realizado e um monte de trabalho pela frente, cheia de curiosidades e alegria, tranqüila dona de meu nariz. E das noivinhas, o que foi feito? Não sei, porque nunca mais ouvi falar delas, mas é fácil imaginar.

Por isso sorrio dos “não fica bem”, e me tranqüilizo: os hábitos, esses hábitos, estão mudando rapidamente, e logo não haverá riachos que cheguem para tantas mulheres darem seu grito.<sup>119</sup>

Com esse discurso, cujo destinatário é concreto e visível,<sup>120</sup> a autora se aproxima do leitor através da legitimidade que seu texto adquire pelo que Iser Wolfgang chama de “confrontação com a nossa (do leitor) biografia. O autor somos nós, pois cada um de nós é autor de sua biografia.”<sup>121</sup> Isso se deve ao fato de a autora colocar em seu texto não apenas o desejável, o fácil, o que parece irreal. Ela passeia pelos diversos espaços possíveis dessa tal *Independência*. A independência que assusta por ser atrelada ao abandono, à solidão; a independência que dá trabalho, cuja concretização depende diretamente da independência financeira; a independência que afasta os homens, tão acostumados à mulher dependente. Mas para cada uma dessas facetas, a autora propõe possíveis caminhos, experimenta — bem ao estilo ensaístico proposto por Afrânio Coutinho — interpretar a realidade à custa de suas próprias reações, de maneira incisiva, individual, direta.<sup>122</sup>

[...]

Independência assusta. [...]

[...] A primeira razão é que costumamos confundir dependência com carinho. Achamos [...] que ser independente é ser só [...]. Mas independência não é sinônimo de solidão, muito menos de abandono. Uma pessoa independente não é monobloco, auto-suficiente vinte e quatro horas por dia. Pode, e deve, precisar dos outros, recorrer aos outros. O que não deve é confundir necessidade de carinho com necessidade de babá. [...]

[...]

Independência é uma forma da gente se colocar em relação à vida, que abrange a totalidade de nossas ações. E que independe do estado civil. Pode-se, portanto (e como é bom!), ser independente e ser casada, ou ser independente e morar com um rapaz, ou até ser independente e morar com

<sup>119</sup> COLASANTI, 1980.

<sup>120</sup> WOLFGANG, Iser e JAUSS, Hans Robert. *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 9.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>122</sup> COUTINHO, 2004, p. 118.

os pais. Pois independência é a condição de não depender, de não ser tutelada, de ser dona das próprias decisões, de ser autônoma.

E aí temos que enfrentar uma conversinha argentária. [...] sem independência econômica não existe independência.

[...]

Um salário, portanto, ou uma qualquer habilidade que nos permita ganhar dinheiro, são os primeiros requisitos para dar entrada nos papéis da independência. Pois é a partir daí que tudo pode mudar.

[...]

Alguns dizem que homem se assusta com mulher independente porque teme a concorrência. Mas se um homem teme a concorrência, seja ela de quem for, é sinal de que está inseguro em relação a si próprio. [...]

Outros dizem que homem não gosta de mulher independente justamente por sua independência [...]. Estes prefeririam uma coisinha mais submissa [...].

[...]

Então, se são esses os homens que a nossa independência assusta, viva a independência! Não só ela é boa, eletrizante, enriquecedora, como é uma fantástica peneira, encarregada de uma triagem que já afasta do nosso caminho grande parte dos homens que não nos serviriam.

[...]

Como um camelô, venho vida afora apregoando este produto, tentando mostrar que a independência é o único verdadeiro regulador da mulher. Tenho, para convencer, um modesto mostruário dos resultados: eu mesma. E ofereço em garantia minha comprovada satisfação. Mas ao contrário de um camelô, não tenho o produto para vender. Tenho, sim, a alvissareira notícia de que ele é acessível, nacional, e está bem ao alcance de cada uma, escondido na manga à espera de ser solicitado.<sup>123</sup>

Para Iser, “a única função social reconhecida para o texto literário é a de questionar o saber prévio do leitor”.<sup>124</sup> E isso é o que a autora faz, paulatinamente, citando exemplos bem próximos do cotidiano de suas leitoras e, ao mesmo tempo, derrubando tabus, incitando reflexões, apontando possíveis caminhos. Desta forma, seu texto cumpre a função formulada por Hans Robert Jauss em sua estética da recepção. Função que, de acordo com ele,

precisa ser determinada pelo menos duas vezes; a primeira, como alteração do conhecimento de seus receptores, intencionalmente pelo autor; a

<sup>123</sup> COLASANTI, 1980, p. 11.

<sup>124</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 29.

seguinte, como alterações buscadas e realizadas pelos receptores quanto a seu próprio conhecimento.<sup>125</sup>

Quando escolhe para si a figura de um camelô, Marina Colasanti expõe para suas leitoras suas próprias reações e ações diante do conhecimento recebido previamente, da sua intimidade com a independência da qual ela fala.

E falar de independência para a mulher que está impregnada com o paradigma da figura tripartida de mulher/mãe/esposa — já tão intrínseco no seu “eu” — não é tarefa fácil, nem tampouco admirada por muitos. Até mesmo as mulheres para quem a autora se dirige não estão totalmente afeitas às mudanças provocadas pelo feminismo, que mesmo no auge de sua organização ainda encontrava resistência naquelas a quem buscava defender. Tal resistência influi diretamente na interação texto e leitor, pois “quanto mais preso esteja o leitor a uma posição ideológica, tanto menos inclinado estará para aceitar a estrutura básica de compreensão do tema e horizonte”<sup>126</sup> que regula essa interação.

A autora, ciente dessa situação, busca, em outro texto, aproximar-se ainda mais de suas leitoras identificando-se agora com a mulher/mãe. E vai direto ao ponto, sem preâmbulos. O título já diz tudo: *Mãe que trabalha não precisa ter filho problema, não*. Seguindo o mesmo estilo do texto anterior, a autora se mostra como a mulher/mãe que ocupa um lugar diferente. Além de mulher e mãe é também escritora, enfim, é “uma mãe que trabalha”.<sup>127</sup>

Marina começa seu texto analisando o discurso contraditório de uma sociedade que, embora necessite e desfrute da mão-de-obra feminina, mantém uma “velada repreensão” à mulher que “abandona” os filhos para trabalhar fora. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que critica esse discurso contraditório, a autora faz uma análise fenomenológica do tema. Ou seja, busca entender esse comportamento através do quadro referencial no qual os indivíduos que compõem essa sociedade interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.<sup>128</sup> Afinal, “o

---

<sup>125</sup> Ibid., p. 195.

<sup>126</sup> Ibid., p. 129.

<sup>127</sup> COLASANTI, 1980, p. 117.

<sup>128</sup> RICHE, Rosa Maria Cuba. In *O feminino na Literatura Infantil e Juvenil Brasileira: poder, desejo e memória*. Suplemento FNLIJ – Reflexões sobre leitura e literatura infantil e juvenil. Fascículo n° 1 de 11/1997.

ser do feminino recebeu desde sempre sua definição canônica na maternidade.”<sup>129</sup>  
 Nietzsche afirma que por sua natureza as mulheres são seres destinados e mais adequados “para sua primeira e última missão, que é a de colocar no mundo filhos  
 são.”<sup>130</sup>

Não foi impunemente que ouvi as vozes acusatórias. Elas ecoam nos meus ouvidos desde o nascimento, e desde sempre fazem parte do meu conhecimento de mundo. Eu, mulher, fui criada por mulheres, às quais não era permitida outra opção que não a maternidade. Minhas avós nem sonhavam em trabalhar, minha mãe abandonou a faculdade com a primeira gravidez. E embora nem umas nem outra me doutrinassem para a vida do lar, estava subentendido que esse seria o meu destino.<sup>131</sup>

E novamente, numa aproximação com a leitora, a escritora relata sua experiência pessoal em relação à maternidade. A decisão — tão difícil para a época — de ter filhos e continuar trabalhando fora, as adaptações possíveis e necessárias para conciliar a vida de mãe e jornalista, as dúvidas e medos em relação às escolhas que se mostravam imprescindíveis; e tantos outros entraves que iam aparecendo na concretude da vida. Para cada um deles encontrou-se uma solução. Soluções que não vêm prontas, são individuais. E para suscitar a motivação para essa descoberta individual, Marina Colasanti lança mão da auto-reflexão. Questiona, perturba, busca a inquietação.

Que mãe seria eu se tivesse largado o trabalho *em favor* das crianças? Tenho me feito essa pergunta, de vez em quando, ao longo dos anos, quando o peso da sociedade acusadora se faz mais forte, ou quando eu própria, enfraquecida por algum motivo, me questiono sobre o valor real de tanto sacrifício.

[...]

Me vejo então empobrecida. Sem trabalho, tenho certeza, eu seria um ser humano mais pobre. Não apenas pelo estado de dependência econômica em que isso me colocaria — e a dependência é sempre empobrecedora —, como pela ausência de tantos dados que acumulei movida por uma necessidade profissional, pela falta de uma visão que me foi dada no contato diário com um trabalho de informação. Eu teria adquirido outros dados, é evidente, mesmo ficando em casa com as meninas. Mas seria apenas justo que grande parte desses dados, senão a maioria, fosse relativo a elas, à casa, ao pequeno mundo doméstico em que eu estivesse contida.

<sup>129</sup> POMMIER, Gerard. *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

<sup>130</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal ou o prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 1997.

<sup>131</sup> COLASANTI, 1980, p. 117.

E sendo eu tão mais pobre, que educação poderia transmitir às minhas filhas?<sup>132</sup>

Quebrar uma idéia cristalizada há tanto tempo, e repetida por tantos insistentemente, não é tarefa fácil, e Colasanti sabe, por experiência própria, que é necessário comprovar o que se diz. Daí a necessidade de ilustrar com situações concretas as mudanças possíveis que propõe às suas leitoras.

Dando continuidade ao seu percurso pelas diferentes facetas/possibilidades da mulher, fala agora da mulher/esposa. E nada mais imperativo para quem ocupa este lugar que o ato de ceder. *Esta complicada história de ter de fazer concessões* fala, como o próprio título já antecipa, da necessidade/imposição de ceder que acompanha a mulher desde sempre. Logo de início, percebe-se que o foco principal recai sobre a mulher/esposa.

Desde pequena, o aprendizado: “Minha filha, deixe essas brincadeiras para os meninos, você é mais ajuizada”. E a longa doutrinação. A mulher devia conceder-se ao marido, embora o desagradável do sexo. Devia tolerar as traições, embora a humilhação. Devia suportar-lhe a arrogância, embora a revolta. Era papel da esposa ceder e emoldar-se para proteger o casamento”.<sup>133</sup>

O texto de Colasanti nos remete às palavras de Rousseau, que acreditava que a mulher deveria ser educada para tornar agradável a vida do homem.<sup>134</sup> O texto data de 1980, já no final do século XX, e mesmo assim é possível detectar o quão longe os valores disseminados pelas sociedades patriarcais conseguem chegar.

Há muito a mulher concede. Concede a honra dessa valsa, concede a mão em casamento. No papel passivo em que se viu trancafiada pela sociedade, a concessão foi o que lhe restou. Concedendo, fingia dar aquilo que, de qualquer forma, lhe seria tomado. Submissa, brincava de generosa, de altaneira.<sup>135</sup>

Diferentemente dos textos analisados anteriormente, neste, Marina Colasanti não fala de sua experiência com o casamento. Para ilustrar suas reflexões cria situações hipotéticas em que muitas de suas leitoras poderão se reconhecer.

Maria quer ir ao cinema. João não quer. João está cansado do trabalho. Maria também está cansada do trabalho. Mas o trabalho de Maria é doméstico, ela não saiu de casa o dia todo, lavou, passou, cuidou das

<sup>132</sup> Ibid., p. 120.

<sup>133</sup> Ibid., p. 175.

<sup>134</sup> Cf. primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>135</sup> COLASANTI, 1980, p. 175.

crianças, cozinhou. Só ouviu voz de rádio e televisão. Falar, não falou com ninguém. João falou, mexeu-se, andou pela rua. Quer sossego, enquanto Maria quer movimento. Quem deve ceder?

O comum é Maria ceder. Por quê? Porque o trabalho de João rende dinheiro no fim do mês e, por isso, é considerado mais importante. Porque estabeleceu-se que o trabalho de João é mais cansativo. Porque a própria Maria, sustentada por João, sente-se culpada e tende a favorecê-lo, a “pagar” de alguma forma por aquele dinheiro que gasta na compra de todo mês.

Mas Maria gosta de ceder? Ela não escolheu o trabalho doméstico. Apenas soube, desde sempre, que ele lhe caberia. Ela não escolheu ser sustentada. Apenas aceitou, desde sempre, que seu trabalho não fosse remunerado, apesar de ser, ele também, um trabalho indispensável à família e à comunidade. Ela não pediu para ficar em casa, simplesmente foi posta ali.<sup>136</sup>

Junto com o reconhecimento deve vir a reflexão. E a autora, estrategicamente, mostra mais adiante que o ato de ceder pode ser entendido como algo negativo visto sob a ótica do marido, principal preocupação das mulheres “doutrinadas para servir”.

Antônio casou com Wilma. Ela era jovem, esfuziante, bonita. Antônio gostou dela e por isso a escolheu. Mas Wilma havia sido bem doutrinada: postas as alianças, começou a se amoldar a Antônio. Só fazia as comidas de que Antônio gostava, só vestia as roupas que Antônio escolhia, só expressava opiniões gêmeas das de Antônio. Mas era com Wilma que se havia casado e com Wilma queria viver. Então começou a exigir Wilma. Reclamava das comidas, e ela, humilde, providenciava outras; reclamava das roupas, e ela dócil, trocava; reclamava das opiniões dela, tão iguais às dele, e ela, triste, se calava.

[...]

Wilma era uma “santa mulher”. Mas o caso era que Antônio não queria uma “santa”. Queria apenas uma mulher, de preferência, aquela com quem havia se casado.<sup>137</sup>

Esta visão inusitada de uma situação tão comum tem o mérito de instigar a reflexão. Com isso, pode-se dizer que a autora procura incutir em suas leitoras o germe da inquietação capaz de levá-las a “recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino não seja o menos, o desvalorizado”.<sup>138</sup>

Nesses escritos vêem-se ecoando insistentemente as idéias de Simone de Beauvoir que aponta o feminino e o masculino como criações culturais. Colasanti sempre retorna ao processo de socialização no qual a mulher foi condicionada a cumprir

<sup>136</sup> Ibid., p. 176.

<sup>137</sup> Ibid., p. 177.

<sup>138</sup> ALVES e PITANGUY, 1981, p. 9.

papéis sociais específicos. É possível detectar nos textos, traços da mais importante, e talvez menos aparente conquista do movimento feminista: a

semente de questionamento e reivindicação que surge na consciência das mulheres que, vivendo anonimamente o seu cotidiano, vem tentando transformá-lo e recriar sua relação com o mundo, com os companheiros, com os filhos, consigo mesmas.<sup>139</sup>

Mas é em *Mulher, meu bem querer* que Marina mostra de maneira mais direta sua ligação com o movimento feminista.

Fim da década dos anos 70. Olho as minhas mãos no teclado da máquina, e percebo restos de massa ao redor das unhas. Massa de ravióli, que acabei de fazer porque hoje tenho convidados para jantar. Mas agora aqui sentada devo, quero, escrever um artigo sobre a posição da mulher ao término destes dez anos de pequenos e grandes avanços feministas.

A resposta, eu sei, está nas minhas mãos, cheirando a pão como as da minha avó e batendo rápidas nas teclas como as das minhas jovens irmãs. Pois não sou eu, ambígua e perplexa, dividida entre a farinha que se estala sobre a mesa limpa e as limpas folhas que esperam reflexões, não sou eu uma entre tantas, uma como todas, mulher?<sup>140</sup>

“Ambígua e perplexa”, Marina avalia os dez anos do movimento feminista e das mudanças efetivas que ele alcançou. Mas se posiciona em um ponto de onde é possível tocar o passado e viver as conquistas do presente.

Ambígua por se ver feminina e feminista. Perplexa por perceber que existe uma ausência que une as mulheres entre tantas diferenças. Desta ausência só sabemos um pouco mais à frente, quando a autora nos fala das prostitutas de Amsterdam que se exibem nas vitrines para que os clientes possam “refletir sobre a conveniência, ou não, de adquirir a mercadoria”.<sup>141</sup> Turista a trabalho, Colasanti deseja entrevistar a mulher da vitrine. E é aí que percebe a armadilha de seu raciocínio, que mesmo aguçado para a condição da opressão feminina não pensou em entrevistar o homem que se farta da “mercadoria”.

[...] Como a moça de Amsterdam, me vejo na vitrine da vida esperando que os homens me digam o que fazer. E como ela, embora já consciente e rebelde, jogo freqüentemente de acordo com as leis que me ditam, passiva

---

<sup>139</sup> Ibid., p. 70.

<sup>140</sup> COLASANTI, 1980, p. 187.

<sup>141</sup> Ibid.

tantas vezes sem saber, mercadoria enquadrada em ferozes leis de consumo.<sup>142</sup>

A ausência da qual nos fala a autora é a falta de uma história. Uma história de séculos, milênios, como o é a história do homem. Não do homem significando a humanidade, idéia com a qual já temos larga intimidade. E sim o homem representante do sexo masculino, e por isso mesmo investido de poder. Poder hereditário, passado de pai para filho e, principalmente, de mãe para filha. Ironicamente a mulher foi peça fundamental para a manutenção desse poder patriarcal tão enfaticamente pregado que se tornou uma armadilha difícil de desfazer.

Entretanto, burlando os caminhos pelos quais seu pensamento a levou, Marina Colasanti se volta para outra mulher. Uma feminista que, em Roma, lidera um grupo de mulheres. Feminista radical, “quer trucidar a sociedade, a começar pelos homens, quer tomar o poder, atear fogo às estruturas. Está cheia de verdades, certa de ter descoberto a resposta da vida. E marchando no exército das revolucionárias dos anos 70 se fortalece”.<sup>143</sup>

Colasanti, no entanto, sabe que a verdade se forma com muitas verdades. E estrategicamente, levada ao sabor das emoções e do saber, nos leva a outras mulheres, com verdades multifacetadas. A mulher turca emigrada na Alemanha que, apesar do desconforto do calor, cobre seu corpo com “a couraça multicolorida das roupas”<sup>144</sup> para reservar seu corpo apenas para os olhares de seu marido. A jovem mãe na praia de Ipanema que se despe para dourar o corpo que, à noite, oferecerá a todos os olhares em exibição coletiva nas discotecas.

Um e outras, não são donas ainda do seu corpo. Sabem escondê-lo ou enfeitá-lo para o uso dos homens, mas só recentemente lhes foi dito que elas também poderiam usá-lo para seu próprio prazer. O orgasmo é livre, lhes disseram. E mais, é obrigatório. Mas o que é o orgasmo? [...] E debruçadas ao mesmo tempo sobre seu corpo e sobre livros, revistas,

---

<sup>142</sup> Ibid., p. 188.

<sup>143</sup> Ibid., p. 189.

<sup>144</sup> Ibid.

filmes, procuram aflitas uma coincidência de sensações, uma superposição de modelos, tentando, mais uma vez, obedecer.<sup>145</sup>

Perplexas ficamos também nós, leitoras, e aqui me incluo abertamente, que procuramos no texto de uma autora feminista a certeza de que as lutas do movimento feminista deram frutos e que tais frutos poderiam e deveriam ser colhidos e saboreados. Mas o estilo ensaístico de Marina Colasanti é impregnado de inquietações. E nada mais perturbador para o leitor do que encontrar no texto justamente aquilo que não esperava encontrar, o inusitado.

Eu te procurei, mulher, contemporânea minha destes anos 70, na Porno-shop da Ohe Strasse, na Alemanha. A loja fica na rua principal da cidade, junto à butique mais elegante, à livraria mais sofisticada, nem ninguém se espanta, passando diante da vitrine, de ver os manequins seminus nas roupas pretas dos sado masoquistas. Manequins de mulher. Mas você, lá dentro, onde estava? Eu, mulher do meu tempo, supostamente liberada, entrei para ver o que encontrava de mim, ou das minhas semelhantes. E caí no século dezoito. Nenhuma mulher lá dentro, excitando-se com filminhos, comprando implementos. Apenas vendedoras que me olhavam com evidente desagrado, e a massa monótona daqueles homens silenciosos, evitando encarar-se, procurando entre as caixinhas de rótulos discretos como quem escolhe remédios homeopáticos.

Em plena revolução sexual, aquele era um recinto tacitamente proibido às mulheres. E eu não encontrei ali nenhum eco daquelas palavras de ordem que nestes últimos dez anos nos esforçamos tanto para fazer passar, palavras de igualdade, de abertura, de busca do prazer. Encontrei somente a velha mulher objeto tão conhecida nossa, de glúteos redondos e empinados, seios redondos e empinados, empinada toda e exposta, para uso e abuso.<sup>146</sup>

Em sua avaliação sobre as conquistas do feminismo, Marina Colasanti esbarra no velho estigma da repressão sexual.

Considerada por Marilena Chauí como “um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórico e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”,<sup>147</sup> é possível perceber em vários trechos o paradoxo repressão/liberação sexual, tão apregoada nos anos 70. A loja a que se refere, a Porno-shop, “fica na rua principal da cidade, junto à butique mais elegante, à livraria mais sofisticada”; e o que é mais importante, “ninguém se espanta, passando diante da vitrine, de ver os manequins seminus”. Mas ao entrar na loja, eis o paradoxo. “Eu,

<sup>145</sup> Ibid., p. 190.

<sup>146</sup> Ibid.

<sup>147</sup> CHAÚÍ, Marilena. *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 9.

mulher do meu tempo, supostamente liberada, entrei para ver o que encontrava de mim, ou das minhas semelhantes. E caí no século dezoito”.

Mais adiante, novos paradoxos. “Na Rádio Luxemburgo, uma mulher responde a cartas e telefonemas de outras mulheres, e falando [sic] com uma dirige-se a todas”. Uma dessas mulheres era martinicana, e buscava orientação para seu problema: “Não tinha prazer com o marido [...]. Jovem ainda, havia sido deflorada pelo irmão, possuída por ele várias vezes. Não dissera a ninguém.” Por tudo isso, “o ato sexual lhe era doloroso”. A conselheira sugere uma consulta ao ginecologista. E nesse momento tem-se um claro exemplo do quanto a repressão sexual exerceu e ainda exerce poder sobre as mulheres em várias culturas. “[...] eu não posso ir a um médico desses. Na Martinica as mulheres não vão ao médico para essas coisas”. Buscando ajudá-la, a conselheira ainda insiste, e oferece a possibilidade de encontrar uma ginecologista martinicana, e descobre que tal oferecimento é uma afronta, pois “uma médica martinicana melhor do que ninguém saberia que isso estava errado, que na Martinica não se faz; e ela, martinicana descente, não poderia fazê-lo”.

Vemos aí, que “as proibições e permissões são interiorizadas pela consciência individual”<sup>148</sup> e que, no caso da martinicana, foi aplicada o que costuma-se denominar de “repressão perfeita”.

A repressão perfeita é aquela que não é mais percebida como tal devido à forte interiorização dos códigos de permissão e proibição impostos pela sociedade. Ou seja, a repressão não é mais imposta “de fora”, e passa a ser uma auto-repressão, concretizando, assim, a forma mais poderosa de repressão: fazer com que a vítima se aposses de todos os sentimentos que deveriam ser do repressor — o medo, o ressentimento, a vergonha.<sup>149</sup>

Marina entende a situação, não julga, não condena, apenas conclui: “Era martinicana antes de ser simplesmente mulher”.

E assim, falando de situações tão diversas, mostrando mulheres de variadas culturas, a autora demonstra que, na verdade, após esses dez anos de lutas, o

---

<sup>148</sup> Ibid.

<sup>149</sup> Ibid., p. 13.

feminismo não é algo acabado e que as mulheres a quem esse feminismo buscou ajudar não podem ser reduzidas a uma “espécie”. Não existe apenas uma maneira de ser mulher. Portanto, não é possível também que todas as mulheres respondam de uma só maneira a todas as mudanças provocadas por esse movimento. As mulheres envolvidas nesse processo, passiva ou ativamente, ocupam agora um novo espaço. Marina Colasanti se coloca nessa posição intermediária, em movimento, em construção. Às mulheres que caminham à frente, ela dedica seu esforço, mas àquelas que ainda não sabem quem são, ou não têm coragem de soltar as amarras, ela dedica seu amor.

E é esse amor, provavelmente, que leva a autora a publicar uma nova seleção de artigos que, segundo ela, se voltam para as mulheres de “formação burguesa” que “se interrogam sobre sua posição no mundo, sua essência de mulher, e procuram novos ângulos de visão”.<sup>150</sup>

Essa nova mulher, ou novas mulheres como já foi explicitado anteriormente, diante das mudanças ocorridas precisam agora descobrir como será o ser *Mulher daqui pra frente*.

Já no prefácio, a autora repete a estratégia usada no livro anterior: se dirige a um interlocutor, ou melhor, a uma interlocutora concreta.

[...] Este livro é feito de uma presença e uma ausência. Presença de mulheres semelhantes a mim, de formação burguesa, que neste momento se interrogam sobre sua posição no mundo, sua essência de ser mulher, e procuram novos ângulos de visão.<sup>151</sup>

Mas a ausência das “outras” mulheres é justificada.

[...] O que ocorre é injeção profissional, dever de atendimento ao público ao qual minha revista se dirige. E também uma natural inclinação para tratar daquilo que melhor conheço.

E reafirmando seu estilo ensaístico Marina Colasanti conclui seu prefácio com um pedido:

---

<sup>150</sup> COLASANTI, 1981, p. 11.

<sup>151</sup> Ibid.

Que este livro não seja visto, pois, como uma pretensão totalizadora. Mulher, vou escrevendo meu caminho. Um caminho que, para todas nós, é daqui pra frente.<sup>152</sup>

Enquanto *A nova mulher* necessitava de uma maior intimidade com a independência conquistada, *Daqui pra frente* seria premente livrar-se da culpa. Pois, “*la estructura supramosaica [...] siempre le reservaban el eterno papel de culpable (culpable de todo, hiciera lo que hiciera: culpable de tener deseos, de no tenerlos; de ser frígida, de ser ‘demasiado’ caliente; de no ser las dos cosas a la vez; de ser demasiado madre y no lo suficiente; de tener hijos y de no tenerlos; de amamantarlos y de no amamantarlos...) [...]*”.<sup>153</sup>

*Chega essa culpa pra lá*, já citado algumas vezes neste trabalho, toca num ponto essencial: a auto-punição que por vezes impede a mulher de seguir adiante. É desnecessário retomar toda a discussão sobre as origens e os motivos dessa auto-punição já tratados em alguns dos textos analisados até aqui. Nos deteremos, então, na situação utilizada pela autora para desenvolver seu raciocínio acerca do ser *Mulher daqui pra frente*.

No Canadá, num Instituto ligado à educação, ocorria uma importantíssima reunião. [...] De repente, no acarpetado silêncio em que se tomam as grandes decisões, explodiu alto, inesperado, o choro de um bebê. Espanto. Levantam-se os componentes da mesa. [...] Naquele lugar, por tão improvável, o choro causava espanto. E foram todos procurar a fonte de tanto estrépito. Fonte que logo foi encontrada, bebê rechonchudo, deitado em seu moisés, ao lado de uma funcionária.

O diálogo que se seguiu eu não ouvi, mas posso imaginar.

— D. Fulana — deve ter perguntado indignada alguma chefe —, o que significa isso?

— Isso significa um bebê. Meu filho.

— Mas o que ele está fazendo aqui?

— Está chorando, como a senhora pode ver.

E por que chorava ali o filho da funcionária? Porque tinha dor de ouvido. E ela, a mãe, não podia deixar o filho doente na creche. Não tinha com quem deixar em casa. Não tinha com quem deixar fora de casa. Não tinha direito de faltar ao trabalho por doença de filho. Então tinha resolvido o problema da única maneira possível, trazendo o filho para o escritório.

<sup>152</sup> Ibid., p. 12.

<sup>153</sup> CIXOUS, 1995, p. 61-62.

A funcionária canadense era uma mutante, e tinha achado uma solução mutante para seu problema.

Como agiria a maioria das outras mulheres em situação semelhante? Telefonando para uma amiga e pedindo para tomar conta do bebê. Levando o bebê para a casa da vizinha e até pagando para ela ficar com a criança. Faltando ao trabalho e sendo descontada por isso. Ou seja, todas soluções individuais que, de uma forma ou de outra, a deixariam em culpa.<sup>154</sup>

Transformar em coletivo um problema individual é a base do movimento feminista.<sup>155</sup>

Se pensarmos que o livro foi publicado em 1981, ano em que grupos de reflexão se fortaleceram por todo o país, podemos caracterizar o texto de Marina Colasanti como mais uma via de discussão. Lido em tempos atuais poderia parecer, à primeira vista, uma discussão desnecessária, porém, se reconstruirmos o horizonte de expectativa sob o qual o texto foi escrito e retomarmos as questões para as quais constitui uma resposta,<sup>156</sup> veremos que ele cumpre o papel proposto pela própria autora: a busca de novos ângulos de visão sobre a nova situação da mulher.

Vem, entretanto, à minha memória, uma outra situação, presenciada por mim e algumas amigas recentemente, em um restaurante que freqüentamos regularmente. A funcionária que sempre nos atendia estava muito distraída, cometeu alguns erros em nossos pedidos, o que nos chamou atenção. Questionada, em tom de brincadeira, do por que da distração, respondeu-nos que seu filho de três anos estava internado. Mesmo amparada por lei para acompanhar o filho, ela estava cumprindo seu horário de trabalho. E a explicação foi simples: “ali não se podia faltar”.

Duas situações tão distantes no tempo e no espaço, e, no entanto, tão próximas. Talvez seja por isso que ainda hoje nos propomos a repetir os mesmos caminhos já usados pelas mulheres no início do movimento feminista: utilizar a literatura como via possível de uma reflexão que hodiernamente se faz necessária.

Abandonando nossas digressões não literárias, retornemos ao texto. Marina, nesse e em vários outros ensaios, retoma insistentemente os motivos originários das reações das mulheres diante das novas situações.

<sup>154</sup> COLASANTI, 1981, p. 15 e 16.

<sup>155</sup> ALVES e PITANGUY, 1981, p. 67.

<sup>156</sup> JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação a teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

[...] colocadas diante de situações novas, tentamos resolvê-las à velha maneira.

Não por falta de imaginação. Mas pela força da formação.

Educadas dentro dos antigos moldes, fomos por eles colocadas numa direção. É de pequenino que se torce o pepino. E quando o pepino, já grande, resolveu tomar seus próprios rumos, viu que pelo menos uma parte do feitio estava determinada. E era difícil fugir dele.<sup>157</sup>

Vemos nessa insistência, talvez, a maneira encontrada pela autora de impingir em suas leitoras uma premente necessidade de mudança de uma ideologia. E aqui pensamos a ideologia nas palavras de Barthes: “Pois a ideologia é o quê? É precisamente a idéia enquanto ela domina [...]”<sup>158</sup> Talvez, e somente talvez — pois é impossível precisar os reais sentidos originários dados pelo autor — Marina Colasanti tenha entendido que por tanto tempo a identidade feminina foi “modelada” pelo olhar masculino que, mesmo sendo a mulher a principal responsável pela educação dos filhos, ela mantém a “idéia que domina” voltada contra si própria. E aí usamos a ideologia no sentido proposto por Althusser: “esse sistema de crenças e suposições — *inconscientes, não examinadas, invisíveis* — que representam a *relação imaginária* dos indivíduos com sua condição real de existência (grifos nossos)”.<sup>159</sup>

Sendo a ideologia constituída de crenças inconscientes, não examinadas e invisíveis, e tendo o movimento feminista o objetivo de mudar algumas dessas crenças que vinculam a mulher à subordinação, podemos encontrar nos textos de Marina Colasanti uma vontade de trazer à consciência tais crenças para examiná-las e torná-las visíveis.

[...] Se, a cada vez em que a incerteza aponta, a jogarmos para a frente, a passarmos adiante, outros serão obrigados a participar dela, a fazê-la sua. Como no caso do bebê canadense. Os problemas, esses problemas todos que nós sofremos, até mesmo envergonhadas de sofrê-los, não são pessoais. São coletivos. E cabe à coletividade resolvê-los.<sup>160</sup>

E se tal objetivo tácito afasta seu texto da literatura, podemos reportar-nos a Massaud Moisés, que caracteriza o ensaio como sendo “obra literária como texto,

<sup>157</sup> COLASANTI, 1981, p. 16.

<sup>158</sup> BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

<sup>159</sup> BEAUSTEGUIGOITIA in FE, 1999, p. 27.

<sup>160</sup> COLASANTI, op. cit., p. 19, nota 25.

mas autônoma (não-literária), como execução [...]”<sup>161</sup> Ainda apoiando-nos nas idéias desse autor, pousamos nosso olhar em outro texto, *Meu marido não deixa*, sobre o qual já citamos algumas passagens. Massaud Moisés vê no ensaio um texto que pressupõe o amadurecimento de certas convicções. Segundo ele, esse tipo de texto é usado não para informar, e sim para formar opiniões. No ensaio o autor utiliza-se da personalidade para assinalar suas reflexões numa “reavaliação inconformista das idéias feitas”.<sup>162</sup>

Na ginástica, no trabalho, nos jantares, pingada com naturalidade no meio das conversas, ouço com freqüência esta frase: “Meu marido não deixa”. E com naturalidade quase surda eu a ouvi durante muito tempo sem questioná-la, assim como a ouve e vive a quase totalidade das mulheres.

Mas há um momento em que a gente “ouve”, e se espanta, um momento em que finalmente entende o que está sendo dito.<sup>163</sup>

É bem certo que, como disse Teresa de Lauretis,<sup>164</sup> homens e mulheres são constituídos socialmente pelo fato de cada um possuir uma história pessoal e social permeada de “identificações prévias” pelas quais cada um é inserido em seu sexo. Daí, a recorrente análise de Marina Colasanti sobre essas “identificações prévias” que tão bem enclausuraram a mulher numa posição de inferioridade, de propriedade perante a fala masculina. E por que a fala do marido tem tanto poder? Temos para esse questionamento respostas históricas, filosóficas, sociológicas, etc., mas nos apoiamos em Foucault, neste momento, para dar luz às nossas interpretações.

[...] por ser o local da associação entre o poder e o conhecimento, [o discurso] vai alterar sua forma e sua relevância dependendo de quem está falando, da posição de poder dessa pessoa e do contexto institucional em que o falante esteja situado.<sup>165</sup>

Numa sociedade patriarcal o poder está nas mãos do homem, seja ele o chefe, o pai ou o marido. Sua situação será, então, privilegiada, privilegiando também seu discurso. Afinal, quando o homem diz

*Não quero que você faça aquilo, está na verdade dizendo eu quero que você viva de acordo com as minhas vontades; você me pertence como um*

<sup>161</sup> MOISÉS, 1983, p. 221.

<sup>162</sup> Ibid., p. 229.

<sup>163</sup> COLASANTI, 1981, p. 81.

<sup>164</sup> Apud HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 206.

<sup>165</sup> Ibid., p. 235.

*objeto pertence ao seu dono; eu sou o opressor e estou lhe oprimindo porque seu é o papel do oprimido.*<sup>166</sup>

Mas o que a mulher ouve são aquelas frases agradáveis que ajudaram a disfarçar a verdade por tanto tempo. Ouve o que lhe foi ensinado ouvir desde sempre.

*Eu sou seu dono, porque dono do seu amor; e como tal sou seu protetor; eu sou mais forte e sábio do que você, e como tal sei melhor do que você o que lhe convém; eu sou o chefe da família, o responsável, e como tal cabe a mim tomar as decisões.*<sup>167</sup>

Podemos perceber nessa “explicação”, o que Eagleton denomina de “ideologia sexual”, ou seja,

as maneiras pelas quais os homens e mulheres se concebem e concebem o outro em uma sociedade dominada pelos homens, de percepções e comportamentos que vão da brutalidade explícita à brutalidade profundamente inconsciente.<sup>168</sup>

A mulher, cumprindo o papel social que lhe foi destinado é também co-autora na construção desse papel social. É levada e, ao mesmo tempo, se deixa levar pelas percepções construídas sobre o “ser mulher”.

A solução encontrada pela autora para mudar essa percepção engendradora sócio e historicamente acaba repetindo o jogo masculino de poder.

Detectar a eventual insegurança do marido significa ter na mão um elemento muito importante. Não para usá-lo como arma agressiva, atirando-o ao rosto dele em tom de acusação e insulto. Mas para conviver com ela reconhecidamente, trabalhando com delicadeza até torná-la visível e aceita. [...]

O que importa é ajudá-lo a fortalecer seu ego e a solidificar a relação [...].<sup>169</sup>

Ora, quando o homem utiliza-se de palavras melífluas para dar à mulher a segurança de estar protegida não está ele também fortalecendo o ego feminino? Ao inculcar na mulher que o papel de mãe e esposa a torna “perfeita” e “imaculada” não está o patriarcado insuflando o ego feminino para usá-lo mais tarde em causa própria?

<sup>166</sup> COLASANTI, 1981 p. 84 e 85.

<sup>167</sup> Ibid., p. 85.

<sup>168</sup> EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 205.

<sup>169</sup> COLASANTI, op. cit., p. 86 e 87, nota 25.

A diferença nesse jogo de poder é que, enquanto os homens “se vêem geralmente apoiados pelo resto da família, pais e mães que criados dentro dos velhos padrões defendem ferrenhamente sua validade”,<sup>170</sup> a mulher não pode contar com esse contingente extra. Deve contar apenas com sua própria habilidade de avançar e recuar no momento oportuno para concretizar, gradualmente, as conquistas nas quais acredita. E esse acreditar deve vir impregnado de muitas outras contingências, pois na falta de uma história passada na qual se apoiar, resta à mulher lançar sobre o futuro suas expectativas. Podemos deduzir que seja esse também o pensamento da autora, já que encerra seu livro com um ensaio intitulado *Daqui pra frente*.

“Eu estou livre, e acho um saco. Eu quero um homem.”

Escândalo. Quem, em plena década de 80, ousa fazer uma afirmação dessas? Será que não ouviu falar em feminismo, libertação, independência? Mas em que mundo, afinal, vive essa mulher?

Em Paris, França, para sermos mais precisos. E ainda acrescenta: “O homem, a vida a dois, são indispensáveis para uma mulher. As mulheres desejam um homem a seu lado. E será sempre assim.” Categórica, assina embaixo: Annie Girardot.<sup>171</sup>

Eu gosto disso. Do que é dito, e de quem o diz.<sup>172</sup>

Nesse ensaio a autora novamente põe em foco uma breve avaliação sobre as conquistas do movimento feminista e o que efetivamente mudou, após o movimento, na relação homem/mulher. Pelo exposto no primeiro parágrafo, não nos parece que a autora sinta-se com motivos para comemorar.

Falência do feminismo, uiva em deleite a classe conservadora. Dependência do macho, bufa taurina a ala masculina. E todo mundo toca a pesquisar, a perguntar, será que a tal revolução da mulher não deu certo? Será que acabou?<sup>173</sup>

Para responder a tais questionamentos, Marina Colasanti refaz, de maneira bem pessoal, o caminho percorrido pelo movimento feminista. Tudo começa com uma constatação: a mulher não é igual ao homem. Para confirmar essa constatação lançou-se mão das diferenças biológicas — “olhando meu corpo, recebendo minha menstruação e minhas filhas, jamais duvidei de que eu fosse uma mulher, e como

<sup>170</sup> Ibid., p. 87.

<sup>171</sup> Uma das mais populares e respeitadas atrizes da França desde os anos 1960.

<sup>172</sup> COLASANTI, 1981, p. 192.

<sup>173</sup> Ibid.

tal, específica.” — e psicológicas — “Não, eu não era menos inteligente, mais medrosa, menos lógica, mais sensível, menos combativa, mais vaidosa, menos sensual do que ninguém.” No final, porém, restou uma inquietação: “Então, quem era eu?”.<sup>174</sup>

A resposta, como se sabe, não foi encontrada de pronto. O Movimento luta pela igualdade, e toma como referência aquele que detém o “poder”: o representante masculino. Mas descobriu-se que, “como homem, ela seria sempre forçosamente incompleta.”

Marina constata, e ao mesmo tempo justifica o equívoco cometido pelo Movimento: “Teria havido outro jeito de armar a luta pelas reivindicações feministas? Não.”<sup>175</sup>

E o *não* nos remete novamente às amarras sociais e históricas nas quais as mulheres se viram enredadas. As amarras foram construídas sobre nós difíceis de desfazer. Vivemos numa sociedade patriarcal e nela o homem detém o poder. Para se livrar de um nó que não se desata, torna-se necessário “arrebentar” a corda.

As feministas que, equivocadas ou menos, quebraram as primeiras e mais fortes barreiras, e estabeleceram os primeiros conceitos, eram as vanguardas de um movimento que só mais tarde se alastraria. *Vanguarda* vem do francês *avantgarde*, que significa, ao pé da letra, “antes da guarda”, aqueles que antecedem os exércitos, que realizam o trabalho mais arriscado, dentro das linhas inimigas, preparando a situação para que o grosso dos soldados possa avançar.

É uma missão suicida, porque o inimigo está pronto a te estraçalhar, e o próprio exército, lá atrás, te abandona ao menor sinal de perigo. Foi o que aconteceu. As feministas que partiram na primeira leva se viram entre dois fogos. Dos homens, e da maioria das outras mulheres. Não havia um sentido de classe que tornasse solidário o todo feminino, não havia consciência do que estava sendo reivindicado, e parecia mais natural à maioria ater-se ao jogo dos homens para não perder o nada que se tinha. Para que a consciência se fizesse, foi preciso o sacrifício das queimadoras de sutiãs.<sup>176</sup>

“Para que a consciência se fizesse”. Está aí o cerne da questão. Já foi dito que a mulher não tem uma história, pelo menos não da forma como existe a “história masculina”. Não estamos nos livros, muito de nós se perdeu pelo caminho, sem registro. Nossa participação sempre existiu, mas foi escondida, relegada. Então,

---

<sup>174</sup> Ibid.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Ibid., p. 194.

para que no aqui-agora, seja possível a escrita dessa história, “foi preciso o sacrifício das queimadoras de sutiãs”.

Nós não fomos à praça. Não ateamos fogo. Não criamos preceitos. Nós chegamos depois. E tivemos tempo para ver e refletir. A nossa foi sem dúvida uma posição bem mais confortável e menos arriscada. Que nos permitiu agir sem os extremismos indispensáveis às vanguardas.<sup>177</sup>

Voltamos, então, às perguntas iniciais: “Será que deu certo? Será que valeu a pena? Será que estava tudo errado?”.

Marina Colasanti conclui seu raciocínio numa avaliação positiva:

[...] E o que nós adquirimos, acima de tudo, acima das leis e das conquistas de espaço, foi conhecimento, consciência.

[...] Isso não se apaga. Se uma parada existe, ela é de avaliação, não de recuo. E é a partir de nosso conhecimento que seguiremos caminho.<sup>178</sup>

E voltando também à primeira afirmação do texto, Colasanti se coaduna com Annie Girardot e justifica:

As mulheres precisam de um homem ao lado. É uma bela verdade. Que algumas tiveram que negar porque “um homem do lado” estava por demais confundido com um homem acima, e “precisar” se embaralhava com depender. Uma verdade que hoje parece nos indicar exatamente o caminho da nossa especificidade.

Da nossa, e da deles. Porque é evidente que se não descobirmos o recíproco e o correspondente não chegaremos a lugar nenhum. Se o homem nos é necessário, a mulher também é necessária ao homem, em igual medida. A natureza não é burra. E ela nos fez para a união, nos fez complementares. Como realizar esta complementaridade é a tarefa que nos cabe.

Não se trata, portanto de questionar o acerto da revolução feminista, para apagar os erros e retroceder nas posições. Trata-se de avaliar e procurar caminhos novos, certas de que tudo o que tiver que ser feito o será, daqui pra frente.<sup>179</sup>

Nos textos apresentados até aqui foi possível identificar uma constante preocupação de Marina Colasanti em delinear para suas possíveis leitoras o novo caminho aberto pelas lutas do movimento feminista. A autora procurou analisar as diferentes “imagens” que a sociedade construiu para as mulheres — mulher/mãe,

---

<sup>177</sup> Ibid., p. 196.

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> Ibid., p. 197.

mulher/esposa — para desconstruí-las, pois “*habiendo estudiado las imágenes en el espejo, cada mujer puede atravesarlo para descubrir una multiplicidad de reflejos y cambios inexplorados.*”<sup>180</sup> Seus ensaios, em sua maioria, levavam a questionamentos indispensáveis para essas “mudanças inexploradas” que poderiam gerar uma mudança de ideologia — idéia enquanto domina. Esse era também o objetivo do feminismo que, nas palavras de Eagleton

[...] Não era uma questão isolável, uma “campanha” particular juntamente com outros projetos políticos, mas uma dimensão que informava e interrogava todos os aspectos da vida pessoal, social e política. A mensagem do movimento feminino, tal como interpretada por pessoas fora dele, não era apenas a de que as mulheres deviam ter igualdade de poder e de condição com os homens — era um questionamento desse poder e dessa condição.<sup>181</sup>

No caso dos ensaios analisados até aqui fica fácil identificar os motivos que levaram a autora a ser tão direta nas questões do feminismo. Afinal, a revista na qual os ensaios foram publicados inicialmente era dedicada ao público feminino. Buscaremos, então, no próximo capítulo, aprofundarmos nossa pesquisa passando para a análise de um outro gênero visitado pela autora: o conto.

Será possível, numa obra de ficção, identificar a mesma preocupação da autora em relação à condição de submissão da mulher? Ou discutir o feminismo era apenas injunção profissional?

---

<sup>180</sup> BROAD in FE, 1999, p. 23.

<sup>181</sup> EAGLETON, 2003, p. 206.

#### 4. O QUE CONTA NO CONTO

*[...] Quando se faz um conto, o espírito fica mais alegre, o tempo escoá-se, e o conto da vida acaba, sem a gente dar por isso.*

*Machado de Assis*

O mais importante para mim, na literatura, é chegar, com o máximo de economia, ao máximo de resultado. Entrar, como de leve, em um tema, e com poucos toques virá-lo de cabeça para baixo. Minha alegria é chegar, com concisão, ao âmago das coisas.<sup>182</sup>

Esse comentário de Marina Colasanti pode muito bem servir-nos de ponto de partida para a análise que pretendemos fazer de seu livro *Contos de amor rasgados*. Publicado em 1986, o livro chamou-nos atenção pela extensão dos textos que apresenta. Dos 99 contos, apenas 41 ultrapassam uma página, não chegando, no entanto, a preencher duas. É possível, também, encontrar dois contos constituídos de apenas um parágrafo: *Olhando para o horizonte da vida* e *A grande fome do Conde Ugolino*. Contos cujo título se contrapõe claramente à sua extensão, pois, nada mais extenso que o horizonte, e nada maior que a fome de um personagem que devora a seus próprios descendentes. Deixemos de lado, porém, este tipo de análise para não nos afastarmos do objetivo principal de nosso trabalho.

Angélica Soares, em *Gêneros Literários*, conclui que o conto, quanto mais concentrado, “mais se caracteriza como arte de sugestão, resultante de rigoroso trabalho de seleção e de ênfase no essencial”<sup>183</sup>. E, para Colasanti, o que seria o essencial em *Contos de amor rasgados*?

O livro traz em seu título o adjetivo, no plural, “rasgados”, que, imagisticamente, nos remete a algo separado em pequenos fragmentos. Ao mesmo tempo, o dicionário Aurélio nos apresenta as seguintes acepções para o adjetivo **rasgado**: 1. Que

<sup>182</sup> Disponível em <[www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=56-24k](http://www.record.com.br/entrevista.asp?entrevista=56-24k)>. Acesso em 16 agosto 2007.

<sup>183</sup> SOARES, Angélica. *Gêneros Literários*. São Paulo: Ática, 1993, p. 54.

apresenta rasgo ou rasgão. 2. Extenso, amplo. 3. Aberto, franco.<sup>184</sup> Para esclarecer o sentido específico do qual a autora se apropriou no título de seu livro, necessário se faz adentrar na leitura de seus contos e ir, gradativamente, descobrindo o que há de essencial nos *Contos de amor rasgados*.

*Prólogo*

Enfim, um indivíduo de idéias abertas

A coceira no ouvido atormentava. Pegou o molho de chaves, enfiou a mais fininha na cavidade. Coçou de leve o pavilhão, depois afundou no orifício encerado. E rodou, virou a pontinha da chave em beatitude, à procura daquele ponto exato em que cessaria a coceira.

Até que, traque, ouviu o leve estalo e, a chave enfim no seu encaixe, percebeu que a cabeça lentamente se abria.<sup>185</sup>

O indivíduo de idéias abertas não tem indicação de gênero, pode, então, ser atrelado, de acordo com a vontade do leitor, a uma imagem masculina ou feminina. O indivíduo em questão passa de uma inquietação, “a coceira no ouvido”, a uma ação, abrir suas idéias. O texto está repleto de imagens que nos indica a ação de abrir. Abertura do livro — o conto vem também com o nome de prólogo —, abertura para novas idéias que podem brotar dos textos que o sucederão. A palavra “chave”, repetida por três vezes no texto de apenas dois parágrafos, reforça essa idéia. Quem tem a chave certa nas mãos tem o poder de abrir a porta, descobrir o que há por trás. Nesse caso, podemos dizer que a chave certa pode nos levar a descobrir o que há por trás das palavras, pois, “nenhum texto diz somente aquilo que desejava dizer”.<sup>186</sup> O indivíduo “virou a pontinha da chave em beatitude”, o que, no *Dicionário de Filosofia* significa estado de satisfação completa, perfeitamente livre das vicissitudes do mundo.<sup>187</sup> Entendemos o texto como um convite. Um convite a abrir o livro, e ali, nos variados textos, descobrir qual a chave certa para abrir nossos olhos e ouvidos para o que ecoa em nós, através de nós, e ao nosso redor.

<sup>184</sup> FERREIRA, 2004, p. 681.

<sup>185</sup> COLASANTI, 1986, p. 11.

<sup>186</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 142.

<sup>187</sup> ABBAGNO, 1982, p. 100.

O prólogo é entendido como “um discurso ou advertência que antecede obra escrita”,<sup>188</sup> fomos, então, de certo modo, advertidos de que precisamos abrir nossas idéias para o que vem depois. E o texto subsequente já nos cobra essa posição.

Por preço de ocasião

Comprou a esposa numa liquidação, pendurada que estava, junto com outras, no grande cabide circular. Suas posses não lhe permitiam adquirir lançamentos novos, modelos sofisticados. Contentou-se pois com essa, fim de estoque, mas preço de ocasião.

Em casa, porém, longe da agitação da loja — homem escolhendo mulher, homem pagando mulher, homem metendo mulher em saco pardo e levando às vezes mais de uma para aproveitar o bom negócio — percebeu que o estado da sua compra deixava a desejar.

“É claro”, pensou reparando na sujeira dos punhos, no amarrotado da pele, nos tufos de cabelos que mal escondiam rasgões do couro cabeludo, “eles não iam liquidar coisa nova.”

Conformado, deitou-a na cama pensando que ainda serviria para algum uso. E, abrindo-lhe as pernas, despejou lá dentro, uma por uma, brancas bolinhas de naftalina.<sup>189</sup>

Uma das características do gênero conto é a apresentação de um episódio singular e representativo como um flagrante ou instantâneo.<sup>190</sup> Observamos que o flagrante aqui retratado nos mostra a mulher em um de seus papéis mais recorrentes numa sociedade patriarcal, a mulher-objeto. Sim, captamos já nesse primeiro *flash* o que Marina Colasanti considera essencial, o papel social da mulher. Mas não queremos tirar conclusões precipitadas. Vamos dar ouvidos ao texto, e somente a ele. Afinal, como bem disse Roland Barthes, o texto “produz em mim o melhor prazer se consegue fazer-se ouvir indiretamente; se, lendo-o, sou arrastado a levantar muitas vezes a cabeça, a ouvir outra coisa”.<sup>191</sup>

E que outra coisa podemos ouvir ao nos depararmos com a palavra liquidação? Liquidação é a venda de determinados produtos a preços abaixo do normal. Produtos com pouca procura, aqueles considerados como “ponta de estoque”, que precisam ser vendidos para dar lugar aos produtos da “nova estação”. Nossa personagem comprou sua esposa numa liquidação e logo percebeu que sua compra

<sup>188</sup> FERREIRA, 2004, p. 649.

<sup>189</sup> COLASANTI, 1986, p. 13.

<sup>190</sup> SOARES, 1993, p. 54.

<sup>191</sup> BARTHES, 1996, p. 35.

“deixava a desejar”. Mas esse fato já era esperado — “eles não iam liquidar coisa nova”. E de que lhe serviria essa mulher-objeto? “Conformado, deitou-a na cama pensando que ainda serviria para algum uso. E, abrindo-lhe as pernas, despejou lá dentro, uma por uma, brancas bolinhas de naftalina”. A esposa lhe servirá apenas como objeto sexual. Objeto que não será usado com muita freqüência, já que despejou nela “bolinhas de naftalina”.

O texto seguinte — *O leite da mulher amada* —, no entanto, já não retrata mais a mulher-objeto, e sim a mulher que, com malícia e esperteza, tem, além do marido, um amante. E, com certa destreza, consegue do próprio marido a “autorização” para a permanência desse amante.

#### O leite da mulher amada

No seio direito mamava o marido. Mamava o amante no esquerdo. Sem que um soubesse do outro, e o outro pensasse muito no um. Ambos, porém cobiçando o peito que não lhes cabia, e que ela negava pretextando ardências — não fosse um esvaziar o seio reservado ao outro, desencadeando um universo de ciúmes.

Mas a posse garantida e o uso constante tornavam o marido cada vez mais exigente, sempre disposto a queixar-se da qualidade do leite. Ora parecia-lhe muito amargo ora invectivava por achá-lo fraco. E sempre afirmando que o outro seio deveria estar melhor, agredia a mulher por negá-lo, acusando-a inclusive de piorar propositadamente o produto.

A necessidade de solução ficou patente para ela na tarde em que, tomada de desespero, surpreendeu-se invejando as Amazonas. Chamou o marido, e com voz contrita lhe disse que sim, ele tinha razão, fora nos últimos tempos esposa descuidada, permitindo que ele bebesse leite por vezes mais áspero que o das cabras. Isso não tornaria a se repetir. De agora em diante, um provador testaria o leite antes que chegasse aos lábios conjugais e, estando um seio ácido, recorreriam ao outro, para que nunca faltasse o precioso néctar a quem de direito.

E foi assim que, tendo sido nomeado o amante para o cargo de provador, instalou-se este com lábios ávidos, sempre disposto a provar e comprovar, garantindo com sua experiência a satisfação do marido. Agora, um de cada lado, mamam os dois. Enquanto ela, generosa, se oferece na grande cama.<sup>192</sup>

Que tipo de mulher temos agora retratada? Ainda podemos identificar no conto a mulher representando o papel que lhe confere a sociedade, o de esposa e mãe? “No seio direito mamava o marido”. A mulher, assim, doava o seu alimento. Mas, neste

<sup>192</sup> COLASANTI, 1986, p. 15.

caso, o que era alimentado era o desejo, o envolvimento sexual. A mulher era infiel, mesmo assim, sendo esposa, tinha o marido sobre ela a “posse garantida”. Tão garantida que lhe dava o direito de agredí-la caso assim o desejasse. Logo, temos novamente uma mulher-objeto, propriedade de outro, nesse caso, de outros, já que seu seio esquerdo sustentava o amante. A imagem da mulher “generosa”, que “se oferece na grande cama”. Assim, como no texto anterior, é na cama que a mulher-objeto cumpre o papel esperado pelo seu dono. Aqui, porém, a mulher não é o produto, e sim aquela que o oferece. E, ironicamente, a mulher que possui o amante é procurada muitas vezes pelo marido, num uso constante que o tornava cada vez mais exigente, enquanto que à mulher-objeto do texto anterior restaram apenas as naftalinas.

Em *O leite da mulher amada* é possível perceber alguns dados sobre a mulher que a autora procura retratar: a imagem da mulher-objeto cuja posse é garantida ao marido; a presença da agressão física à mulher por negar o sexo ao seu companheiro; a mulher submissa que, para conseguir manter a única coisa que considerava sua — o amante — teve que se mostrar contrita e dar razão ao marido. No entanto, temos a presença do mito das Amazonas, invejadas pela personagem — *A necessidade de solução ficou patente para ela na tarde em que, tomada de desespero, surpreendeu-se invejando as Amazonas.* —. As Amazonas eram mulheres guerreiras, e, para melhor manejarem o arco, mutilavam-se arrancando o seio direito. No conto, a esposa oferecia o seio direito ao marido, aquele que tinha a posse, logo, mutilando esse seio não teria mais que oferecê-lo ao marido, podendo assim livrar-se da submissão.

A personagem do conto retrata, ao mesmo tempo, a mulher submissa, dominada pelo marido, e a mulher maliciosa e perspicaz que consegue resolver seu problema, satisfazendo ao marido e a si mesma. Uma solução irônica que, no entanto, foi criada para garantir “a satisfação do marido”. Satisfação essa sempre negada à mulher, como mostra *Quando já não era mais necessário*.

“Beije-me”, pedia ela no amor, quantas vezes aos prantos, a boca entreaberta, sentindo a língua inchar entre dentes, de inútil desejo.

E ele, por repulsa secreta sempre profundamente negada, abstinha-se de satisfazer seu pedido, roçando apenas vagamente os lábios no pescoço e rosto. Nem se perdia em carícias, ou se ocupava de despir-lhe o corpo, logo

penetrando, mais seguro no túnel das coxas do que no possível desabrigo da pálida pele possuída.

Com os anos, ela deixou de pedir. Mas não tendo deixado de desejar, decidiu afinal abandoná-lo, e à casa, sem olhar para trás, não lhe fosse demais a visão de tanto sofrimento.

Mão na maçaneta, hesitou porém. Toda a sua vida passada parecia estar naquela sala, chamando-a para um último olhar. E, lentamente, voltou a cabeça.

Sem o grito ou suspiro, a começar pelos cabelos, transformou-se numa estátua de sal.

Vendo-a tão inofensivamente imóvel, tão lisa, e pura, e branca, delicada como se translúcida, ele jogou-se pela primeira vez a seus pés.

E com excitada devoção, começou a lambê-la.<sup>193</sup>

Mais uma vez, Colasanti retoma o ato sexual como o espaço onde o homem usa a mulher para sua satisfação. Ao mesmo tempo, reforça a idéia de que o homem não se preocupa em satisfazer os desejos de sua companheira. Sexo é tabu. E, mesmo depois de todas as mudanças provocadas pela revolução sexual, e pelas descobertas iniciadas pelo relatório Kinsey nos anos 50, esse ainda é um assunto pouco discutido entre os mais interessados, os parceiros sexuais. E novamente, à mulher é ainda mais difícil vencer esse tabu.

Vemos que, em *Quando já não era mais necessário*, a mulher consegue expressar o seu desejo, pede pelo beijo. Já o homem mantém sua repulsa em segredo, negada, “logo penetrando, mais seguro no túnel das coxas”. De acordo com a antropóloga Jennifer James, pesquisadora da Universidade de Washington, “muitos homens não estão sintonizados com as necessidades sexuais da mulher”.<sup>194</sup> Ela, então, deixou de pedir e decidiu abandonar o marido. Mas sua hesitação, tal qual na história bíblica do Gênese, transformou-a numa estátua de sal. E só então, estando a mulher “inofensivamente imóvel, tão lisa, e pura, e branca, delicada como se translúcida, ele se jogou pela primeira vez a seus pés”.

“E com excitada devoção, começou a lambê-la”.

Vemos explicitado novamente a fórmula já usada por Marina nos contos anteriores: a mulher só consegue o que deseja mediante sua total submissão. Certa de que

<sup>193</sup> Ibid., p. 19.

<sup>194</sup> COLASANTI, 1981, p. 44.

“existe uma funcionalidade rigorosa de cada palavra no arranjo textual”,<sup>195</sup> atentemos para os adjetivos e advérbios usados no penúltimo parágrafo: “vendo-a tão **inofensivamente imóvel**, **tão lisa**, e **pura**, e **branca**, **delicada** como se **translúcida**, ele jogou-se pela primeira vez a seus pés”.

O inofensivo, segundo o Aurélio, é aquele que não faz dano,<sup>196</sup> sendo assim, a mulher inofensiva não causará dano algum a seu marido. Ele não terá mais necessidade de negar ou esconder sua repulsa. Imóvel, em uma de suas acepções, designa o bem que não é móvel, como terras, casas, etc.,<sup>197</sup> e, de acordo com as idéias que a autora apresentou nos textos anteriores, cabe perfeitamente em nossa interpretação. Indo um pouco mais além, buscamos no *Dicionário de Filosofia* o oposto de imóvel, móvel. “O próprio Aristóteles compara ao primeiro móvel a faculdade de desejar da alma”. Recordemo-nos que a mulher, no início do conto, desejava ser beijada, não alcançando seu intento, deixa de pedir, mas não de desejar. Por isso mesmo decide abandonar a casa e o marido. Mas, transformada em estátua de sal, fica imóvel, logo, sua alma perde a faculdade de desejar.<sup>198</sup> Temos, então, em “inofensivamente imóvel”, a mulher que não causará dano pois já não tem mais desejo algum.

A estátua de sal é também lisa, pura e branca, ou seja, sem nenhuma aspereza<sup>199</sup> e constituída rigorosamente conforme à própria definição.<sup>200</sup> Historicamente, a mulher é definida como a fêmea do homem e, portanto, subjugada a ele em todas as instâncias. É socialmente definida como a responsável pela casa, pelos filhos e pelo marido. Sua brancura reforça a castidade tão esperada da mulher que deve “se guardar” para o marido.

Por fim, a estátua de sal é delicada como se translúcida. Ser delicada é não ter força, é se apresentar frágil.<sup>201</sup> Condição primeira para que o homem possa assegurar-se de sua superioridade. Translúcida é aquela que deixa passar a luz sem

---

<sup>195</sup> MOISÉS, 1983, p. 23.

<sup>196</sup> FERREIRA, 2004, p. 480.

<sup>197</sup> Ibid., p. 463.

<sup>198</sup> ABBAGNO, 1982, p. 655.

<sup>199</sup> FERREIRA, 2004, p. 519.

<sup>200</sup> ABBAGNO, op. cit., p. 780, nota 19.

<sup>201</sup> FERREIRA, op. cit., p. 290, nota 76.

permitir que se vejam os objetos com nitidez.<sup>202</sup> À mulher só é permitido ver o que convém ao seu dono.

“No conto todas as palavras hão de ser suficientes e necessárias, e convergir para o mesmo alvo”.<sup>203</sup> Sendo assim, ao se transformar em estátua de sal, a mulher passou a ter todas as características desejáveis em uma esposa. E só aí, seu marido, “com excitada devoção, começou a lambê-la”. E por que tão grande excitação? Nas palavras de Barthes, “basta que, num lampejo, eu veja o outro sob a forma de um objeto inerte, como empalhado, para que eu transfira meu desejo, desse objeto anulado, para meu próprio desejo; é meu desejo que desejo, e o ser amado nada mais é que seu agente”.<sup>204</sup>

Foi também o desejo de ter uma esposa com as características que mais lhe agradavam que levou a personagem de um outro conto, *Verdadeira estória de um amor ardente*, a criar, ele próprio, a companheira que buscava.

*Verdadeira estória de um amor ardente*<sup>205</sup> é a história de um homem que “nunca tivera namorada, esposa, amante”. Em determinado momento, porém, a solidão, “que antes lhe parecera apenas repousante” transformou-se em tristeza. Daí surge o desejo de “providenciar uma companheira”.

Em loja especializada adquiriu grande quantidade de cera, corantes, e todo o material necessário. Em breves estudos nos almanaques e tratados aprendeu a técnica. E logo, trancado à noite em sua casa, começou a moldar aquela que preencheria seus desejos.

Pronta, surpreendeu-se com a beleza que quase inconscientemente lhe havia transmitido. [...] Era uma dama de nobre silêncio. E só tinha olhos para ele.

Perdidamente a amou. O calor dos seus abraços tornando aquele corpo ainda mais macio, conferia-lhe uma maleabilidade em que todo toque se imprimia, formando e deformando a amada no fluxo do seu prazer.<sup>206</sup>

Algum tempo depois, já cansado “de tanta docilidade”, procura, na leitura de um livro, uma maneira de se livrar do tédio que havia se instalado entre eles, mas, “a

<sup>202</sup> Ibid., p. 787.

<sup>203</sup> MOISÉS, 1983, p. 27.

<sup>204</sup> BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994, p. 23.

<sup>205</sup> COLASANTI, 1986, p. 35.

<sup>206</sup> Ibid.

lâmpada se apagou” e, depois de um breve instante de hesitação, o marido “inflamou a trança da mulher, iluminando o aposento”.

“[...] E, sereno, começou a ler à luz do seu passado amor, que queimava lentamente”.

A autora, consciente ou inconscientemente, reproduz em seu texto a teoria de Aristóteles de que a mulher é potência e matéria, enquanto o homem é ato e idéia. Nela, o filósofo afirma que, sem o ato (homem) a potência (mulher) não existiria.<sup>207</sup> Sendo assim, coube ao homem “moldar aquela que preencheria seus desejos”. Ele, sendo ato e idéia, “em breves estudos nos almanaques e tratados aprendeu a técnica”. A beleza de sua criação não se comparava com a “das mulheres que porventura conheceu”. Ela, sendo potência e matéria, só tomou forma a partir dos desejos do marido. E, de acordo com esses mesmos desejos, foi sendo deformada, moldada pelo toque de seu dono. Sendo o desejo a força propulsora de sua criação, deixando o homem de desejá-la, a mulher perde sua beleza, começa “a empoeirar-se, turvando em manchas acinzentadas os tons antes translúcidos”. Ganha, a partir daí, outra utilidade. Para satisfazer uma necessidade de seu dono, é queimada, destruída. Perde toda sua forma.

Notamos também, em *Verdadeira história de um amor ardente*, a presença do mito de Pigmaleão e Galatéia que aqui contamos resumidamente:

Segundo a mitologia grega, Pigmaleão era um escultor e rei de Chipre que se apaixonou por uma estátua que esculpira ao tentar reproduzir a mulher ideal. Na verdade ele havia decidido viver em celibato na Ilha por não concordar com a atitude libertina das mulheres dali, que haviam dado fama à mesma como lugar de cortesãs. A deusa Afrodite, apiedando-se dele e atendendo a um seu pedido, não encontrando na ilha uma mulher que chegasse aos pés da que Pigmaleão esculpira, em beleza e pudor, transformou a estátua numa mulher de carne e osso chamada Galatéia, com quem Pigmaleão casou-se e com quem teve um filho chamado Pafos.<sup>208</sup>

Assim como Pigmaleão, o personagem do conto também faz a sua mulher ideal, constata que sua beleza é sem igual e se apaixona pela sua obra-prima. A diferença

<sup>207</sup> DUCLÓS, Miguel. *Metafísica de Aristóteles: O ser se diz de vários modos*. Disponível em <<http://www.consciencia.org/aristoteles.shtml>>. Acesso em 24 junho 2006.

<sup>208</sup> Disponível em <<http://wapedia.mobi/pt/Pigmale>>. Acesso em 02 dezembro 2008.

está no desfecho. Enquanto Pigmaleão pede à Afrodite que dê vida à sua obra, a personagem do conto usa a obra para dar luz à sua leitura. Leva sua obra à morte.

“Quando um leitor recebe um texto ficcional, baseia-se, mais ou menos inconscientemente, na rede de orientação de sua experiência”.<sup>209</sup> Sendo assim, poderíamos analisar esse conto de duas perspectivas bem distintas. Na primeira, poderíamos constatar uma reafirmação do poder masculino sobre a mulher. O homem constrói e destrói a seu bel prazer. Por outro lado, é possível também, constatar que esse tipo de relação homem/mulher, fruto apenas da vontade masculina, termina num fracasso total. O desejo inicial era ter uma companheira que lhe tirasse da solidão. Seu intento foi satisfeito por pouco tempo. E o mesmo se repete ao final do conto, já que a chama “de seu passado amor” não queimará eternamente, também se esgotará.

O mesmo fracasso, intencionalmente ou não, é também apresentado em *Para que a ninguém a quisesse*.

Para que ninguém a quisesse

Porque os homens olhavam demais para a sua mulher, mandou que descesse a bainha dos vestidos e parasse de se pintar. Apesar disso, sua beleza chamava a atenção, e ele foi obrigado a exigir que eliminasse os decotes, jogasse fora os sapatos de saltos altos. Dos armários tirou as roupas de seda, das gavetas tirou todas as jóias. E vendo que, ainda assim, um ou outro olhar viril se acendia à passagem dela, pegou a tesoura e tosquiu-lhe os longos cabelos.

Agora podia viver descansado. Ninguém a olhava duas vezes, homem nenhum se interessava por ela. Esquiva como um gato, não mais atravessava praças. E evitava sair.

Tão esquiva se fez, que ele foi deixando de ocupar-se dela, permitindo que fluísse em silêncio pelos cômodos da casa, mimetizada com os móveis e as sombras.

Uma fina saudade, porém, começou a alinhar-se em seus dias. Não saudade da mulher. Mas do desejo inflamado que tivera por ela.

Então lhe trouxe um batom. No outro dia um corte de seda. À noite tirou do bolso uma rosa de cetim para enfeitar-lhe o que restava dos cabelos.

Mas ela tinha desaprendido a gostar dessas coisas, nem pensava mais em lhe agradecer. Largou o tecido numa gaveta, esqueceu o batom. E continuou

---

<sup>209</sup> WOLFGANG e JAUSS 2002, p. 173.

andando pela casa de vestido de chita, enquanto a rosa desbotava sobre a cômoda.<sup>210</sup>

Logo no início já é possível encontrar indicadores do poder do marido sobre *sua* mulher. Afinal, quem tem a posse tem também o direito de fazer o que bem lhe aprouver com sua “propriedade”. Mas o dono não tem culpa dessa situação, “ele foi obrigado”. E quem o obrigou? A educação recebida pela sociedade em que vive. Como foi citado por várias vezes no decorrer de nosso trabalho, o homem sempre foi educado para a força, o poder, a superioridade. Até hoje temos fortes resquícios dessa educação: ao menino é proibido chorar, brincar de boneca, demonstrar algum tipo de fraqueza. E em sua maioria, as mães nem percebem o quanto contribuem para a permanência desse tão falado machismo. Já a educação feminina, também citada em alguns pontos de nosso trabalho, por muito tempo teve como objetivo principal ensinar à mulher como ser uma boa esposa e mãe, submissa e cuidadosa. Não à toa, Marina Colasanti a ilustra como a ovelha, que, pelo senso comum, está relacionada à docilidade e submissão — “[...] pegou a tesoura e tosquiou-lhe os longos cabelos”.

Terminado o conto constatamos que ao homem restou a saudade, mas, ironicamente, não era saudade da mulher, e sim “do desejo inflamado que sentia por ela”. É possível também, ver, mais uma vez, que a mulher, quando moldada pelo marido, acaba por não lhe satisfazer mais, resultando no fracasso do qual falávamos anteriormente.

“O texto ficcional, mesmo no âmbito da recepção mais elevada, possibilita [...] a tomada de consciência ou de aumento de consciência”.<sup>211</sup> Sendo assim, é possível afirmar que Marina Colasanti, ao escrever contos com temas tão recorrentes — lembremo-nos que seu livro foi intitulado *Contos de amor rasgados* — tem o objetivo de causar estranheza através de situações que, mesmo não sendo reais, trazem em si uma carga tão grande de realidade que podem levar o leitor, ou mais especificamente a leitora, a refletir sobre a situação na qual se encontra no momento da leitura. O texto foi escrito em 1986, mas não é difícil para qualquer um de nós, encontrarmos exemplos, na contemporaneidade, de mulheres/esposas que se encaixariam perfeitamente no perfil descrito pela autora. Tomando de empréstimo a

---

<sup>210</sup> COLASANTI, 1986, p. 111.

<sup>211</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 34.

caracterização de Hegel sobre a arte, “segundo a qual o indivíduo, pela criação artística, pode satisfazer a sua necessidade geral de ‘sentir-se em casa, no mundo’, ao ‘retirar do mundo exterior a sua estranheza’ e convertê-la em sua própria obra”,<sup>212</sup> podemos concluir que, para uma autora de cunho feminista, parece muito estranho que a maioria das mulheres se acredite inferior e naturalmente frágil, a tal ponto de se deixar moldar por seus companheiros. Como vimos em seus ensaios, a autora busca, de alguma maneira, contribuir para que aconteça uma mudança de paradigma, e, para isso, utiliza a literatura como principal fonte de reflexões. Diferentemente dos ensaios, escritos, em sua maioria, para uma revista feminina, os contos não têm público específico e podem ser lidos tanto por homens quanto por mulheres. Isso amplia ainda mais a possibilidade de reflexão, pois a linguagem utilizada pela autora possibilita a identificação dos papéis desempenhados por cada indivíduo. *Para que ninguém a quisesse* apresenta o que Stanley Fish denominou de “apresentação literária dialética, uma apresentação que perturba os leitores, forçando-os a examinar seus próprios valores e crenças, em vez de satisfazê-los ou mostrar-lhes complacência”.<sup>213</sup> Nesse conto, um leitor do gênero feminino pode se assustar ao perceber que age exatamente como a personagem. Já o leitor do gênero masculino pode descobrir, com o desfecho do conto, que negar à mulher sua beleza e seu desejo é negar-lhe a própria essência de ser mulher. Sendo assim, ele próprio perde seu objeto de desejo, já que, mesmo tentando voltar atrás, a personagem do conto não consegue mais devolver à mulher sua capacidade de ser desejada. O desejo de voltar atrás é explicado por Barthes quando fala do ciúme:

[...] quando uma ferida acidental me ameaça (uma idéia de ciúme, por exemplo), eu a recupero na magnificência e na abstração do sentimento apaixonado; deixo de desejar aquilo que, estando ausente, não pode mais me ferir. Entretanto, imediatamente, sofro ao ver o outro (que amo) assim diminuído, reduzido e como que excluído do sentimento que ele suscitou. Me sinto culpado e me reprovo de abandoná-lo. Uma reviravolta se opera: procuro desanulá-la, me obrigo a sofrer novamente.<sup>214</sup>

Essas mulheres, anuladas por anos de silêncio e submissão, são retratadas por Marina Colasanti em diversos outros contos. No entanto, entre tantos, elegemos *A honra passada a limpo* como sendo o texto que melhor nos “fala”, no estilo bartheniano, sobre as conseqüências de tantos anos de silêncio.

<sup>212</sup> Ibid., p. 80.

<sup>213</sup> HUTCHEON, 1991, p. 69.

<sup>214</sup> BARTHES, 1994, p. 23.

## A honra passada a limpo

Sou compulsiva, eu sei. Limpeza e arrumação.

Todos os dias boto a mesa, tiro a mesa. Café, almoço, jantar. E pilhas de louça na pia, e espumas redentoras.

Todos os dias entro nos quartos, desfaço camas, desarrumo berços, lençóis ao alto como velas. Para tudo arrumar depois, alisando colchas de crochê.

Sou caprichosa, eu sei. Desce o pó sobre os móveis. Que eu colho na flanela. Escurecem-se as pratas. Que eu esfrego com a camurça. A aranha tece. Que eu enxoto. A traça rói. Que eu esmago. O cupim voa. Que eu afogo na água da tigela sob a luz.

E de vassoura em punho gasto tapetes persas.

Sou perseverante, eu sei. À mesa que ponho ninguém senta. Nas camas que arrumo ninguém dorme. Não há ninguém nesta casa, vazia há tanto tempo.

Mas sem tarefas domésticas, como preencher de feminina honradez a minha vida?<sup>215</sup>

Esse é o único conto do livro narrado em primeira pessoa. Com isso, a autora imprime à narrativa maior verossimilhança dando ao leitor “a impressão de que está sendo participado de ocorrências quase contemporâneas à leitura, como se a realidade viva lhe fosse revelada em pleno processo dinâmico”.<sup>216</sup> E de que ocorrências fala o texto? Quem fala no texto? Quem nos fala é uma mulher. E ela fala de si própria. Em meio a tantos textos cujas personagens são, de algum modo, silenciadas, encontramos uma voz que fala de si, e ao mesmo tempo de tantas outras.

“Sou compulsiva, eu sei”. Nesse primeiro adjetivo já temos o esboço de uma explicação. O compulsivo é aquele que se sente obrigado a alguma coisa.<sup>217</sup> Percebemos, no decorrer do texto, que toda sua obrigação está no espaço privado do lar. E o que foi ensinado à mulher em anos de história? O espaço da mulher é o lar, onde ela é a “Rainha”. O espaço público está reservado ao homem. Essas informações, no entanto, soam como que desgastadas, repetidas por tantas vezes que já se perderam no tempo. Talvez por isso mesmo, a autora tenha escolhido a narração em primeira pessoa para revelar que o que se pensava antigo, distante e

<sup>215</sup> COLASANTI, 1986, p. 187.

<sup>216</sup> MOISÉS, 1983, p. 35.

<sup>217</sup> FERREIRA, 2004, p. 251.

ultrapassado, é, na verdade, contemporâneo. Essa contemporaneidade é reforçada pelo uso dos verbos no presente, “[...] **boto** a mesa, **tiro** a mesa. [...] **desfaço** camas, **desarrumo** berços [...]”.

Nos parágrafos centrais, a mulher se autodenomina caprichosa. E o capricho nada mais é que teimosia, obstinação.<sup>218</sup> Nessa parte do texto a narradora repete insistentemente o “eu” acompanhado de verbos que indicam, gradualmente, a presença de uma força que até então não aparecia.

Sou caprichosa, eu sei. Desce o pó sobre os móveis. Que eu colho na flanela. Escurecem-se as pratas. Que eu esfrego com a camurça. A aranha tece. Que eu enxoto. A traça rói. Que eu esmago. O cupim voa. Que eu afogo na água da tigela sob a luz.

Colho, esfrego, enxoto, esmago, afogo... Colocados assim, lado a lado, é possível perceber que as ações vão ganhando força até o ápice de afogar, matar o que incomoda. Mas, ironicamente, a imagem construída pela autora na frase seguinte mostra uma mulher cuja arma se resume numa vassoura: “E de vassoura em punho gasto tapetes persas”.

“Sou perseverante, eu sei”. Num primeiro instante, perseverante poderia ser considerado como um adjetivo nobre, pois em seu uso mais recorrente, na linguagem do cotidiano, perseverar é não desistir. Mas no contexto em que se apresenta, podemos utilizá-la em outra acepção: perseverar é permanecer sem mudar,<sup>219</sup> o que, nesse caso, faz com que o adjetivo perca sua aura de nobreza, e ganhe matizes de um conformismo que destrói. Para chegar a essa conclusão, é necessário que se entenda o significado da expressão “feminina honradez”. Enquanto no *Aurélio* encontramos a honra com o sentido de dignidade, no *Dicionário de Filosofia*, o sentido dado por Aristóteles “inclui uma boa dose de conformismo aos prejuízos dominantes no grupo ou na classe social que concede a honra”.<sup>220</sup> Retomando os estudos de Simone de Beauvoir, tão distantes historicamente, percebemos que, “treinada” para as lides domésticas, a mulher tem nelas a razão de ser de sua feminilidade. Para desvencilhar-se de tal pensamento será necessário ter *A honra passada a limpo*.

---

<sup>218</sup> Ibid., p. 209.

<sup>219</sup> Ibid., p. 626.

<sup>220</sup> ABBAGNO, 1982, p. 492.

Esse discurso da inferioridade natural da mulher está de tal forma internalizado, que é difícil à própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela introjetada. Para mudar essa imagem, serão necessários outros tantos anos de história. E para mudar a história real, pode-se, muito bem, utilizar-se da ficção. Afinal, “o mundo da ficção e o mundo real se coordenam reciprocamente: o mundo se mostra como horizonte da ficção, a ficção, como horizonte do mundo”.<sup>221</sup> Não por acaso, Marina Colasanti insere em seu livro alguns contos que podem ser utilizados como representação de um desejo de mudança. *Com a chegada da primavera* é o primeiro deles.

#### Com a chegada da primavera

Primeiro num vaso, depois em outro, e logo em latas e canteiros de caixotes, o homem plantou bulbos e ficou à espera das flores.

Mas antes das flores ou de qualquer germinar, ervas daninhas começaram a despontar na plantação. Atento, o homem arrancou uma por uma, sacudindo bem as raízes para poupar a terra preciosa. E mais regou, sabendo que as flores logo chegariam.

Despontavam as primeiras folhas prenunciando jacintos e narcisos, e já as daninhas se multiplicavam, ameaçando sufocar a brotação delicada. Novamente o homem foi obrigado a intervir, arrancando impiedosamente as invasoras.

Até a chegada daqueles dias mais amenos em que, uma por uma, as flores começaram a se abrir, encharcando o ar de perfume, colorindo os canteiros de matizes. Aproximou-se o homem com seu canivete e, escolhendo as mais bonitas, degolou-lhes o caule, empunhando o buquê que levaria para enfeitar alguma casa. Não teve tempo de fazê-lo. Antes que deixasse o jardim, as flores o arrancaram, daninho.<sup>222</sup>

As possibilidades de entrelaçamento de idéias no espaço textual se multiplicam infinitamente, por isso, a constituição da significação é o “espaço ou meio de reflexão em que o leitor pode penetrar cada vez mais, sem nunca o esgotar”.<sup>223</sup> Portanto, no contexto de nosso trabalho, nos é possível confrontar a situação relatada no conto com a história do feminismo. A personagem, definido apenas como sendo um homem, “plantou bulbos e ficou à espera de flores”. Podemos relacionar o ato de plantar bulbos com o ato de “plantar” nas mulheres idéias de

<sup>221</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 171.

<sup>222</sup> COLASANTI, 1986, p. 79.

<sup>223</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 161.

inferioridade, já mencionadas anteriormente, que por tanto tempo a sociedade patriarcal impôs. As ervas consideradas daninhas podem servir de representação para todas as idéias que também, desde 195 a. C.<sup>224</sup> apareciam com o intuito de impulsionar as mulheres para a luta por igualdade de direitos. Pois, assim como acontece com as ervas daninhas do conto, essas idéias foram sendo “arrancadas” no decorrer da história. Podemos citar, como exemplo, o surgimento do feminismo que tantos entraves encontrou pela frente. A cada nova tentativa de mudança de paradigma, “novamente o homem foi obrigado a intervir, arrancando impiedosamente as invasoras”. Como em *Para que ninguém a quisesse*, aqui também o homem é “obrigado” a tomar esse tipo de atitude.

O último parágrafo retrata a violência praticada contra as mulheres na imagem do homem que “degolou-lhes o caule, empunhando o buquê que levaria para enfeitar alguma casa”. Se lembrarmos que, ainda hoje, a mulher é “orientada” a se tornar esposa e mãe para alcançar a felicidade completa, entenderemos a referência à “enfeitar alguma casa”. Na frase final, no entanto, vem a reação: “Antes que deixasse o jardim, as flores o arrancaram, daninho”. A autora começa, então, de maneira sutil, porém enfática, a incitar a reflexão sobre a necessidade de mudança que requer a ação, não só a vontade. Tal interpretação é possível porque “no pós-modernismo a ficção é apresentada como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões da realidade”.<sup>225</sup> Sendo a autora conhecida por sua participação em movimentos de mulheres e discussões que envolvem a questão do gênero, qual é a sua versão da realidade? Nos contos apresentados até aqui, e nos demais que não serão apresentados nesse trabalho, a autora nos coloca frente a frente com situações pinceladas por seu olhar de contista. Mostra-nos aqueles flagrantes no qual “o contista doa à contemplação do leitor um episódio semelhante aos da existência diária”.<sup>226</sup> Mas, no caso dos contos de Marina Colasanti, essa semelhança não nos chega de maneira direta, e sim com aquela arte de tornar verossímil aquilo que, na realidade, seria impossível. Essa verossimilhança é encontrada, por exemplo, em *Sem que fosse tempo de migração*.

Sem que fosse tempo de migração

---

<sup>224</sup> Cf. primeiro capítulo do trabalho.

<sup>225</sup> HUTCHEON, 1991, p. 64.

<sup>226</sup> MOISÉS, 1983, p. 44.

Embora vivendo na gaiola há tantos anos, sua esposa não cantava. Nem ele a culpava por isso. Bastava-lhe a presença vivificando a casa.

Com quanto amor cuidava dela, trocando sua água todo dia, providenciando alimentos que só bem lhe fizessem à saúde. Com quanto encantamento a admirava na hora do banho, apesar do gesto habitual com que ela, sacudindo dos cabelos pingentes de cristal, o obrigava a trocar os jornais com que forrava o fundo. E era sempre com doçura que à tardinha, dando o dia por encerrado, cobria a gaiola com um pano.

Sim, a vida conjugal era cheia de alegrias, repetia para si mesmo quando, chegando em casa com um pacotinho de uvas, deparou com a portinhola aberta. Vazia, a gaiola pareceu-lhe subitamente inconsistente, agora que nada havia para reter seu olhar entre as varetas.

Chamou, sabendo que não teria resposta. Procurou nos quartos, olhou atrás de móveis e portas, lugares onde ela não estaria. Depois debruçou-se à janela como se ela tivesse podido voar, e em alguma cornija ou fio ainda o esperasse.

Mas lá embaixo as pessoas iam a suas vidas. E nenhum rosto era o rosto da mulher.

Então colocou uma cadeira debaixo da gaiola, subiu, ergueu uma perna esgueirando-a com cuidado, levantou-se na ponta do outro pé, puxou para cima o resto do corpo.

Só depois de entrar e fechar com cuidado a portinhola, percebeu que ninguém viria trazer-lhe a noite com um pano.<sup>227</sup>

Ao ler esse conto é possível entender as palavras de Barthes quando explica que “o leitor pode dizer incessantemente: eu sei que são apenas palavras, mas mesmo assim... (emociono-me como se essas palavras enunciasses uma realidade).”<sup>228</sup> A emoção está bem demarcada no segundo parágrafo. Era com muito **amor** que o marido cuidava da esposa; com muito **encantamento** ele a admirava na hora do banho; e era sempre com **doçura** que ele cobria a gaiola ao fim do dia. Vemos, no entanto, a emoção vivenciada pelo marido. Não nos é dado conhecer detalhes sobre a esposa que ficava na gaiola. Apenas sabemos que ela não cantava. Todo nosso olhar é dirigido, pelo foco narrativo, às ações “amorosas” do marido. Até a fuga da esposa — apesar de justa, dadas as circunstâncias — torna-se para nós motivo de tristeza, pois “colamos” nossos sentimentos ao da personagem em destaque: o marido. Parece-nos que o marido, assim como nós, também não tinha conhecimento dos sentimentos da esposa, e para suprir esse desconhecimento colocou-se em seu lugar, foi para dentro da gaiola. Percebeu, porém, que seu intento não seria

<sup>227</sup> COLASANTI, 1986, p. 203.

<sup>228</sup> BARTHES, 1996.

alcançado, pois não tendo alguém para tratá-lo “amorosamente” não alcançaria jamais a experiência vivida pela esposa.

Na relação amorosa retratada no conto podemos identificar o que Laing explicitou sobre a interpretação: “Tua experiência de mim é invisível a mim e minha experiência de ti é invisível para ti”.<sup>229</sup> E, assim como no texto, a impossibilidade da transparência mútua nos obriga à prática da interpretação. O marido considerava a vida conjugal cheia de alegrias. A situação lhe agradava sobremaneira. A esposa, no entanto, fugiu. Logo, podemos deduzir que não era tão feliz quanto o marido. Ele busca vivenciar a experiência da esposa, e nós, leitores, como estamos “colados” a ele pelo foco narrativo, somos também convidados a “entrar” na gaiola e descobrir o que não nos foi mostrado.

O processo de comunicação [do leitor com o texto] se realiza [...] através da dialética movida e regulada pelo que se mostra e se cala. O que se cala, impulsiona o ato de constituição, ao mesmo tempo que este estímulo para a produtividade é controlado pelo que foi dito, que muda, de sua parte, quando se revela o que fora calado.<sup>230</sup>

Temos no conto *Cantata dividida* uma outra situação. Quem vai embora é o marido, e quem fica também não sabe muito bem o que fazer.

Cantata dividida

Desde os tempos de namoro, amavam-se numa língua que só os dois conheciam. Com ela trocaram juras, com ela inventaram uma canção. E mesmo depois de casados, embora falassem outras línguas na rua, ao fechar a porta de casa só em sua língua se entendiam.

Foi também em sua língua que se desentenderam e, depois de muitas brigas, resolveram separar suas vidas. Dividiram os discos, partilharam os livros, ficou ela com os móveis do quarto, escolheu ele os da sala, e até o piano dado pelos padrinhos foi feito em dois, cabendo a ela as teclas brancas, enquanto ele se contentava com as pretas.

Apesar da perda da metade do cotidiano, ela lutava para conduzir a vida a uma nova ordem quando uma tarde, sentada frente ao que restava do piano, a revelação gelou-lhe as mãos. Só naquele instante, preparando-se para cantar, percebeu que o amor nunca mais lhe seria possível. O marido havia levado todas as consoantes da sua língua. E, subreptício [sic], carregara consigo o segundo verso da canção.<sup>231</sup>

<sup>229</sup> WOLFGANG e JAUSS, 2002, p. 23.

<sup>230</sup> Ibid., p. 90.

<sup>231</sup> COLASANTI, 1986, p. 85.

Sabendo que o livro foi escrito em 1986, podemos supor que a situação apresentada no conto já havia se tornado mais freqüente. O “recado” está nos detalhes da situação. O título escolhido é *Cantata dividida*. A cantata é por si só, cheia de contradições, pois é uma composição vocal muito extensa, de inspiração **profana e religiosa**. É feita para **uma ou várias vozes**. Destinada **aos salões, à igreja, ao concerto, nunca ao teatro**.<sup>232</sup> Assim também pode ser considerado o casamento, cheio de situações contraditórias. Mas essa cantata foi dividida. E como foi feita essa divisão? Ela ficou com os móveis do quarto, espaço mais privado da casa; enquanto que ele **escolheu** os da sala, cômodo considerado como o espaço público do lar, já que é ali que o casal normalmente recebe as visitas. Vemos, então, reproduzida a relação social que submete a mulher aos espaços privados, reservando ao homem o espaço público.

“Ela **lutava** para conduzir a vida a uma nova ordem”. Para a mulher, na maioria das vezes, a separação é mais difícil, pois geralmente depende do marido financeiramente, e pelas dificuldades históricas já apresentadas por diversas vezes nesse trabalho, tem mais dificuldades de se estabelecer profissionalmente. A língua também foi dividida, e de maneira também não muito justa. “O marido havia levado todas as consoantes da sua língua”. A mulher fica, assim, impossibilitada de falar, foi, mais uma vez, silenciada. Para Ardener, “o termo silenciado sugere problemas tanto de linguagem quanto de poder”. Isso porque os grupos dominantes controlam as formas ou estruturas nas quais a consciência pode ser articulada. Ou seja, “toda linguagem é a linguagem da ordem dominante, e as mulheres, se falarem, devem falar através dela”.<sup>233</sup> O marido, mesmo longe, controlará a sua fala — “a ela restou apenas as vogais” — e o seu canto — ficou apenas com as teclas brancas do piano e o primeiro verso da canção. Essa divisão injusta torna-se mais um entrave para a efetivação de conquistas por parte das mulheres. Essa efetiva concretização das conquistas históricas e sociais da mulher é representada em outro conto do livro, *Tentando se segurar numa alça lilás*.

Tentando se segurar numa alça lilás

Entrou no elevador.

<sup>232</sup> FERREIRA, 2004, p. 207.

<sup>233</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 47.

A um canto, outra mulher segurava firme debaixo do braço uma enorme bolsa de couro lilás.

— Que ousadia, uma bolsa lilás — sorriu ela.

— Acabei de dizer a um homem que o amo — respondeu a outra. — Então entrei numa loja e, entre todas, escolhi essa bolsa. Eu precisava sentir nas mãos a minha audácia.

Não sorriu. Agarrou-se náufraga na alça.

O verbo usado no gerúndio — tentando — expressa a idéia de que a ação está em curso. O que nos remete aos ensaios apresentados no capítulo anterior em que Marina Colasanti se propõe a, junto com suas leitoras, descobrir o novo papel da mulher depois das conquistas do feminismo. Novo papel não só em relação ao voto, ao divórcio e ao mercado de trabalho — as conquistas mais lembradas —, mas também, e principalmente, na relação homem/mulher. A personagem apresentada está tentando se segurar numa alça lilás. Essa é a cor usada nos símbolos relacionados aos movimentos de mulheres. Podemos, então, “ouvir”, no sentido barthiniano, que o título nos indica uma personagem que busca concretizar em suas ações as mudanças alcançadas pelo movimento feminista.

“O lugar geográfico por onde as personagens circulam é de âmbito restrito”<sup>234</sup> — o elevador. Narrado em terceira pessoa, observamos a cena pelo olhar do narrador. A primeira mulher, que já estava no elevador, encontrava-se a um canto. Atitude que pode ser entendida como que de medo ou insegurança. No entanto, a bolsa de couro lilás que segurava debaixo do braço era enorme. Logo, estava ali para ser vista, como prova de que o medo está sendo vencido. Ela segurava firme na bolsa, mostrando que era algo que poderia lhe dar segurança.

Vejamos o olhar fotográfico do narrador que nos possibilita enxergar todas essas nuances na postura da primeira mulher: “A um **canto**, outra mulher **segurava firme** debaixo do braço uma **enorme** bolsa de couro lilás”.

A segunda mulher que entra no elevador também observa a primeira, como nós. E considera uma ousadia a bolsa lilás. Expressa sua opinião e sorri. Esse sorriso, não sabemos se é de encorajamento, de pena ou de escárnio. Sabemos, porém, que a mulher da bolsa lilás não lhe sorriu de volta. Mas apresentou uma justificativa para

---

<sup>234</sup> MOISÉS, 1983, p. 22.

sua ação: “Acabei de dizer a um homem que o amo — respondeu a outra. — Então entrei numa loja e, entre todas, escolhi essa bolsa. Eu precisava sentir nas mãos minha audácia”.

A audácia é o impulso que leva a cometer atos arrojados ou difíceis.<sup>235</sup> A mulher audaciosa disse a um homem que o amava. Historicamente a mulher é ensinada de que, numa relação homem/mulher cabe-lhe o papel passivo, sempre à espera que o homem tome a iniciativa. A mudança de atitude estava, e ainda está, em curso. Mudar não é fácil, e por isso a ousadia lhe é demasiadamente cara. “Não sorriu. Agarrou-se náufraga na alça”.

Naufragar é perder-se.<sup>236</sup> E para o náufrago nada melhor que uma bóia na qual possa segurar firme até que apareça alguém para resgatar-lhe. O feminismo, nesse caso, pode ter sido essa “bóia” na qual essa mulher, e tantas outras, consciente ou inconscientemente, se agarrou firmemente para continuar seu processo de mudança.

A mudança, no entanto, não afeta só à mulher. O homem também é deslocado de seu espaço, até então muito bem demarcado histórico e socialmente. Marina Colasanti também insere a reação do homem frente a tais mudanças.

É só não tomar conhecimento

Com a escova de dentes na mão, pousa a lagarta verde da pasta sobre as cerdas, e levanta o rosto para o espelho, entreabrindo os lábios em esgar higiênico. Mas no gesto rotineiro a rotina se rompe, e não é a si mesmo que vê. Outro é o rosto que, contido no vidro, o encara sem sorriso ou reconhecimento.

Em pânico, querendo segurar-se na objetividade dos atos práticos, abre o espelho, porta do armarinho do banheiro. E eis que no reverso, costumeiro como sempre, seu rosto espera, de lábios entreabertos, que ele comece a escovar os dentes.

Corre a água sobre a escova levando os últimos restos de pasta. E enxugando a boca com a toalha, ele pensa que o fato afinal não foi tão grave, um susto apenas. Bastará deixar a porta aberta, ignorando o outro, para que tudo continue como antes.<sup>237</sup>

---

<sup>235</sup> FERREIRA, 2004, p. 153.

<sup>236</sup> Ibid., p.574.

<sup>237</sup> COLASANTI, 1986, p. 145.

A cena escolhida para representar a ação do homem frente às mudanças do sexo oposto não poderia ser mais rotineira: o ato de escovar os dentes, realizado todos os dias, quase que automaticamente, sem a necessidade de uma atenção maior ao fato. Mas, somos levados a perceber alguma coisa diferente logo na primeira frase. “Com a escova de dentes na mão, pousa a lagarta verde da pasta sobre as cerdas [...]”. Uma lagarta verde. Imagem que nos leva, também quase que automaticamente, à outra imagem: a da borboleta que nasce de tal lagarta, simbolizando a transformação. Depois da transformação, ao contemplar a borboleta, não reconhecemos nela nada da lagarta de outrora. A personagem do texto também não se reconhece no espelho. E em pânico tenta se segurar em alguma coisa, como a mulher da bolsa lilás. Procura se segurar na “objetividade dos atos práticos”, ou seja, naquilo que está acostumado a ver e fazer todos os dias. Para isso, “abre o espelho” e no reverso seu rosto costumeiro o espera.

É no reverso do espelho que o homem reencontra sua tranqüilidade. Podemos entender esse reverso como sendo o sexo feminino no papel que sempre representou para a sociedade patriarcal: o reverso do sexo masculino. Homem/mulher são comparados a pares tais como natureza/cultura, público/privado, força/fraqueza, emoção/razão, e tantos outros pares conhecidos por nós. Cabe sempre à mulher o lado considerado de menos valor.

A ação de abrir o espelho nos remete ao mito dos animais dos espelhos, contado por Jorge Luis Borges em *El libro de los seres imaginários*. O mito conta a história de *Pez*, “*un ser fugitivo y resplandeciente que nadie había tocado, pero que muchos pretendían haber visto en el fondo de los espejos*”.<sup>238</sup> Porém, Herbert Allen Giles, acredita que o mito de *Pez* é parte de um mito mais amplo que se refere à época legendária do Imperador Amarillo. De acordo com esse mito,

*en aquel tiempo, el mundo de los espejos y el mundo de los hombres no estaban, como ahora, incomunicados. Eran, además, muy diversos; no coincidían ni los seres ni los colores ni las formas. Ambos reinos, el especular y el humano, vivían en paz, se entraba y salía por los espejos. Una noche, la gente del espejo invadió la tierra. Su fuerza era grande, pero al cabo de sangrientas batallas las artes mágicas del Emperador Amarillo prevalecieron. Este rechazó a los invasores, los encarceló en los espejos y*

<sup>238</sup> BORGES, Jorge Luis. *Obras completas en colaboracion*. Madrid: Alianza Editorial, 1983, p.132.

*les impuso la tarea de repetir, como en una especie de sueño, todos los actos de los hombres. Los privó de su fuerza y de su figura y los redujo a meros reflejos serviles. Un día, sin embargo, sacudirán ese letargo mágico.*

*El primero que despertará será el Pez. En el fondo del espejo percibiremos una línea muy tenue y el color de esa línea será un color no parecido a ningún otro. Después, irán despertando las otras formas. Gradualmente diferirán de nosotros, gradualmente no nos imitarán. Romperán las barreras de vidrio o de metal y esta vez no serán vencidas. Junto a las criaturas de los espejos combatirán las criaturas del agua.<sup>239</sup>*

Duas frases do conto de Marina Colasanti nos levaram ao texto de Borges: a personagem abre o espelho, e, depois, deixa a porta aberta para que tudo continue como antes. No mito contado por Borges, o antes remete ao tempo em que o reino especular e o humano viviam em harmonia. Mas nesse tempo, eles “*Eran, además, muy diversos; no coincidían ni los seres ni los colores ni las formas*”. Já no conto de Colasanti, o antes é um tempo em que o espelho refletia uma imagem idêntica à da personagem. A mudança, de acordo com o mito, acontecerá gradualmente — exatamente como preconiza Marina Colasanti nos ensaios apresentados no capítulo anterior. E desta vez as criaturas do espelho não serão vencidas.

“Corre a água sobre a escova levando os últimos restos de pasta”. Assim como no mito, a água também ajudará a restabelecer a ordem do lugar — “*Junto a las criaturas de los espejos combatirán las criaturas del agua*”. E se formos bem atentos ao peso das palavras — já que a autora nos relatou que seu maior prazer é tirar o máximo do mínimo — poderemos nos deter no fato de que “ele pensa que o fato afinal não foi tão grave, um susto apenas”. Ele **pensa**. Mas na verdade, nada mais será como antes. Pois deixando a porta aberta “elas” “*Romperán las barreras de vidrio o de metal y esta vez no serán vencidas*”.

Como bem disse Michel Foucault,

as fronteiras de um livro nunca são bem definidas; por trás do título, das primeiras linhas e do último ponto final, por trás de sua configuração interna e de sua forma autônoma, ele fica preso num sistema de referências a outros livros, outros textos, outras frases: é um nó dentro de uma rede.<sup>240</sup>

<sup>239</sup> Ibid., p.132 e 133.

<sup>240</sup> HUTCHEON, 1991, p. 167.

Sendo assim, se a autora não relacionou nenhuma das idéias apontadas nessa análise, isso não desautoriza nossa interpretação, pois através das palavras de um autor nós, muitas vezes, como Barthes, somos levados a levantar a cabeça e ouvir ecoar em nós palavras vindas de outros textos, “pois os livros continuam uns aos outros, apesar de nosso hábito de julgá-los separadamente”.<sup>241</sup> E essas mesmas palavras e idéias nos servem de “pre-texto” para nossa *katharsis*.<sup>242</sup>

---

<sup>241</sup> WOOLF, 1985, p. 106.

<sup>242</sup> Designa-se por *katharsis*, unindo-se a determinação de Górgias com a de Aristóteles, aquele prazer dos afetos provocados pelo discurso ou pela poesia, capaz de conduzir o ouvinte e o expectador tanto à transformação de suas convicções, quanto à liberação de sua psique.

## 5. PONTO DESFEITO: O PERCURSO NÃO CONCLUÍDO

*Necessitamos que uma voz úmida nos chame para que nossa alma deixe de morrer de sede em nossa garganta.*

*Hélène Cixous*

*[...] Segurou a lançadeira ao contrário, e, jogando-a veloz de um lado para o outro, começou a desfazer seu tecido.*

*Marina Colasanti*

Ao longo deste trabalho, propusemo-nos a identificar como se deu a construção da voz feminina na escrita de Marina Colasanti e se essa voz, dita feminina, contribuiu para a visibilidade da mulher na literatura e na história. Escolhemos, para isso, dois gêneros bem distintos dentre os vários visitados pela autora: o ensaio jornalístico e o conto. Contudo, no decorrer do trabalho, outras questões apareceram: é, ainda, necessário ter uma literatura que se ocupe da problemática feminina? As diferenças que dizem respeito às questões de gênero já não foram suficientemente superadas? É realmente necessário trazer para o âmbito da literatura uma questão de cunho ideológico e político? Para responder a tais questões procurei mostrar, ao longo deste trabalho, que a história social da mulher reflete diretamente na sua história literária. De Mary Wollstonecraft a Marina Colasanti a literatura está ligada aos valores ideológicos e políticos. Sabemos que a literatura é feita de muitas outras questões, mas, neste trabalho especificamente, nossa proposta esteve voltada para a problemática feminina e em como uma autora, Marina Colasanti, contribuiu, através da literatura, para mudanças sociais concernentes ao papel da mulher.

Nos ensaios, ponto de partida de nossa análise, ficou evidente a participação da autora em movimentos ligados ao movimento feminista. Afastamos-nos, então, da teoria da morte do autor, e procuramos abertamente aproximar a autora de sua obra. O que não foi difícil nesse primeiro gênero, já que o ensaio se propõe como um espaço de reflexões. E nesse espaço, a voz que apareceu foi a da própria autora, como mulher que ocupa seu lugar na sociedade. Ou melhor, lugares, pois nos

textos, a autora se apresentou como escritora, mãe, jornalista, artista plástica e esposa. Essa foi uma voz questionadora, que propôs o repensar as normas estabelecidas e a aceitação da inferioridade natural da mulher. Marina Colasanti falava com suas iguais, pois, publicados originalmente numa revista feminina de grande circulação, os ensaios eram dirigidos às mulheres de classe média. Essas leitoras, então, buscando o ensaio, estavam atrás de novos conhecimentos, novas visões. E tendo uma revista feminina como suporte primário, deduzimos de pronto que as leitoras já sabiam o conteúdo dos textos: a problemática feminina. Mas nossa análise se deu posteriormente, quando os textos já haviam sido transportados para o livro. Isso direcionou ainda mais nossa pesquisa, pois a própria seleção dos textos para publicação em livro já apontou para a escolha ideológica da autora. Os textos continuaram com um público determinado — os títulos dos livros apontam para isso: *A nova mulher e Mulher daqui pra frente* — e as reflexões propostas pela autora revelaram sua insistência na questão do feminino, e, principalmente, na teoria, já bem trabalhada por Simone de Beauvoir, de que a educação da mulher é a principal razão da permanência da desigualdade social entre os sexos. A preocupação da autora chegou, em alguns pontos, a nos parecer exagerada. Talvez para tentar encobrir o grande abismo que existe entre homens e mulheres quando o assunto são as benesses da educação.

Iniciamos este trabalho buscando as origens dessa desigualdade, e constatamos o que não é novidade para ninguém, que a mulher, por ter sido sempre subjugada à vontade masculina, não teve tempo, nem espaço, nem dinheiro suficiente para usufruir a educação oferecida tão benignamente aos homens das classes abastadas. Marina Colasanti justifica a posição ocupada pelas mulheres daquela época — início dos anos 1980 — pela falta de conhecimento e pelo acúmulo de uma história carregada de um patriarcalismo repressor que, de posse do poder, só oferecia à mulher a educação que lhe convinha. Colasanti insiste em mostrar às suas leitoras que o cenário atual foi construído sob um discurso histórico que procurou desqualificar a mulher em todas as áreas. Ousamos afirmar que Marina Colasanti seguiu a proposta de Beauvoir e foi, texto a texto, fazendo uma análise biológica, sociológica, psicológica e histórica da mulher. Falou de pesquisas científicas que comprovam que a inferioridade da mulher foi um engodo, buscou na relação amorosa entre homem e mulher o ponto de partida para as mudanças

necessárias para uma sociedade que respeitasse as especificidades da mulher, deixando de encará-las como fraquezas. Ficou, assim, patente a influência dos ideais feministas na escrita de Colasanti, pois todas essas questões apontadas e analisadas pela autora formam a base do movimento feminista que abordamos em nosso primeiro capítulo.

Só essa constatação, no entanto, não foi suficiente para responder nossa questão inicial. O ensaio é considerado gênero factual, portanto, mais acessível a essa aproximação de texto/autor que propomos. Continuamos nossa pesquisa partindo para o texto ficcional. Propusemo-nos uma nova pergunta: Será possível, numa obra de ficção, identificar a mesma preocupação da autora em relação à condição de submissão da mulher? Ou discutir o feminismo era apenas injunção profissional?

Escolhemos para nossa análise o livro *Contos de amor rasgados* por entender que nele também encontraríamos a relação amorosa entre homem e mulher como ponto de partida para a criação literária. A extensão dos contos também foi um fator que influenciou nossa escolha. A própria autora os classificou de mini-contos, tal o poder de concisão desenvolvido nos textos. Voltamos nosso olhar novamente para a construção da voz feminina nos textos, o que a voz dizia, ou calava. Em contraponto com os ensaios, todos os contos apresentados, com exceção de apenas um, foram narrados em terceira pessoa. E o que essa voz “alheia” retratava? Justamente a relação amorosa homem/mulher reproduzindo a situação histórica que, segundo a própria autora em seus ensaios, já deveria ter sido ultrapassada. Algumas personagens masculinas apresentadas agiam imbuídas do poder do *pater familias*, vendo a companheira como uma propriedade. O exagero encontrado nos ensaios se repetiu nos contos. A autora repete insistentemente — são 99 contos — a questão da submissão da mulher. O contraponto se faz pela maneira como a questão foi trabalhada. Os contos apresentaram situações que, por sua estranheza, podem causar no leitor/leitora certa inquietação. O fato é estranho, no entanto nos foi apresentado pelo narrador como algo corriqueiro. O leitor podia, assim, se sentir convidado a pensar sobre sua inquietação. O gênero conto se caracteriza pela apresentação de um flagrante, episódio singular. Buscamos, a partir daí, detectar nesses flagrantes aquela mesma voz feminina que procurava, nos ensaios, trazer à baila discussões da problemática feminina. Concentramos-nos também em perceber

se o enfraquecimento do feminismo enquanto movimento social repercutiu na escrita da autora.

No decorrer da análise percebemos, desde o início, que a autora se propunha, sim, também no âmbito ficcional, a discutir sobre o papel social da mulher. As personagens femininas apresentadas se mostraram como fragmentos de um único “eu”. A figura tripartida da mulher, trabalhada nos ensaios — mãe/mulher/esposa —, volta à cena. A voz estruturada pela autora, no entanto, não foi mais a voz ativa e questionadora dos ensaios. A voz dos contos foi silenciada. As personagens, em sua maioria, falaram através do não-dito. E o não-dito nos revelou que a mulher, sendo tratada como simples propriedade, perde sua essência de mulher, e, conseqüentemente, deixa também de ser o que o homem/companheiro desejava inicialmente. Essa estratégia discursiva, utilizada na maioria dos contos, talvez se explique pelo fato de os contos, diferentemente dos ensaios, não terem seu público leitor predeterminado, podendo ser lido tanto por homens quanto por mulheres. Encontramos nos contos selecionados as mesmas questões tratadas nos ensaios, porém os textos ficcionais não trazem as reflexões em sua superfície, neles, a interpretação depende do olhar que o leitor/leitora lança sobre o texto. E o meu olhar de pesquisadora, em momento nenhum deixou de ser também um olhar feminino. E aqui, para concluir, abandono o tom impessoal que uma pesquisa acadêmica requer.

A pesquisadora que ora se apresentou neste trabalho, foi precedida pela leitora, e é impossível separar a pesquisadora da leitora, da professora, da mãe, da mulher que sou. Não existe teoria “pura”, como não existe interpretação “pura”. Minha interpretação de qualquer texto, seja ele literário ou não, vem carregada da minha história pessoal, que de maneira nenhuma é solitária. Sou o reflexo de onde vivo, com quem vivo, como vivo. Assim como Marina Colasanti, minha essência é feminina. E essa essência se imprime naquilo que faço. E não foi diferente neste trabalho. Numa sociedade onde ainda é necessária a criação de leis, como a lei Maria da Penha, em defesa dos direitos da mulher, respondo sem medo, é preciso, sim, ainda trazer para o âmbito da literatura questões consideradas de cunho ideológico e político. É preciso, sim, estudar as autoras femininas para fortalecer a imagem da mulher no espaço literário, pois os cânones literários ainda são privilégios de mãos masculinas. É imperativo que se registre a presença das

mulheres em todas as áreas, pois a História é construída dia a dia e a História que chegará às mãos das gerações futuras é aquela que fica registrada, no papel, na consciência, na essência do ser humano. E essa essência também é FEMININA.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABBAGNO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Arquivo do COMDIM/POA-2000, disponível em <[www.Cfemea.com.br](http://www.Cfemea.com.br)>. Acesso em 30 agosto 2007.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressão de violência. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 10, 1999.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v.2.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras completas en colaboracion*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- BOSI, Alfredo (Org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CARPENTIER, Alejo. *A literatura do maravilhoso*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987, p. 20.
- CIXOUS, Hélène. *La risa de la medusa: ensayos sobre la escritura*. Barcelona: Anthropos; Madrid: Consejería de Educación. Dirección General de la Mujer; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLASANTI, Marina. *A nova mulher*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Contos de amor rasgados*. Rio de Janeiro: Roco, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Mulher daqui pra frente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Fragatas para terras distantes*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Doze reis e a moça no labirinto do vento*. São Paulo: Global, 2003.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, v. 6.

DUCLÓS, Miguel. *Metafísica de Aristóteles: O ser se diz de vários modos*. Disponível em <<http://www.consciencia.org/aristoteles.shtml>>. Acesso em 24 junho 2006.

FE, Marina (org.) *Otramente: lectura y escritura feministas*. México: Facultad de Filosofia y Letras de la UNAM, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Posigraf, 2004.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 1983.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XX*. Antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

NIETZCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal ou o prelúdio de uma filosofia do futuro*. São Paulo: Hemus, 1997.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

POMMIER, Gerard. *A exceção feminina: os impasses do gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

RICHE, Rosa Maria Cuba. In *O feminino na Literatura Infantil e Juvenil Brasileira: poder, desejo e memória*. Suplemento FNLIJ – Reflexões sobre leitura e literatura infantil e juvenil. Fascículo nº 1 de 11/1997.

SANTOS, Adelina Pinheiro; TOSI, Lucía. Resgatando Métis. O que foi feito desse saber? *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: IFCS/UFRJ, v. 4, 1996.

SOARES, Angélica. *Gêneros Literários*. São Paulo: Ática, 1993

WOLFGANG, Iser; JAUSS, Hans Robert. *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.